



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

Relatório de Gestão Exercício 2013
Ministério Público do Estado do Tocantins

Vera Nilva Álvares Rocha Lira
Procuradora-Geral de Justiça

José Maria da Silva Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça

José Kasuo Otsuka
Chefe de Gabinete

Equipe Técnica:

José Maria Teixeira
Diretor-Geral

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Dep. de Planejamento e
Gestão

João da Silva Macedo
Analista - Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes
Auxiliar Ministerial

SUMÁRIO

1. Identificação do Órgão.....	9
2. Sinopse das realizações no exercício de 2013.....	11
2.1 Destaques na Atuação Finalística.....	11
2.2 Outros Destaques	17
3. Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO.....	18
3.1 Da Estratégia.....	18
3.2 Da Competência Legal.....	20
3.3 Das Atribuições.....	21
3.4 Da Organização.....	21
4. Programa 1030: Justiça.....	25
4.1 Apresentação.....	25
4.2 Indicadores.....	25
4.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	31
4.4 Ações.....	33
4.4.1 Ação 1017: Aparelhamento das Unidades do Ministério Público.....	33
4.4.2 Ação 1064: Construção de Promotorias de Justiça.....	37
4.4.3 Ação 1098: Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE	41
4.4.4 Ação 1182: Reforma e Ampliação de Unidades do Ministério Público.....	49
4.4.5 Ação 1188: Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público	51
4.4.6 Ação 2012: Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do Ministério Público.....	52
4.4.7 Ação 2154: Gerenciamento das Ações de Planejamento e dos Programas de Qualidade na Gestão do MPE.....	65
4.4.8 Ação 2177: Implementação e Manutenção das Ações de Segurança Institucional.....	66
4.4.9 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	74
4.4.10 Ação 2250: Realização das Ações da Diretoria de Inteligência.....	78
4.4.11 Ação 2251: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas...80	
4.4.12 Ação 2252: Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público.....	84
4.4.13 Ação 2253: Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial.....	89

5. Programa 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público.....	116
5.1 Apresentação.....	116
5.2 Resumo da Execução Orçamentária.....	116
5.3 Ações.....	119
5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos.....	119
5.3.2 Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores.....	126
5.3.3 Ação 2333: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	127
5.3.4 Ação 2418: Manutenção de Serviços de Transportes	144
5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos Serviços da Área de Saúde do Ministério Público.....	147
5.3.6 Ação 6015: Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público	151
5.3.7 Ação 2380: Manutenção de Serviços de Informática.....	152
6. Planejamento Estratégico 2010 - 2018.....	154
7. Gespública - Atividades 2013.....	163
8. Situação dos Projetos.....	166
9. Considerações Finais.....	168

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Identificação do Órgão	10
Figura 3.1 – Mapa Estratégico do MP/TO – Versão Revisada no Ano 2013.....	19
Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	22
Figura 3.4.2 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.....	24
Quadro 4.1 – Programa Justiça.....	25
Tabela 4.2.1 Metas 2012 – 2015.....	25
Figura 4.1 – Evolução da atuação do MP/TO entre 2009 e 2013 (ações finalísticas)....	30
Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos.....	31
Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	32
Quadro 4.4.1 – Resumo da Ação.....	33
Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2013.....	34
Quadro 4.4.2 – Resumo da Ação.....	37
Tabela 4.4.2.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Arraias.....	39
Tabela 4.4.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Guaraí.....	40
Tabela 4.4.2.3 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso.....	41
Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação.....	41
Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2013...	44
Tabela 4.4.3.2 – Sistemas Previstos.....	45
Tabela 4.4.3.3 – Registro de Atividades no Gestor de Projetos.....	46
Quadro 4.4.4 – Resumo da ação.....	49
Tabela 4.4.4.1 – Promotorias beneficiadas com reformas 2012/2013.....	52
Quadro 4.4.5 – Resumo da ação	51
Quadro 4.4.6 – Resumo da ação.....	52
Tabela 4.4.6.1 – Resumo de eventos de capacitação.....	54
Tabela 4.4.6.2 – Convênios e Termos de Cooperação Interinstitucionais para incrementação de cursos/formação.....	60
Tabela 4.4.6.3 – Artigos científicos publicados.....	61
Gráfico 4.4.6.1 – Distribuição de artigos por Grupos Temáticos.....	62
Figura 4.4.6.1 – Fluxograma de Capacitação CESAF.....	63
Quadro 4.4.7 – Resumo da ação.....	65
Quadro 4.4.8 – Resumo da ação.....	67

Tabela 4.4.8.1 – Despesa com Serviços de Vigilância Armada 2013 (em R\$).....	69
Tabela 4.4.8.2 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2013 (em R\$).....	71
Quadro 4.4.9 – Resumo da Ação.....	74
Tabela 4.4.9.1 – Atividades da Corregedoria-Geral no período 2011 / 2013.....	75
Tabela 4.4.9.2 – Procedimentos administrativos.....	75
Tabela 4.4.9.3 – Promotorias Correicionadas, em 2013.....	76
Tabela 4.4.9.4 – Fluxo de expedientes, em 2013.....	78
Quadro 4.4.10 – Resumo da ação.....	78
Quadro 4.4.10.1 – Resumo das atividades realizadas 2011/2013.....	80
Quadro 4.4.11 – Resumo da ação.....	80
Quadro 4.4.11.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2013.....	82
Quadro 4.4.12 – Resumo da ação.....	84
Tabela 4.4.12.1 – Publicações na mídia por área de atuação, 2012/2013.....	85
Tabela 4.4.12.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO, 2012/2013....	85
Tabela 4.4.12.3 – Publicações e serviços , em 2013.....	86
Quadro 4.4.13 – Resumo da ação.....	89
Tabela 4.4.13.1 – Realizações CAOP Patrimônio, em 2013.....	92
Tabela 4.4.13.2 – Realizações CAOCID, em 2013.....	94
Tabela 4.4.13.3 – Comparativo de realizações CAOP Mulher, período de 2012/2013. .	99
Tabela 4.4.13.4 – Estabelecimentos visitados área consumidor, período de 2012/2013...	100
Tabela 4.4.13.5 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), 2012/2013	100
Tabela 4.4.13.6 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2013.....	101
Tabela 4.4.13.7 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2013.....	103
Tabela 4.4.13.8 – Outras autuações realizadas pelo CAOUMA, período de 2010/2013....	105
Tabela 4.4.13.9 – Realizações CAOPIJ em 2013	112
Tabela 4.4.13.10 – Realizações COACRIM, em 2013.....	113
Programa 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público.....	116
Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).....	116
Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação (em R\$).....	118

Tabela 5.2.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (em R\$).....	118
Quadro 5.3.1 – Resumo da ação.....	119
Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2013 (em %).....	121
Tabela 5.3.1.2 – Movimentação de servidores 2009 a 2013 (em unid.).....	122
Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio em 31/12/2013.....	122
Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos efetivos, em (%)......	123
Tabela 5.3.1.4 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2013 (Carreira de apoio) (em unid.).....	123
Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2013 (em unid.)...	124
Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2013 (em unid.).....	124
Tabela 5.3.1.7 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF (em R\$)	125
Quadro 5.3.2 – Resumo da ação.....	126
Quadro 5.3.3 – Resumo da ação.....	127
Tabela 5.3.3.1 – Ações do Gabinete do Diretor Geral – Ano 2013.....	128
Tabela 5.3.3.2 – Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013.....	129
Tabela 5.3.3.3 – Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013.....	130
Tabela 5.3.3.4 – Comparativo de despesas 2010 -2013 (em R\$).....	131
Tabela 5.3.3.5 – Despesas mensal serviços gerais, em 2013.....	132
Tabela 5.3.3.6 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2013 (em R\$).....	132
Tabela 5.3.3.7 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2013...	134
Tabela 5.3.3.8 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.....	136
Tabela 5.3.3.9 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas ARP	137
Tabela 5.3.3.10 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2013.....	137
Tabela 5.3.3.11 – Despesas por modalidade de contratação.....	142
Tabela 5.3.3.12 – Contratos e Termos Aditivos firmados.....	142
Tabela 5.3.3.13 – Contratos de locação de imóveis, em 2013.....	143
Quadro 5.3.4 Resumo da ação.....	144
Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2010 – 2013.....	145
Tabela 5.3.4.2 – Veículos de Transporte Institucional, em 2013.....	145
Quadro 5.3.5 Resumo da ação.....	147
Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional biênio 2012/2013.....	148
Tabela 5.3.5.2 – Quantidade de atendimentos biênio 2012/2013.....	149
Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos biênio 2012/2013.....	150
Tabela 5.3.5.4 – Quantidade de atendimentos Gabinete Odontológico biênio 2012/2013	

.....	150
Quadro 5.3.6 – Resumo da ação.....	151
Quadro 5.3.7 – Resumo da ação.....	152
Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2013.....	153
Quadro 6.1.1 – Resumo da alteração de objetivos.....	155
Tabela 6.1.1.1 – Indicadores Estratégicos ano 2013.....	159
Quadro 7.1 – Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins.....	163
Quadro 8.1 – Situação dos Projetos.....	166
Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de recursos.....	167

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão integra o processo de Prestação de Contas do Ministério Público do Estado do Tocantins referente ao exercício de 2013, apresentando os resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

A sua elaboração foi balizada pelas orientações constantes da Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e tem por aspiração não somente cumprir a obrigação legal de prestar contas, mas, acima disto, evidenciar todo o processo de gestão do órgão neste período.

Este Ministério Público tem buscado evoluir seu Relatório de Gestão com o fito de melhor auxiliar o trabalho da equipe de análise, incluindo, além dos números e informações sobre as despesas, informações fundamentais para bem conhecer a instituição, seus objetivos e sua estratégia.

Cumpre-nos ainda disponibilizar esse conhecimento de forma simples e em linguagem acessível para que, além dos técnicos, também a sociedade que tiver acesso ao documento, por meio do site institucional deste MP/TO, possa compreender e analisar a gestão do Órgão e auxiliar no controle social a ela inerente.

O Relatório ora apresentado mantém a estrutura que vem sendo utilizada pela Instituição, e traz os seguintes tópicos: 1-Identificação do Órgão, 2-Sinopse das realizações no exercício 2013, 3-Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO, 4-Programa 1030: Justiça, 5-Programa 1058: Gestão e Manutenção, 7-Planejamento Estratégico 2010-2018, 8-Gespública - Atividades 2013, 8-Situação dos Projetos, e 9-Considerações Finais.

Palmas, 20 de fevereiro de 2014.

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora-Geral de Justiça

1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Quadro 1 – Identificação do Órgão

Nome completo da unidade e sigla:	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
Natureza jurídica:	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	LEI COMPLEMENTAR nº 12/1996 (REVOGADA PELA LEI nº 51, DE 2 DE JANEIRO DE 2008) Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 N CONJ. 03 AV. TEOTÔNIO SEGURADO C/ AV. LO 04 – CEP 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

2 SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2013

2.1 DESTAQUES NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

JANEIRO

MPE quer descredenciamento de Centro de Formação de Condutores (CFC) que não cumpriram resolução do Conselho Nacional de Transito (CONTRAN);

Órgãos de trânsito deverão intensificar fiscalizações no transporte de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP);

Operação em Miracema leva ao descarte de queijo e leite produzidos irregularmente;

Recomendação da PGJ orienta prefeitos quanto a critérios para nomeações e despesas públicas;

CESAF disponibiliza curso a distância com o tema "Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro";

MPE concede entrevista coletiva sobre denúncia contra policiais militares acusados da morte de cinco jovens;

Em denúncia criminal, MPE pede que acusados sejam levados a Tribunal do Júri;

MPE cobrará fiscalizações em estabelecimentos de entretenimento; e,

MPE irá garantir segurança no carnaval com atuação educativa e punitiva.

FEVEREIRO

Campanha do MPE voltada à segurança no carnaval chega às escolas;

Governo, MPE, Defensoria Pública e Sindicatos assinam Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para convocar servidores da Saúde;

Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO) discute ações para moralizar concursos públicos no Tocantins;

Justiça acompanha manifestação do MPE e mantém prisão de Policiais militares;

Irregularidade em obras causa prejuízo de R\$ 11 milhões e motiva ação contra ex-governador;

Audiência pública discute medidas para redução de acidentes na capital;

Combate à lavagem de dinheiro será intensificada.

MARÇO

Regulamentado procedimento para instauração de investigações criminais;

MPE quer impedir a contratação de soldados voluntários no Tocantins;

Dois anos após pedido de interdição, MPE retorna ao restaurante comunitário;

MPE apoia campanha contra a PEC 37;

Semana da Mulher: "Violência doméstica e familiar contra a mulher é coisa do passado";

Companhia de Saneamento do Tocantins (Saneatins) cede equipamentos para o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma);

Indústrias de gelo de Palmas passam por vistoria;

Força-tarefa pró-consumidor realiza fiscalização em Pium, Nova Rosalândia e Pugmil;

Projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania": MP/TO e Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) unidos em prol da cidadania;

Parceria com o Ministério Público Federal (MPE) visa destinar recursos de penas pecuniárias à Liga Feminina de Combate ao Câncer;

Mobilização contra a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Impunidade acontecerá no Tocantins.

ABRIL

Força-tarefa pró-consumidor atua na fiscalização de revendas de GLP em Araguaína;

Estudantes e líderes de associações aderem ao movimento contra a PEC 37;

Na Assembleia Legislativa deputados manifestam apoio à campanha contra a PEC 37;

Parlamentares federais do Tocantins apoiam MPE contra PEC 37;

Palestra sobre o Lab.LD (Laboratório Lavagem de Dinheiro) desperta o interesse de outras entidades em implementar parcerias com o MPE;

Mobilização contra a PEC 37 em Araguaína reúne cerca de 400 pessoas;

Sociedade de Colinas diz não à PEC 37 durante audiência pública;

Na luta contra a PEC 37, MPE recebe apoio dos vereadores em Paraíso;

Sindicato da Polícia Federal no Tocantins se manifesta contrário à PEC 37;

Ato público encerra a campanha de mobilização contra PEC 37 no Tocantins;

MPE e Vigilância Sanitária constata melhorias em fábrica de gelo interdita em março

Inquéritos civis que mapeiam a saúde pública nos 139 municípios serão debatidos em audiência;

Grupo de Atuação Especial de Combate do Crime Organizado (Gaeco) prende foragido da Justiça de Rondônia;

Comércio de leite cru em Colinas é combatido pelo MPE;

Audiência pública encaminha que gestão de recursos à Saúde deve ficar a encargo dos secretários municipais;

MPE vitoria abate em Formoso do Araguaia em operação conjunta ;

Ministério Público chega aos assuntos mais comentados do Twitter;

Ministra Eliana Calmon condena PEC 37;

MPE discute sequelas permanentes causadas em crianças;

PGJ propõe solução para insuficiência e problemas de vazão de hidrantes na capital.

MAIO

Dia de combate à exploração sexual infantil terá programação;

MPE integra Conselho de Segurança Pública e Procurador de Justiça José Omar de Almeida Júnior é nomeado presidente;

Acordo entre MPE e Prefeitura de Palmas garante realização de concurso público;

Por fraude em obras, Justiça determina o bloqueio de bens de ex-governador ;

Projeto do MPE propõe qualificação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

Impasse de recrutamento para o serviço militar é resolvido por meio de TAC;

Mulheres vítimas de violência doméstica poderão se qualificar gratuitamente;

MPE concentrará esforços para cumprimento das metas 3 e 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

JUNHO

Projeto do MPE serve como modelo para Projeto de Lei apresentado no Senado;

Detectada irregularidade no comércio de leite de Porto Nacional e região;

Cai a PEC 37, repercussão da força da sociedade;

MPE e o Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins (Coren-TO) inspecionam Hospital Dona Regina;

JULHO

MPE define prazo para que Município implemente sistema de arrecadação;

Mutirão da cidadania e justiça tem início em São Félix, região do Jalapão;

Ação conjunta de instituições públicas em São Félix do Tocantins;

Combate à violência doméstica e familiar contra a mulher foi tema de palestra no mutirão da cidadania e justiça em São Félix do Tocantins;

A operação Smolianoff: Trabalho conjunto entre MPE e Polícia Civil resulta em operação contra fraudes em Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ) realiza vistoria, encontros e palestras em São Félix;

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ) orienta a participação dos Promotores de Justiça nas Conferências Municipais de Educação;

MPE e Vivo assinam Termo que visa combater corrupção;

100 mil torpedos da campanha de combate à corrupção serão encaminhados;

MPE e MPF discutiram demandas da saúde com a Secretária Vanda Paiva; e,

"Prefeito Amigo do Meio Ambiente" beneficiará mais de 90 mil habitantes.

AGOSTO

Bons resultados na legalização das revendas de GLP após atuação do MP/TO;

MPE colhe resultados de TAC firmado em março deste ano com o Município de Aragoimas;

A campanha "Conte até 10" premiará melhores redações de estudantes da rede pública;

MPE orienta sobre consequências do descumprimento de recomendações da saúde

Promotora de Justiça de Gurupi concorre ao Prêmio *Innovare*;

MPE irá verificar eficácia do sistema de arrecadação fazendária no Estado do Tocantins;

Revisão do Planejamento Estratégico é apresentada aos Procuradores de Justiça;

Divulgação da atuação do MPE será ampliada por meio de parceria;

MPE está realizando vistorias em unidades educacionais do interior do Estado;

Projeto idealizado pela CDDF visa otimizar atuação dos Ministérios Públicos Estaduais.

SETEMBRO

MPE e prefeitura assinam TAC para melhorias na educação de Araguaçu;

Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO) delibera sobre saúde e educação no Tocantins;

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ) busca melhorias na estruturação da rede de atendimento a crianças e adolescentes;

Grupo de Trabalho (GT) divulga encaminhamentos da audiência pública sobre o Programa Mais Médicos;

PGJ apresenta projeto em prol da mulher na estreia do "Ação e Cidadania";

Ministério Público capacita conselheiros tutelares da região central;

MPE e parceiros discutem termo de adesão para construção do NAI;

Estudantes da Escola Rachel de Queiroz discutem tolerância e violência;

Ação requer o abastecimento adequado de medicamentos nos hospitais do Estado;

Recomendação visando regulação dos procedimentos hospitalares é encaminhada à Secretaria da Saúde do Tocantins;

Workshop sobre lei seca possibilitou debate sobre procedimentos;

73% das ações de combate à corrupção propostas pelo MPE aguardam julgamento ;

Gestores públicos e conselheiros debatem funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

Recomendação visa o cumprimento da carga horária pelos profissionais da saúde;

Comércio clandestino de gelo em Palmas é alvo de nova ação do MPE e Vigilância Sanitária.

OUTUBRO

Estudo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopij) constata deficiências na aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto;

Peixaria é autuada e quase 3 toneladas de gelo são recolhidas em operação do MPE e Vigilância Sanitária;

MPE participa de audiências públicas sobre telefonia móvel;

MPE firma acordo que prevê melhorias na rede pública de ensino em Nova Olinda do Tocantins;

Déficit de vagas nos Centros de Educação Infantil de Palmas é alvo do MPE e Defensoria;

Moradores são convidados a participar das correições nas Promotorias de Justiça de Araguaína;

MPE ganha divisão de combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro;

Acordo garante instalação de divisão da Polícia Civil dentro do MPE;

MPE denuncia prefeito de São Miguel do Tocantins e requer seu afastamento do cargo;

MPE doa 549 itens de higiene pessoal à Casa de Apoio do Hospital Geral de Palmas (HGP);

Entidades do sistema jurisdicional articulam a realização de mutirão carcerário.

NOVEMBRO

Técnicos e sociedade discutem arborização urbana em Palmas até quinta-feira;

MPE e sindicatos de servidores discutem supostas irregularidades no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev);

Ação do MPE pede suspensão e anulação de licitação da Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins (Agetrans);

Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins) disponibiliza acesso do MPE ao banco de dados dos consumidores de energia;

A internet é o canal mais utilizado no contato com a Ouvidoria do MPE;

MPE ajuíza ação em face de empresa de beneficiamento de resíduos animais em Araguaína;

MPE ingressa com ação de improbidade contra ex-governador, ex-gestores, técnicos e empreiteiras;

A Procuradora-Geral de Justiça discute inconstitucionalidade de lei referente ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev) com Procurador-Geral da República.

DEZEMBRO

Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo contribuirá com atuação das promotorias;

Conselho Nacional reconhece legalidade de atos do MPE-TO;

No Dia Internacional Contra a Corrupção o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco) faz balanço de 2013;

Meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). é cumprida com a conclusão do curso de Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio;

Estudantes recebem premiação do Projeto Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania;

Colégio de Procuradores regulamenta atendimento ao público no MPE;

MPE firma parceria com Senac nesta terça-feira;

Termo de cooperação técnica garante cursos a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

2.2 OUTROS DESTAQUES

Núcleo do Programa Nacional de Gestão Pública (Gespública) ganha espaço próprio de trabalho;

Promotorias de Justiça de Palmas contarão com sede própria;

PGJ autoriza construção do prédio das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso;

Recepção do MPE de cara nova;

Possibilidade de bolsas de estudo no exterior para membros do MPE;

Site do MPE com novo domínio: www.mpto.mp.br;

Sistema automatiza o processamento e a prestação de contas de diárias;

Planejamento Estratégico e Gestão são discutidos em seminário com participação do Conselho nacional do Ministério Público;

Instituído banco de horas no MPE;

MPE promove reunião entre poderes para discutir orçamento;

Novo Portal do Servidor do MPE está no ar;

Integrantes do MPE adotam 350 cartinhas de Natal;

Solenidade marca lançamento de selo comemorativo aos 25 anos do MPE;

Exposição retrata os 25 anos do Ministério Público do Tocantins;

MPE adquire 149 novos computadores para atender Palmas e o interior.

3. ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

3.1 DA ESTRATÉGIA

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

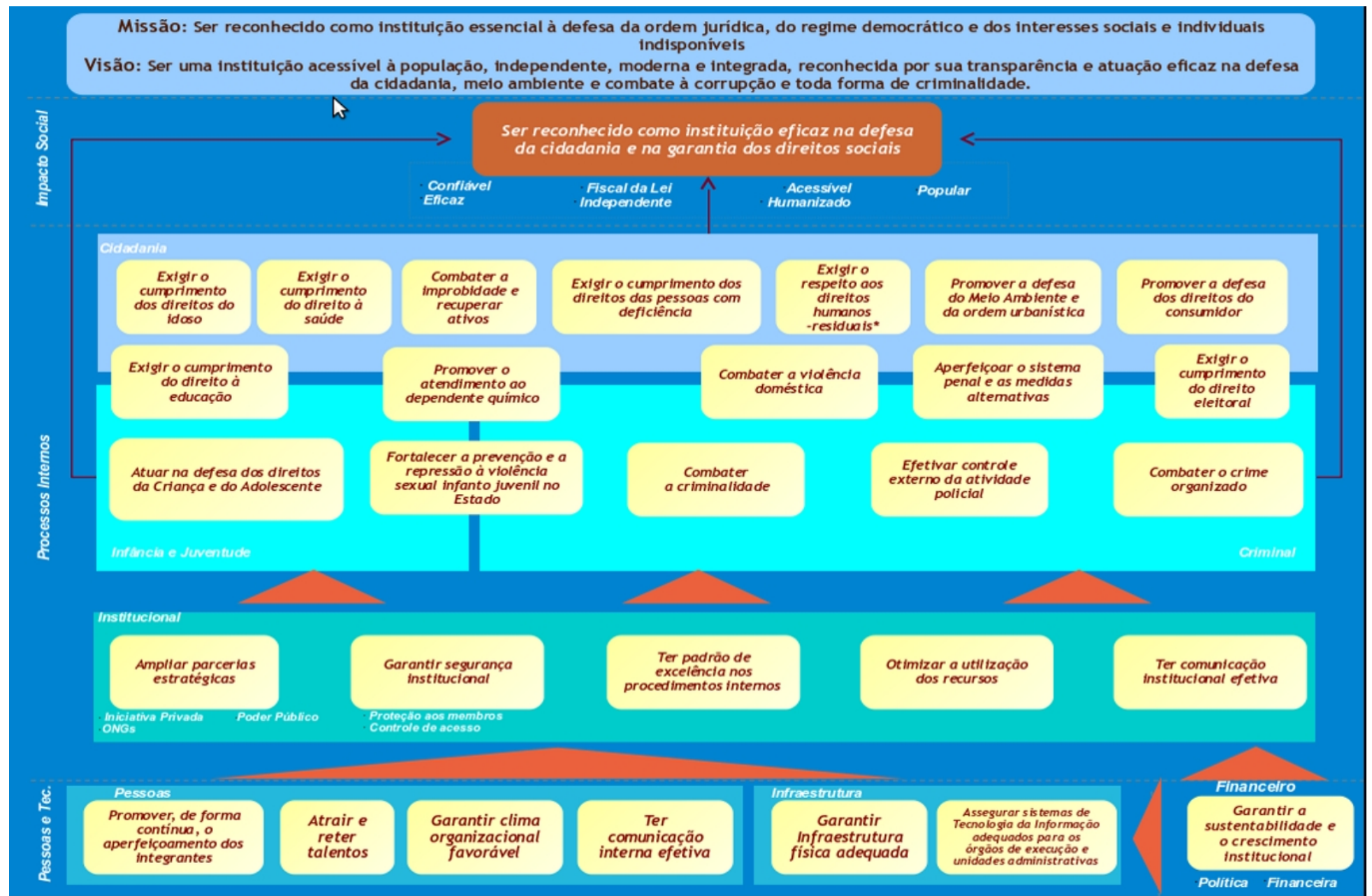
Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- | | | | |
|----------------|-------------|-----------------|----------------|
| - Confiável | - Eficaz | - Fiscal da Lei | - Popular |
| - Independente | - Acessível | - Humanizado | - Transparente |

Figura 3.1 – Mapa Estratégico do MP/TO – Versão Revisada no Ano 2013



3.2 DA COMPETÊNCIA LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

■ exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

3.3 DAS ATRIBUIÇÕES

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

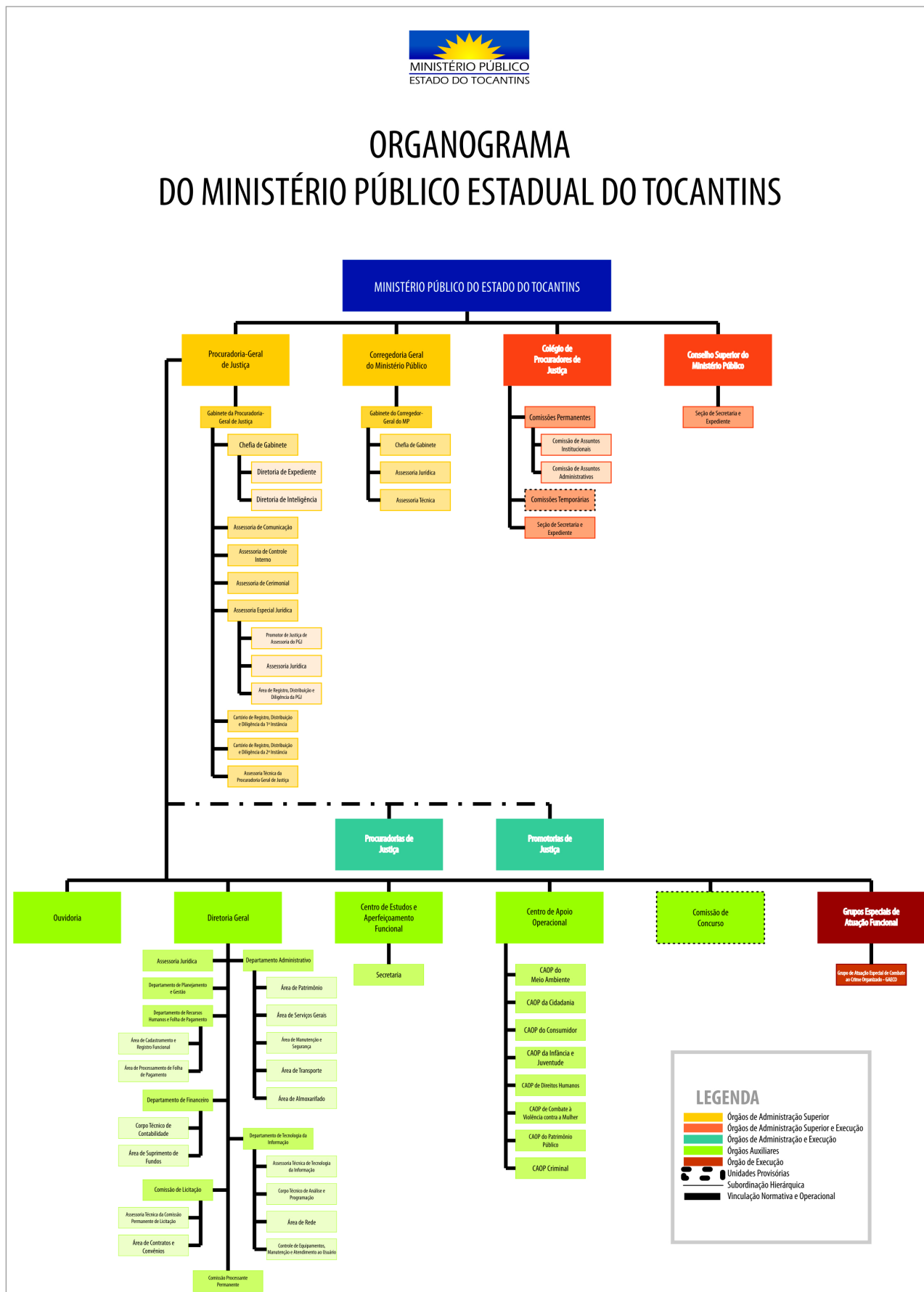
3.4 DA ORGANIZAÇÃO

A disposição da Organização Administrativa e das vinculações hierárquicas do Ministério Público do Estado do Tocantins foi normatizada pelo Ato nº 111/2011, que aprovou o Organograma da instituição.

O Organograma segue o disposto no Regimento Interno do MP/TO.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins em vigor, construído com base na legislação vigente:

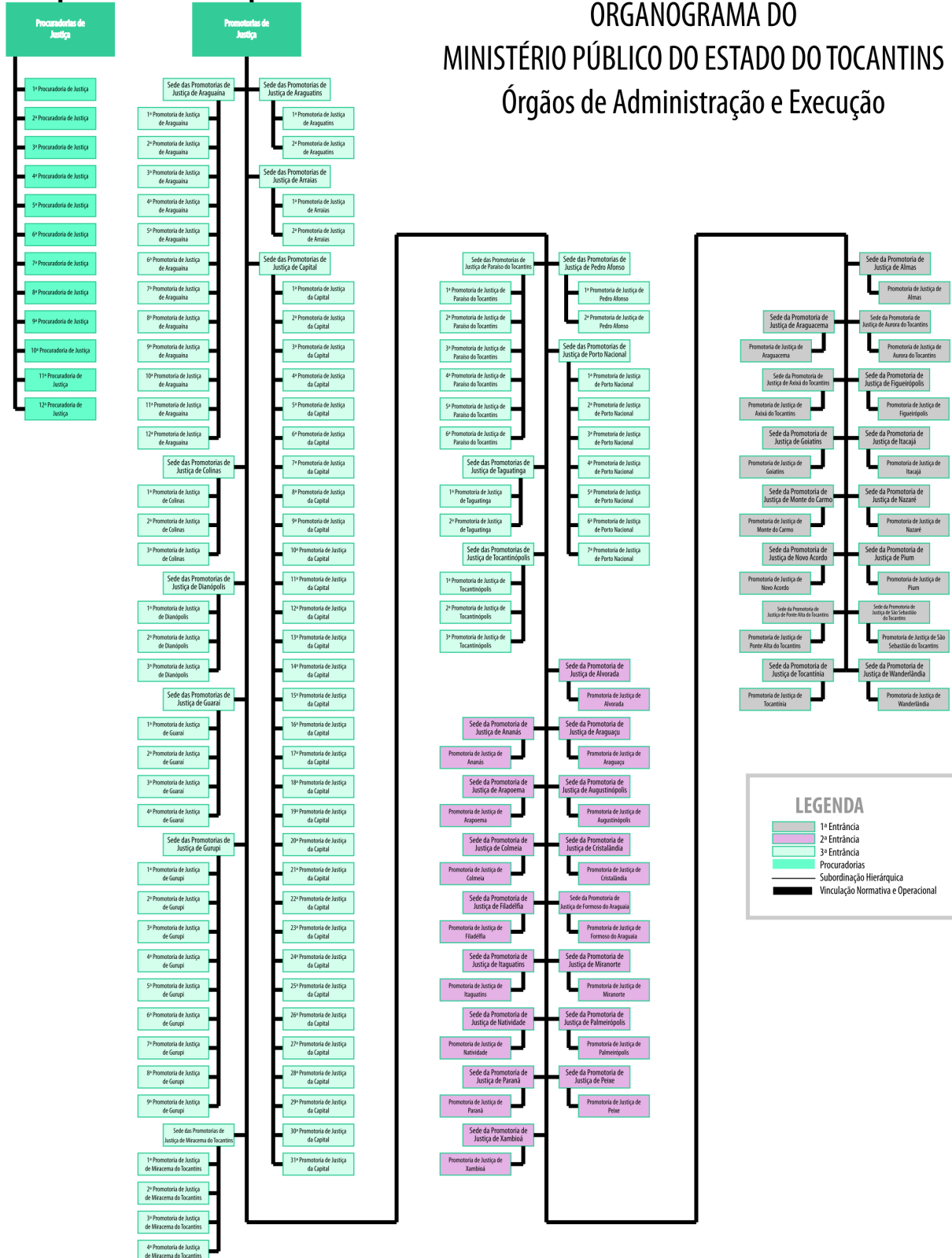
Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins



Organograma Principal do MPE/TO

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Órgãos de Administração e Execução



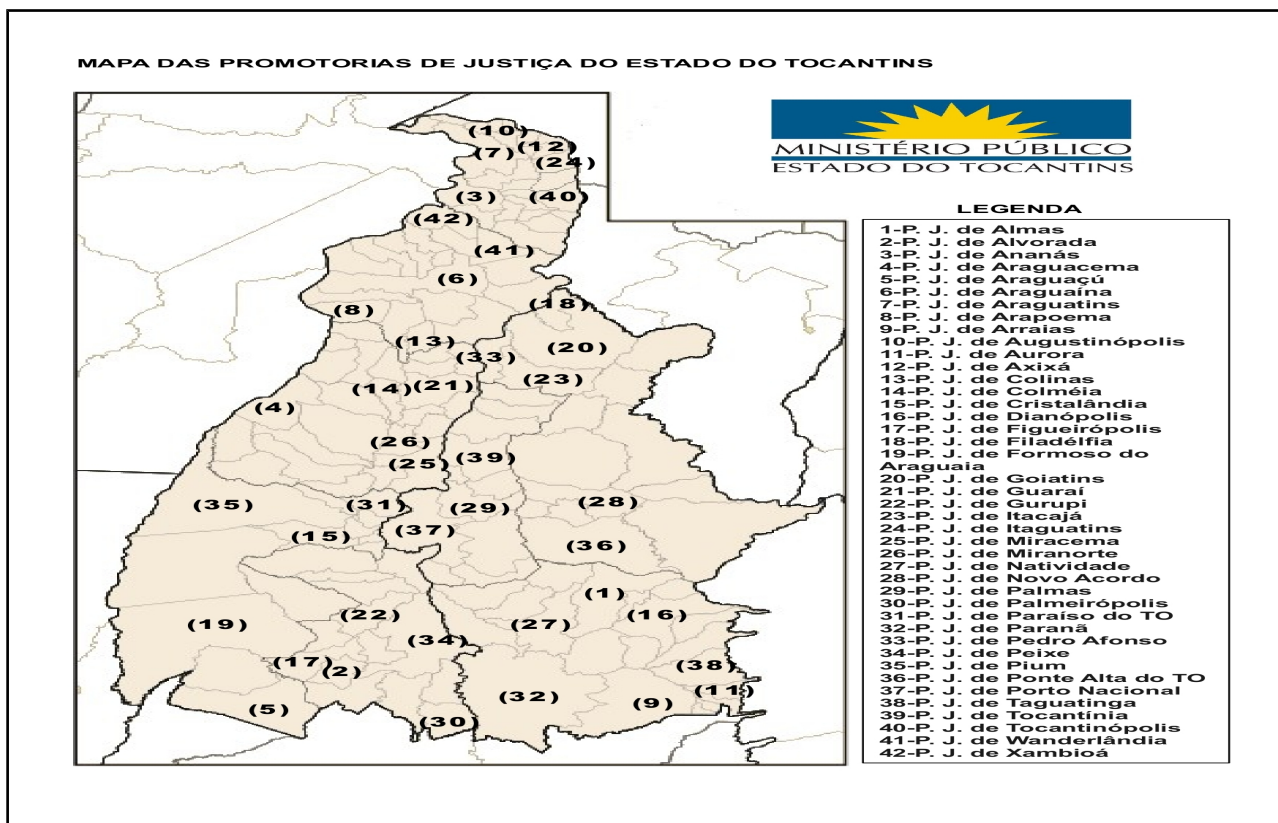
LEGENDA

- 1ª Entrância
- 2ª Entrância
- 3ª Entrância
- Procuradorias
- Subordinação Hierárquica
- Vinculação Normativa e Operacional

A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros. Funcionam também, no prédio, as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51 e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no interior do Estado do Tocantins:

Figura 3.4.2 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



Fonte: Assessoria de Comunicação

As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Mulher, Consumidor, Cidadania, Patrimônio Público, Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

4. PROGRAMA 1030: Justiça

O formato do planejamento instituído pelo Plano Plurianual 2012-2015, que trouxe nova estrutura de Programa Temático e Iniciativas, substituindo o antigo binômio Programa e Ações Orçamentárias, foi vantajoso para este Ministério Público do Estado do Tocantins à medida que possibilitou o alinhamento de nosso Planejamento Estratégico 2010-2018 ao instrumento de gestão da estratégia quadrienal.

Neste sentido, o Programa Temático Justiça, no que tange ao Ministério Público do Estado do Tocantins, tem seu objetivo definido no quadro 4.1, adiante elencado.

Quadro 4.1 – Programa Justiça

4.1 APRESENTAÇÃO			
DENOMINAÇÃO:	Justiça		
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, medidas socioeducativas e protetivas, voltadas aos dependentes químicos, pessoas com deficiência, além do combate à criminalidade, exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, aos crimes eleitorais, aos crimes contra os consumidores e aos desvios de recursos públicos.		
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocaninense		
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 5.471.136,00	Autorizada: R\$ 6.036.589,48	
4.2 INDICADORES			
Indicador	Resultado 2012	Índice desejado 2013	Resultado 2013
Ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	140.754	143.000	231.048

Tabela 4.2.1 Metas 2012 - 2015

Descrição da meta	Regionalização	2013 (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Ações de combate à criminalidade (unidade)	Estadual	130.000	144.633	111

Ações de combate à exploração sexual infanto juvenil (unidade)*	Estadual	60	-	0
Ações de combate à violência doméstica (unidade)	Estadual	2.798	11.897	425
Ações de combate ao crime organizado (unidade)	Estadual	204	2.746	1.346
Ações de conscientização político eleitoral (unidade)*	Estadual	22	-	0
Ações de conservação e preservação do meio ambiente (unidade)	Estadual	220	3.369	1.531
Ações de cumprimento dos direitos humanos (unidade)	Estadual	16	-	0
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Estadual	80	886	369
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde (unidade)	Estadual	200	9.483	695
Ações de fiscalização da execução da política pública de educação (unidade)	Estadual	705	855	50
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico (unidade)*	Estadual	75	-	-
Ações de fiscalização das penas e das medidas de segurança (unidade)	Estadual	650	8.375	795
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos (unidade)	Estadual	420	12.225	823
Ações de fiscalização eleitoral (porcentagem)	Estadual	6600	10.945	166
Adequar e manter adequadas as ações de comunicação (porcentagem)	Estadual	100	100	100
Atuação social relativa ao direito do consumidor (unidade)	Estadual	220	9.373	4.260
Garantir a realização da adequação da segurança institucional (porcentagem) *	Estadual	75	-	-

Garantir infraestrutura física adequada ao Ministério Pública (percentagem)	Estadual	60		100
Medidas socioeducativas e das medidas de proteção	Estadual	705	10.586	400
Número de pontos a ser alcançado na avaliação do Programa Gespública (unidade)	Estadual	450	209	46
Percentual de sistemas de tecnologia da informação do Ministério Público integrado (percentagem)	Estadual	66	71,11%	107,74
Reduzir a rotatividade de servidores e membros ao percentual desejado (percentagem)	Estadual	1	4	25
Sedes de promotorias a serem construídas (percentagem)	Região Administrativa Dianópolis	0	-	-
	Região Administrativa Goiatins	0	-	-
	Região Administrativa Gurupi	100	-	0
	Região Administrativa Arraias	0	-	-
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	0	-	-
	Região Administrativa Taguatinga	0	-	-
	Região Administrativa Guaraí	0	-	-
	Região Administrativa Augustinópolis	100	-	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	100	25,14	-

	Região Administrativa Natividade	0	-	-
	Região Administrativa Palmas	0	-	-
	Região Administrativa Xambioá	0	-	-
Sedes de promotorias a serem reformadas (unidade)	Região Administrativa Taguatinga	0	-	-
	Região Administrativa Arraias	0	-	-
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	0	-	200
	Região Administrativa Goiatins	0	-	-
	Região Administrativa Gurupi	1	1	-
	Região Administrativa Dianópolis	0	-	100
	Região Administrativa Palmas	0	-	-
	Região Administrativa Xambioá	0	-	-
	Região Administrativa Natividade	0	-	-
	Região Administrativa Guaraí	0	-	100
	Região Administrativa Augustinópolis	1	-	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	1	-	-

Somatório das ações de controle externo da atividade policial (unidade)	Estadual	1.250	2.130	170
Somatório do total de ações dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (unidade)	Estadual	143.000	231.048	162
Total de horas de capacitação por membros e servidores (unidade)	Estadual	21	13,71	65
Total de parcerias estratégicas a serem implementadas (unidade)	Estadual	28	25	89

* O sistema de coleta de dados não conseguiu mensurar os dados relativos a ação no período.

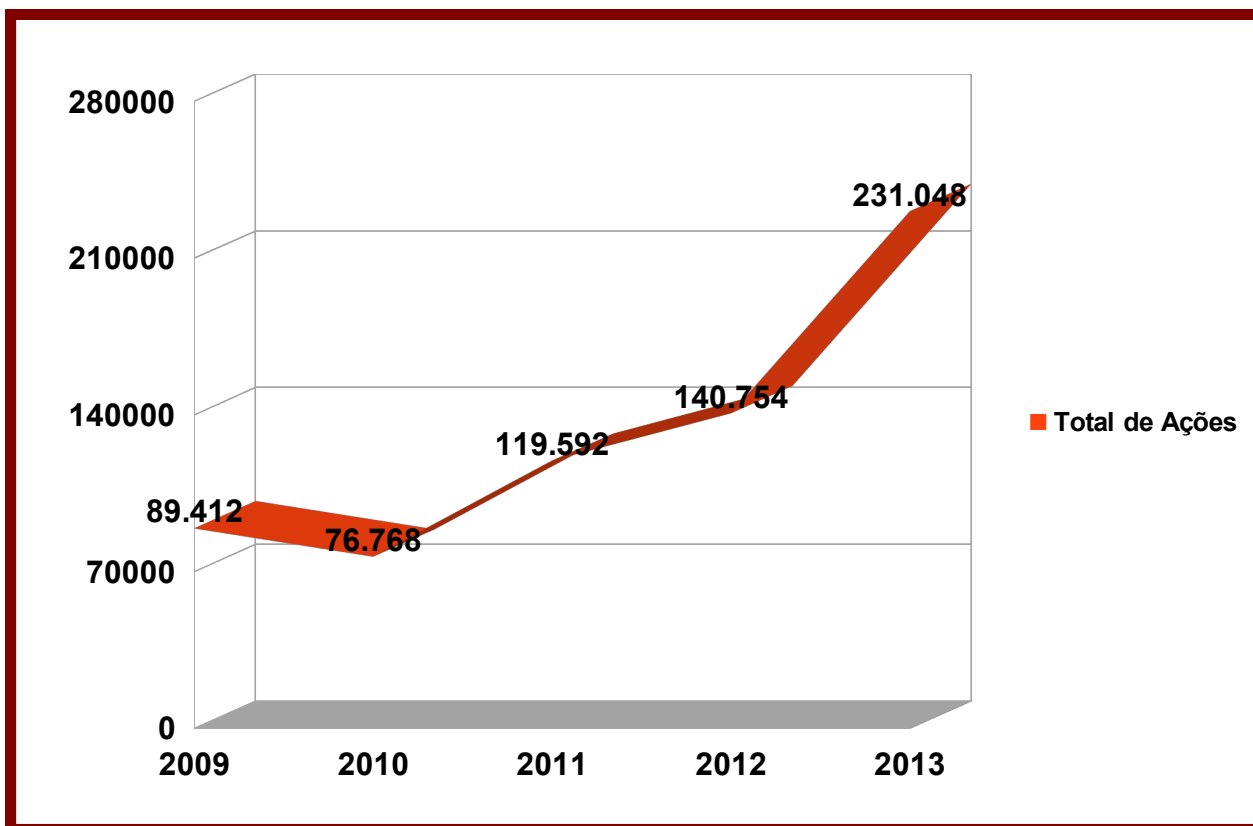
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão e PPA 2012 – 2015

Por meio das ações e projetos elencados no Programa Justiça, o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus objetivos estratégicos.

Em 2013, foram produzidos esforços que se refletiram novamente em número recorde de atuação dos membros deste órgão ministerial e, conseqüentemente, em benefícios à sociedade.

A evolução da produção do órgão fica evidente quando da análise do gráfico abaixo, que mostra, em números, a atuação de seus membros na atividade finalística entre os anos de 2009 e 2013:

Figura 4.2.1 – Evolução da atuação do MP/TO entre 2009 e 2013 (Em número total de ações finalísticas)



Fonte: Deplan – Relatório de Atividades Funcionais (RAF)

Podemos auferir que, apesar dos esforços de melhoria do órgão, até meados de 2010 faltava um norte para a atuação ministerial. Esse norte foi dado com o advento do Planejamento Estratégico e a implementação do GESPÚBLICA, programas que possibilitaram conhecer profundamente os gargalos institucionais, os quais passaram a ser firmemente combatidos objetivando a melhoria da prestação de serviços à sociedade.

Produzimos resultados positivos também na análise individual das diversas áreas de atuação, superando as metas de nosso planejamento estratégico e do próprio Plano Plurianual em diversos indicadores, como pode ser conferido no quadro inaugural deste Programa Justiça, fls. **24/28**.

Entretanto, em semelhança ao ocorrido no ano de 2012, a proposta orçamentária apresentada por esta Procuradoria-Geral de Justiça junto à Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão pública foi desconsiderada no momento da

aprovação da Lei Orçamentária Anual, restando a este órgão promover diversas alterações logo no princípio do exercício de 2013 para assegurar recursos para ações básicas do órgão, como folha de pagamento e tarifas de água, energia, telefonia e internet.

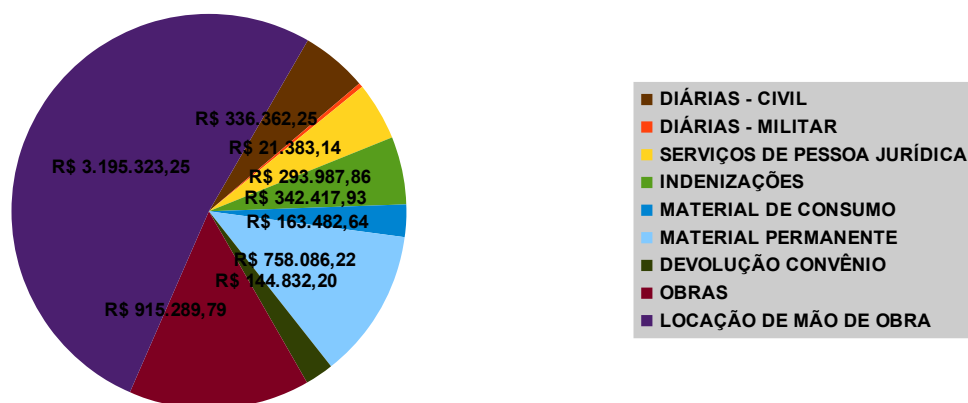
O orçamento aprovado não permitiu o alcance de alguns objetivos e indicadores, afetando diretamente os investimentos do órgão, que tiveram significativas reduções para adequação das ações básicas.

Dentre as ações mais afetadas pela restrição orçamentária, podemos citar a construção de Promotorias de Justiça, cujo valor aprovado não permitiu construir 02 (duas) novas Promotorias previstas, restando possível apenas a construção da Promotoria de Justiça de Pedro Afonso, além da ação de Renovação da Frota de Veículos, cujo corte afetou a substituição de 05 (cinco) veículos de nossa frota.

Para fins de comprovação dos prejuízos que tal redução no orçamento provocaria, este Ministério Público, através de sua Procuradora-Geral de Justiça empreendeu diversas reuniões com membros da Assembleia Legislativa, da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública e com o Governo do Estado, restando infrutíferas as solicitações de recursos pleiteadas.

4.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos



Fonte: Siafem.

O orçamento disponibilizado para o Programa Justiça durante o exercício de 2013, apesar de não ter sido suficiente para promover todas as ações previstas, teve execução próxima a 100%.

No quadro abaixo, demonstramos as movimentações orçamentárias do Programa, ampliadas neste exercício em razão do envio para a Assembleia Legislativa, por meio da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública, de proposta de orçamento em desacordo com o planejamento realizado por este Ministério Público.

Tal situação foi amplamente divulgada pela mídia, quando do processo de votação da Lei Orçamentária Anual, bem ainda, foi noticiada ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Secretário de Estado de Planejamento e Modernização da Gestão Pública.

Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	03.091.1030.1188	-	-	-100.000,00
		03.091.1030.2012	-	-	-16.485,00
		03.091.1030.2154	-	-	-64.107,00
		03.091.1030.2184	-	-	-10.954,00
		03.091.1030.2250	-	-	-9.750,00
		03.091.1030.2251	-	-	-44.329,00
		03.091.1030.2252	-	-	-7.338,00
	Subtotal	-	-	-	-252.963,00
	Recebidos	03.091.1030.1017	-	-	75.050,00
		03.091.1030.1064	-	-	115.290,00
		03.091.1030.1098	-	-	487.045,00
		03.091.1030.1182	-	-	20.777,00
		03.091.1030.2177	-	-	82.242,00
	03.091.1030.2253	-	-	102.903,00	
Subtotal	-	-	-	883.307,00	
Total	-	-	-	630.344,00	

Fonte: Siafem

Importante ressaltar o significativo acréscimo de recursos promovido na ação de Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE – 03.091.1030.1098, que se fez necessária para promover os meios tecnológicos que possibilitem aos membros atuar no Sistema de Processo Eletrônico E-Proc, além da programada substituição dos equipamentos com mais de 05 (cinco) anos de uso, obsoletos em razão do advento dos novos sistemas.

4.4 AÇÕES

4.4.1 Ação 1017: Aparelhamento das unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.1 – Resumo da Ação

Título	1017 - Aparelhamento das unidades do Ministério Público			
Descrição:	Estruturação do Ministério Público do Estado do Tocantins mediante a aquisição de equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação, recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade aparelhada	%	55	40,35	73,36
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
160.000,00	235.050,00	218.889,41	180.145,71	93,12%

Nos últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça assegurou o amplo desenvolvimento de suas atividades por meio de ações, visando dar suporte à área

finalística do órgão, com destaque para o fortalecimento de sua infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para a modernização e instalação de Promotorias de Justiça.

Com o objetivo de atender este avanço, a ação Aparelhamento das Unidades do Ministério Público contou com recursos orçamentários autorizados no montante de R\$ 235.050,00 sendo R\$ 234.220,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$ 830,00 na fonte 0226 (alienação de bens). Deste total, foi empenhado o montante de R\$ 218.889,41, o que significa 93,12% dos recursos autorizados pela LOA 2013.

A Procuradoria-Geral de Justiça buscou adquirir novos equipamentos e materiais, visando modernizar e incrementar a capacidade de atuação deste órgão, bem como atender a um dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico: “Garantir infraestrutura física adequada”

Assim, as despesas executadas contribuíram para adequar o mobiliário das Promotorias de Justiça, principalmente daquelas recém-inauguradas no interior do Estado e das que funcionavam sob contrato de locação, em prédios alugados que não atendiam às suas necessidades. Vale destacar, ainda, as aquisições de mobiliários pontuais para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo das aquisições de mobiliários no exercício 2013:

Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2013.

Descrição	Quantidade
24 – aparelhos, equipamentos, utensílios médicos	
Unidade móvel de oxigênio portátil (Cilindro 7 LT)	01
27 – Aparelhos e utensílios domésticos	
Forno micro-ondas 17l CMM 25 AB	01
Condicionador de ar split 7000 BTUS HI WALL ADG 220v	03
Condicionador de ar SSFA-12000-2 (220v-frio)	12
Condicionador de ar tipo split 18.000 BTUS inverter HI WALL, modelo SRF 220v, marca: ELGIN	12
Condicionador de ar split 24000 BTUS, modelo SRF 220v	04

Condicionador de ar 30.000 BTUS, modelo 42 LUC30C5	06
Frigobar 120l, cor branca Modelo: RE120	09
Fogão 04 bocas na cor branco, modelo: Primo	01
Liquidificador 3 velocidades, cor branca, Modelo.: L32	03
29 – Maquinas ferramentas e utensílios de oficina	
Maçarico Automático	01
Bomba de Vácuo de 7 CFM	01
Maçarico Gás Queimador	01
32 – Mobiliário em geral	
Gaveteiro lateral com 4 gavetas, dimensões: 460x600x750mm, cor maple, modelo:100 GL4460	16
Armário fechado com 2 portas, dimensões: 800x500x1600mm, cor maple, modelo: AA516800	18
Armário em aço para cozinha suspenso, dimensões:1200x550x300mm, cor: branca, modelo: IP3D	03
Armário superior suspenso, em MDF 25mm, cor: maple	16
Armário tipo roupeiro com 12 portas, cor: cinza	01
Armário fechado com 2 portas, 800x500x1600mm, cor: maple.	19
Estante alta aberta, dimensões : 800x500x1600mm, cor: maple	04
Estante em aço c/ 06 bandejas, dimensões: 900x300x1980mm, cor: cinza, marca: Caderode	04
Balcão de atendimento linear, dimensões: 1300x700/300x1100/740mm, cor: maple, modelo 600-MBARES1117	09
Balcão de atendimento curvo, cor: maple, dimensões: 1100x1100x700/300x1100/740mm, modelo: 600MBARES1117	04
Balcão Crendeza 4 portas de alumínio vidro, dimensões: 1800x500x750mm wengue, modelo 500CRAL51800.	01
Mesa de reunião semi oval, dimensões: 3300x1200x750mm, cor wengue, modelo 601-mopp3ct3312.	04
Jogo de mesa para cozinha com 04 cadeiras tubular modelo: Paris Plus, marca: Brastubo	01
Mesa de centro, medindo: 700x700x400mm, cor maple, modelo: ACMCT774D.	05
Mesa de apoio multi uso em laminado com rodas, cor marrom, modelo: MU 6001	05
Poltrona diretor giratória com braços, cor preta	22
Poltrona presidente giratória com braços, cor preta	15

Poltrona fixa espaldar médio com prancheta escamoteável, revestimento: tecido crepe 100% poliéster, cor vermelha	154
Cadeira executiva giratória multirregulável com braços, revestimento: tecido crepe 100% poliéster, cor vermelha	43
Longarina executiva com 03 lugares, revestimento: tecido crepe 100% poliéster, cor vermelha	11
Quadro mural em acrílico cristal com quatro bandejas, tamanho: A3	05
Quadro de feltro para avisos com molduras em alumínio, dimensões: 0,9x1,2	03
Quadro branco com moldura em alumínio, dimensões: 1,5x1,2 m	01
Escada de alumínio 7 degraus	01
Estação de trabalho, dimensões: 1200x1200x600x750mm, cor: Faggio	22
Mesa linear balcão com painel metálico perfurado, dimensões : 1300x700x750mm, cor: wengue	03
Mesas em MDF branco tx 15 mm , dimensões: 0,77 m de altura	03
38- Aparelhos e instrumentos técnicos de medição, teste e controle	
Alicate amperímetro	01
Mini alicate amperímetro digital	01
39 – Aparelhos e equipamentos de comunicação	
Aparelho de FAX, modelo KXFT932BR, cor preta grafite	03
Central PABX 8 linhas 2 ramais, modelo: híbrida digital	03
Terminal inteligentes modelo: NKT 4245 c/ modelo 16	03
Rádio comunicador, marca: Intelbrás, modelo: TWIN	04
46 – Máquinas e equipamentos gráficos	
Guilhotina em aço, dimensão: 46 cm	01
47 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
Televisor LED 32, cor preta, modelo UN32EH4000	02
Maquina fotográfica digital, cor prata, modelo DSC W 620	02
Caixa amplificadora, marca: Cicloton, modelo: multi 500 125W RMS.	01
Aparelho de DVD Player, cor preta grafite, modelo: D05	01
48 – Equipamentos hidráulicos, elétricos e enérgicos	
Estabilizador 02KVA, voltagem: bivolt	08
57 – Máquinas e utensílios de escritório	
Relógio protocolador eletrônico, marca: Henry Prot	01
Suporte para fixar monitores	110

Suporte de mesa para monitor de LED/LCD	40
Suporte para monitor, modelo: P300	74

Fonte: Siafem

4.4.2 Ação 1064: Construção das Promotorias do Ministério Público

Quadro 4.4.2 – Resumo da Ação

Título	1064 - Construção das Promotorias do Ministério Público			
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade Construída	Porcentagem	30	25,14	83,80
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
800.000,00	915.290,00	915.289,79	283.974,02	100,00

A Ação Construção das Promotorias do Ministério Público provê recursos destinados a ampliar e adequar a infraestrutura física visando atender ao objetivo estratégico “Garantir infraestrutura física adequada”.

Sob esta ótica, o Ministério Público do Estado do Tocantins vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram uma nova realidade às atividades ministeriais. Ao invés de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do Ministério Público agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Em relação ao projeto arquitetônico, este é adaptado à demanda de cada comarca, seguindo todas as normas de acessibilidade. Os espaços contam sempre com gabinetes para Promotor, salas para analista jurídico, recepção, copa, almoxarifado, banheiros públicos, banheiros e garagens privativas para membros. De acordo com a necessidade da Comarca, também foram construídos auditórios e salas de reuniões e audiências. Idosos e pessoas com deficiência também foram contemplados com vagas específicas nos estacionamentos.

Todos os detalhes foram planejados para um maior conforto, a exemplo da opção de aproveitar a luz e a ventilação natural em todos os ambientes, apesar da climatização. Aliás, todas as novas sedes foram inauguradas contando com aparelhos de ar-condicionado, móveis e equipamentos de informática totalmente novos.

No mês de março de 2013, Arraias foi mais uma cidade contemplada com a construção da sede definitiva da Promotoria de Justiça. Com 408,02 metros quadrados de área construída, a edificação contempla gabinetes, com respectivas salas para analistas jurídicos, recepção, plenário, copa, área de serviço, além de almoxarifado e sala de reunião. A obra, iniciada em 2012, foi concluída com recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Em junho de 2013, os cidadãos do município de Guaraí comemoraram a inauguração da sede definitiva das Promotorias de Justiça. A solenidade de entrega do prédio reuniu integrantes do MPE, autoridades locais e a comunidade em geral. Além de Guaraí, a Comarca abrange também o município de Fortaleza do Tabocão, beneficiando 23.200 habitantes. Esta obra, também iniciada em 2012, foi concluída com recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados e, ainda, com aditivo do ano de 2013.

Outra cidade contemplada com instalações definitivas foi Pedro Afonso, obra em andamento, localizada no Nordeste do Estado. O início das obras teve como marco

inicial o lançamento da pedra fundamental, ocorrido em 27/09/2013, quando foi anunciado que as instalações contarão com 478,31 metros quadrados de área construída. Ressaltamos que o recurso necessário para conclusão da obra está garantido no orçamento de 2014.

Cumpre-nos, pois, detalhar esses investimentos para possibilitar a análise da envergadura destas obras e seus custos principais:

Tabela 4.4.2.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Arraias.

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Arraias		
Processo nº:	2011/0701/0176		
Licitação:	Concorrência nº 001/2011		
Contrato nº:	071/2011		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Área do terreno: 1.500,00 m² •Área construída: 408,02 m² •Área urbanizada*: 1.091,98 m² •Dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo •Plenário •Banheiro público com acessibilidade •Garagem privativa para os membros; •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos 		
Inauguração:	11/12/12		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.172.057,86	Valor Aditivado R\$ -185.187,81	
Valor Total da Obra	R\$ 986.870,05		-
Valor Medido	R\$ 986.870,05		100,00%
Valor Pago	R\$ 986.870,05		100,00%
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.418,68		-
Execução no exercício 2012	R\$ 824.944,63		84,35%
Execução no exercício 2013	R\$ 161.925,42		15,65%

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

O novo prédio tem 408,02 m² de área, sendo totalmente adaptado às normas de acessibilidade, proporcionando maior comodidade à população que necessita dos serviços da Instituição e aos próprios servidores, que poderão contar com um

ambiente mais estruturado. No local, foram instalados dois gabinetes, com respectivas salas para analistas jurídicos, recepção, plenário, copa, área de serviço, além de almoxarifado e sala de reunião. Com um investimento de R\$ 986.870,05, a execução da obra iniciou em 2012, sendo concluída em março de 2013.

As instalações contam, ainda, com garagem privativa para os membros e estacionamento com vaga especial para idosos e portadores de necessidades especiais, além de respeitar todas as normas de acessibilidade.

Tabela 4.4.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Guaraí

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Guaraí - Regional de Guaraí		
Processo nº:	2012/0701/0073		
Licitação:	Concorrência nº 002/2012		
Contrato nº:	049/2012		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Área do terreno: 1.500,00 m² •Área construída: 478,31 m² •Área urbanizada: 1.021,69 m² •Três gabinetes de promotoria •Plenário •Banheiro público com acessibilidade •Garagem privativa para os membros; •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos 		
Inauguração:	2013		
Valor inicial do contrato	R\$ 893.863,45	Valor Aditivado	R\$ 114.896,08
Valor Total da Obra			R\$ 1.008.759,53
Valor Medido			R\$ 1.008.759,53
Valor Pago			R\$ 1.008.759,53
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.109,08
Execução no exercício 2012			R\$ 500.769,27
Execução no exercício 2013			R\$ 507.990,26
			Percentual de execução %
			-
			100,00%
			100,00%
			-
			47,85%
			52,15%

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

Com área total de 1.500 m², localizado no centro da cidade de Guaraí, foram construídos 478,31 m², distribuídos em três gabinetes para Promotor de Justiça com banheiros privativos, três salas para analistas, plenário, protocolo, recepção,

almoxarifado, arquivo, copa, banheiros para o público, depósito e rack.

Assim, como as demais construções, as instalações contam, ainda, com garagem privativa para os membros e estacionamento com vaga especial para idosos e portadores de necessidades especiais, além de respeitar todas as normas de acessibilidade.

Tabela 4.4.2.3 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso	
Processo nº:	2013/0701/0207	
Licitação:	Concorrência nº 001/2013	
Contrato nº:	089/2013	
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Área do terreno: 1.150,00 m² •Área construída: 485,27 m² •Área urbanizada*: 395,59 m² •Três gabinetes de promotoria com banheiro privativo •Plenário •Banheiro público com acessibilidade •Garagem privativa para os membros; •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos 	
Valor inicial do contrato	R\$ 1.034.566,68	Percentual de execução
Valor Medido	R\$ 260.062,90	
Valor Pago	R\$ 260.062,90	25,14%
Valor Final por metro quadrado construído	-	-
Execução no exercício 2013	R\$ 260.062,90	25,14%

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

4.4.3 Ação 1098: Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE

Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação

Título	1098 – Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPE para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas,

projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender as demandas das Unidades do MPE, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Setor de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	66	71,11	107,74
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
107.475,00	594.520,00	594.228,61	310.335,11	99,95

Para atender a meta estratégica de “Garantir infraestrutura física adequada para realizar atividades e funcionamento dos sistemas necessários” proposta no Planejamento Estratégico 2010-2018, a principal iniciativa instituída pela Procuradoria Geral de Justiça, desde o final do ano de 2010, foi o “Projeto de Infraestrutura de Tecnologia da Informação” que visa disponibilizar novos hardwares para atender as demandas tanto da área fim, quanto da área meio, sendo desde computadores e impressoras, a scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.

Este projeto contempla, também, a infraestrutura de videoconferência e telefonia IP, além de equipamentos necessários para o fornecimento dos serviços online, bem como a substituição de hardwares obsoletos.

O projeto de TI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico – Garantir infraestrutura física adequada para realizar atividades e funcionamento dos

sistemas necessário – constante no Mapa Estratégico desta PGJ. Além disso, é uma das iniciativas para dar suporte a outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Outra importante iniciativa, foi instituído através do ato n.º 072/2011, de 19/05/2011, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito desta PGJ e em cumprimento às determinações contidas na resolução n.º 70 do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público.

➤ **Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tendo como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2013, com orientações do Projeto de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, e em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais.

O Ministério Público do Estado do Tocantins têm buscado implementar melhorias no ambiente organizacional com o uso estratégico de ferramentas tecnológicas (adesão ao processo eletrônico na área finalística, agilização de processos, estrutura, comunicação e desburocratização).

Neste contexto, as aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento Estratégico 2010-2018, em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais.

Assim, com o intuito de possibilitar a completa implementação do programa e de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, além de adquirir o sistema completo de certificação digital, o que está garantindo a completa segurança das informações geradas pelos Promotores e Procuradores de Justiça, conforme relacionado a seguir:

Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2013.

Item	Descrição	Ano		
		2011	2012	2013
01	Computadores	83	80	189
02	Monitor LCD	82	80	378
03	Nobreaks	80	80	259
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-
05	Estabilizadores	60	40	68
06	Impressora a laser	41	03	-
07	Impressora multifuncional	10	-	58
08	Scanner profissional	08	24	15
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-
10	Suporte Monitor	-	-	264
11	Datashow	08	-	-
12	Token	40	130	-
Total		406	440	1.231

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

➤ **Desenvolvimento e produção de sistemas**

O ano de 2013 foi marcado pelo início do desenvolvimento de sistemas de expressiva importância para a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins. Dentre os sistemas, destacamos a seguir:

- Sistema de Patrimônio integrado com o Athenas;
- Sistema de Atendimento, juntamente com análise e projeto;
- Sistema de Estágio Probatório;
- Sistema de Movimentação de Processos Administrativos;
- Sistema de Licenças e Afastamentos;
- Interface da nova Intranet;
- Módulo ATHENAS para equipamentos móveis com Android;
- Novo layout de pesquisa do Portal da Transparência, para informações de diárias e RH;

- Manutenção do SGA Arquimedes;
 - Administração/Suporte Banco de Dados;
 - Geração e Manutenção em Relatórios;
 - Desenvolvimento/Suporte no RAF;
 - Estudos para Migração Oracle/PostgreSQL – Athenas;
 - Estudos para Migração Oracle/PostgreSQL – Arquimedes;
 - Criação dos carregadores para o Viabilize, Plansaúde e Arquivos Genéricos;
 - Criação do Controle dos Dependentes de membros e servidores (financeiro – IRPF, auxílio-creche e outros);
 - Alteração de layout da RAIS 2013;
 - Correções de erros e novas implementações nos sistemas utilizados, como: Folha de Pagamento, Diárias, Afastamentos, RAF, Contratos, Atendimento a usuário;
 - Implementadas funções de cálculos na folha para adicional de férias, auxílio creche e auxílio alimentação;
 - Disponibilização e suporte do ATHENAS para outros Órgãos Públicos, como: Defensoria do Tocantins, MPAM, MPPE e MPRO;
- Apresentação do ATHENAS para outros Órgãos como: MPCE e MPMT.

Vale destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, estes que servirão para tomada de decisão e também como ferramentas de controle.

Para o exercício de 2014, destacamos alguns sistemas a serem desenvolvidos, conforme Tabela 4.4.3.2 – Sistemas Previstos, a seguir:

Tabela 4.4.3.2 – Sistemas Previstos

Item	Sistema	Posição	Dificuldade
1	Relatório de Atividades Funcionais no Athenas	Previsto 2014	3
2	Virtualização de Extrajudicial	Previsto 2014	5
3	Distribuição Processual Virtual	Previsto 2014	4
4	Integração sistema Athenas e TJTO (MNI)	Previsto 2014	4
5	Assinatura Digital	Demanda	5
6	Gestão de Avaliação de Produtividade e Desempenho	Demanda	2

7	Controle de Arquivo Geral	Demanda	4
8	Virtualização de Processos Administrativos	Demanda	5
9	Novas funcionalidades do Controle de Contratos (SRP)	Demanda	3
10	Sistema de almoxarifado no Athenas	Demanda	4
11	Pesquisa textual no Athenas	Previsto 2014	5
12	Sistema de Pontuação de Membros para promoção	Demanda	4
13	WIKIpédia do MPETO	Demanda	1
14	Controle Médico	Demanda	2
15	Gestão de Conhecimento	Demanda	1
16	Novas funcionalidades do Software de BI	Demanda	4
17	Gestão Acadêmico para o CESAF	Demanda	4
18	E-Social exigido pelo Governo Federal	Previsto 2014	5
19	Sistema de acompanhamento da atividade policial	Demanda	4

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Obs.: Onde está "Previsto 2014", significa que a execução dos projetos iniciarão no referido ano, podendo a sua maioria ser concluído ainda no exercício de 2014, dependendo do número de funcionalidades e participação das equipes de fora da TI, envolvidas no processo.

Tabela 4.4.3.3 – Registro de Atividades no Gestor de Projetos

Tipo de atividade	2013
Novas Funcionalidades	298
Correções de Problemas	64
Estudo de Problemas	9
Suporte de Problemas	49

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Obs.: Novas Funcionalidades referem-se a partes do sistema que ainda não haviam sido desenvolvidas, Correção de Problemas é a adequação de uma funcionalidade para que ela se comporte da forma desejável ou planejada, Estudo de Problemas ocorre quando sabemos da existência de um problema que necessita de correção, mas ainda não sabemos ou não temos segurança da profundidade dos seus impactos e por fim, o Suporte de Problemas compreende todo o apoio dado ao usuário para um problema que já teve correção e que precisa ser estudado e aplicado ao sistema com a finalidade de corrigir os dados.

➤ Perfil dos recursos humanos envolvidos

O Departamento de Tecnologia da Informação - DTI necessita de um quadro

próprio de TI para a execução de suas atribuições regimentais. O quantitativo de técnicos do quadro próprio está muito aquém do mínimo necessário, conforme estudos feitos para subsidiar a realização de concurso público, ainda, vigente, mostram que o déficit entre o quantitativo existente e o quantitativo.

Vale ressaltar que o cenário de crescente escassez de força de trabalho da instituição, frente ao aumento da demanda por serviços, vem sendo suprido com aumento da produtividade, racionalização de processos de trabalho, inclusive com o uso intensivo de tecnologia da informação, e com a utilização de estratégias de gestão focadas em resultados e em critérios de alocação dos servidores baseados em modelo de competências.

Identificado esse cenário, a área de gestão de pessoas tem buscado ser cada vez mais criteriosa na tomada de decisões que envolvem a força de trabalho, as quais se voltam para a manutenção do quadro, para a adequada distribuição dos recursos humanos entre as diversas áreas operacionais, além da melhoria da produtividade.

➤ **Segurança da informação**

A segurança da informação tem sido alvo de inúmeras ações da DTI, a começar pelos sistemas de informação, com destaque para aqueles que são expostos na internet, sem esquecer de toda a infraestrutura que suporta as aplicações inerentes à tecnologia da informação.

Visando manter o ambiente de TI provido de segurança razoável, de modo a não comprometer o ambiente operacional, muito menos expor as informações, a equipe da DTI executa, frequentemente, inúmeros procedimentos que possibilitam a identificação e minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa desta PGJ.

Ao longo de 2013, seguindo orientações que já remontam exercícios anteriores, foram realizadas diversas ações neste sentido, dentre as quais, destacamos:

- Substituição de HD do Storage de Backup;
- Substituição do Cooler de Resfriamento de um dos Servidores IBM X 3650;
- Ampliação dos discos dos Servidores de Banco de dados;
- Ampliação dos discos do servidor Athenas;
- Instalação de c na Promotoria de Justiça de Arraias;
- Cadastro certificado para acesso ao SVN do Athenas para o estado de Roraima;
- Ampliação de memória do HOST VMWARE ESXI 32 GB;
- Aplicação de Filtros para acesso controlado a conteúdo não permitido com políticas de liberação por endereço MAC;
- Solicitação para viabilidade de instalação do VMWARE ENTERPRISE PLUS;
- Melhorias no compartilhamento do expediente utilizando NFS – Prevenção de oplocks;
- Implantação de balanceamento de link nas máquinas virtuais ATHENAS, ARQUIMEDES , E-MAIL, WEB, LDAP, ARQUIVOS, BANCO DE DADOS;
- Implantação de acesso remoto através de certificado RSA ;
- Implantação de balanceamento de carga no serviço LDAP;
- Reconfiguração do nível de detalhe do log do servidor de arquivos (aumento do período de retenção);
- Virtualização do servidor Arquimedes (Implementação de 02 (duas) máquinas para atendimento exclusivo das Promotorias do interior do Estado);
- Virtualização do Servidor de Banco de Dados (Oracle, Mysql, Postgres);
- Instalação e Configuração de um novo Servidor de Banco de Dados Sql Server;
- Instalação e Configuração de um Servidor Dedicado para implantação de Plataforma EAD pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF;
- Instalação e manutenção do Servidor de Tarifação Telefônica;
- Mudança da plataforma Debian para Ubuntu Server 12.04 LTS para o serviço LDAP utilizando TLS/SSL;
- Implementação do protocolo Kerberos para autenticação segura em arquitetura cliente/servidor;
- Implantação dos roteadores dedicados nas comarcas da Procuradoria-Geral de Justiça – TZ 200;
- Estudo para reestruturação da rede de switches e roteadores da Procuradoria-Geral

de Justiça;

- Estudo para reestruturação do sistema de armazenamento e backup da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Estudo da ferramenta de Integração Zentyal UTM para Implantação de um AD DC (LDAP, KERBEROS, ACTIVE DIRECTORY, ARQUIVOS, DNS, NTP, DHCP, SSO);

4.4.4 Ação 1182: Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.4 – Resumo da ação

Título	2012 – Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público			
Descrição:	A reforma e ampliação do ambiente físico das unidades do Ministério Público, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: Avaliação da estrutura física atual, elaboração do projeto básico, elaboração de edital, abertura de processo licitatório, contratação de empresa para realização da reforma.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Reformada/ampliada	unidade	3	2	66,67%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
68.285,00	89.062,00	89.061,65	89.061,65	100,00%

Durante o ano de 2013, as Promotorias de Justiça de Gurupi e a Sede da Procuradoria Geral de Justiça passaram por melhorias e reformas, realizadas a partir de um levantamento das necessidades específicas de cada prédio, visando mantê-los em plenas condições de funcionamento.

Tabela 4.4.4.1 – Promotorias beneficiadas com reformas 2012/2013

Ano	
2012	2013
Localidade	
Araguaína	Gurupi
Colmeia	Sede PGJ
Dianópolis	-
Paraíso	-
Pium	-

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

As reformas realizadas tem por objetivo promover a melhoria das instalações existentes e adequar os espaços tanto para o cidadão usuário quanto para os membros e servidores do Ministério Público.

Cada Promotoria tem sua peculiaridade, assim, entre os serviços realizados foram feitos a troca das instalações elétricas e hidráulicas, a reforma das instalações, a pintura, a readequação do espaço interno, a ampliação e a construção de novas salas.

Apresentamos, a seguir, um resumo das realizações:

Resumo das reformas

No imóvel sede das Promotorias de Gurupi foram executadas as seguintes modificações:

- No calçamento externo, com adequação da rampa de portadores de mobilidade reduzida;
- Implementação de grades de proteção nas janelas;
- Substituição dos vidros fixos das janelas por vidros móveis;
- Readequação dos sanitários para portadores de mobilidade reduzida;
- Substituição de telhado, calhas e rufos; e,
- Substituição do ramal de entrada.

Quanto ao imóvel sede da Procuradoria Geral de Justiça foram executadas:

- Sala de apoio, no térreo, para atender os servidores, principalmente da área de limpeza e manutenção, nos intervalos de trabalho;
- Reestruturação do espaço físico da recepção do GAECO;
- Instalação de grades de proteção em todas as janelas externas do térreo e nas portas de acesso secundário, trabalho executado em conjunto com a Área de Manutenção e Segurança;
- Instalação de alarme antifurto e luminárias externas.

4.4.5 Ação 1188: Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 4.4.5 – Resumo da ação

Título	1188 – Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	6	0	0,0
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obedecendo a priorização das ações delineadas no Planejamento Estratégico 2010-2018, bem como o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2013, não foi possível cumprir o cronograma de aquisições previsto para renovar a frota de veículos do MP/TO em razão do corte na proposta orçamentária promovido pela aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Tal situação se deve ao fato de a ação de Renovação da Frota de Veículos do MP/TO não ter sido indicada com projeto prioritário no Planejamento Estratégico e no Plano Plurianual do órgão, cabendo assim, o corte dessa ação em benefício do alcance de resultados dos projetos prioritários para a instituição.

Outro fator que contribuiu para a realização do corte foi que o custo de manutenção dos veículos da frota deste MP/TO continuou a cair em 2013 em relação aos anos anteriores, refletindo que os investimentos promovidos anteriormente já geraram os resultados esperados.

4.4.6 Ação 2012: Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público

Quadro 4.4.6 – Resumo da ação

Título	2012 – Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público			
Descrição:	Elaboração do planejamento anual de cursos, congressos, seminários e encontros; contratação de empresas especializadas e pessoas físicas de notório saber para ministrar cursos, seminários e outros assuntos relacionados a capacitação; Implementação do programa de formação e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores; Definição de sistemática de controle e acompanhamento de resultados das capacitações realizadas; Apoio a realização das Oficinas de Trabalho (divulgação, logística, estrutura, material, palestrante) e proporcionar subsídios para a graduação de servidores.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Horas de Capacitação por Servidor / Membro	Unidade	21	13,71	65,29%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
98.665,00	82.180,00	82.178,35	82.178,35	100,00%

Em relação à programação orçamentária, foi disponibilizado um montante de R\$ 82.180,00, conforme o quadro 4.4.6, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram empenhados R\$ 82.178,35, o que significa 100% dos recursos autorizados no exercício. Assim, podemos notar que a execução orçamentária ficou bem próximo ao valor inicialmente previsto, R\$ 98.665,00.

Os recursos dispendidos nesta ação foram utilizados para pagamento de despesas de membros e servidores em eventos, cursos, seminários, congressos, pagamento de diárias, taxa de inscrição e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoa.

Também está inserido na presente ação o custeio de 16 bolsas auxílio de estudo para servidores deste Ministério Público em cursos de graduação, com benefícios de até 30% do valor do curso realizado.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF encontra-se em processo de construção do seu Plano Educacional para treinamento, desenvolvimento, atualização de membros e servidores desta PGJ. Para tanto, já possui uma trajetória de atividades com parcerias interinstitucionais e respaldado pelo Planejamento Estratégico Institucional 2010-2018, que possibilitou a definição de processos para a criação de uma cultura educativa no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Durante o ano de 2013, o CESAF desempenhou um papel indutor na identificação das necessidades de treinamento, visando atender ao objetivo estratégico de “Assegurar o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público”. Este trabalho buscou avançar e aprimorar as parcerias com outras instituições no intuito de oportunizar a participação de membros e servidores em cursos gratuitos ou com custo acessível.

A equipe do CESAF empreendeu esforços para garantir, através do planejamento das ações educacionais e incorporação de novas tecnologias, tais como transmissão online e plataforma Moodle (a serem disponibilizadas em 2014), ampliar a oferta, quantidade, qualidade e alcance dos conteúdos educacionais oferecidos aos integrantes deste Parquet. O trabalho realizado buscou avançar e aprimorar as parcerias com outras instituições no intuito de oportunizar a participação de membros e servidores

em cursos gratuitos ou com custo acessível.

Para atender à finalidade da presente ação, importantes iniciativas foram realizadas, com destaque para os seguintes treinamentos:

➤ **Atividades Desenvolvidas em 2013**

Como forma de incrementar suas atividades, além dos eventos decorrentes das parcerias formais acima descritas, o CESAF promove a divulgação de cursos e capacitações presenciais e via e-learning, realizadas por outras unidades do Ministério Público brasileiro e entidades públicas, nas áreas de interesse dos seus integrantes.

Com os recursos disponíveis para o ano de 2013, foi possível ao CESAF organizar, intermediar e/ou realizar diretamente ou por meio das estratégias acima delineadas as seguintes atividades de capacitação:

Tabela 4.4.6.1 – Resumo de eventos de capacitação

CATEG	MÊS	Atividades	Concluintes	Carga Horário
REU	FEV	Coordenadores Estaduais do Gespública	1	4
OFI	FEV	Guia de Inovação e Melhoria do Sistema de Gestão da Administração Pública	1	16
CUR	FEV/ABR	Introdução ao Direito do Consumidor - ILB e ANATEL	1	40
CUR	FEV/ABR	Processo Legislativo	1	45
REU	FEV/MAR	1ª Reunião Ordinária do CDEMP 2013	1	10
CUR	MAR	Certificação Profissional ANBIMA - CPA 20	6	32
CUR	MARÇO	Ética e Serviço Público - Turma 1/2013	1	20
EVE	MARÇO	Palestra Sobre o Dia Internacional da Mulher	89	4
EVE	MARÇO	Capacitação para equipes Multidisciplinares das Varas	1	8
EVE	MARÇO	1ª Jornada Internacional da Gestão Pública	1	16
CUR	MAR/ABR	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - Turma 1/2013	8	30
CUR	MAR/ABR	Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	7	30
CUR	MAR/ABR	Atendimento ao Cidadão	1	20

CUR	MAR/ABR	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	4	20
EVE	MAR	Workshop - Orientações Técnicas Sobre o Simba	15	2
CUR	MAR/MAI	Inteligência Institucional	1	40
CUR	ABR/MAI	Gestão Estratégica, Programas e Portfólio	1	40
SEM	ABR	Laboratório de Combate ao Crimes de Lavagem de Dinheiro	49	3
CUR	ABR/MAI	III Curso de Alinhamento Conceitual do PNLD	3	80
EVE	ABR	Treinamento básico para os integrantes dos novos Laboratórios Contra Lavagem de Dinheiro	1	14
EVE	MAI	Encontro Operacional dos Promotores da Infância e Juventude	36	8
CUR	MAI	Gerenciamento de Projetos	3	20
CUR	MAI/JUN	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - Turma 2/2013	1	30
EVE	MAI	Workshop de apresentação do Simba e LAB LD Gurupi	24	2
CUR	MAI/JUN	Ética e Serviço Público - Turma 3/2013	1	20
CUR	JUN	XXI Curso Licitações e Contratos	5	24
CUR	JUN	Prevenção de Danos nas Construções Públicas	1	20
EVE	JUNHO	Ciclo de Debates: Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública	9	8
CUR	JUN/AGO	Capacitação em Direito do Consumidor	3	60
CUR	JUN	Orientações Técnicas em Obras Públicas	2	8
CUR	JUN	Administração e Desenvolvimento de Projetos	1	24
CUR	JUN	Instrumentos de Atuação do MPF em Tutela Coletiva	2	16
SEM	JUN	Seminário Planejamento Estratégico – Ações para integração e desenvolvimento do Ministério Público	136	4
EVE	JUL	Workshop de análise financeira	1	16
CUR	AGO	Nova regra ortográfica	1	20
CUR	AGO	I Curso de Análise LAB-LD	1	30
EVE	AGO	Investigação Financeira: Integração da Defesa do Patrimônio Público e do Combate à Corrupção	1	20
CUR	AGO	Gestão de Pessoas: Relação no trabalho com ênfase na Lei Maria da Penha	1	20
CUR	AGO	Suprimento de Fundos	3	20
SEM	AGO	Novas estratégias no combate ao Crime Organizado	75	16

CUR	AGO	Direito Administrativo com ênfase na Lei 1818/2007	1	20
CUR	AGO	Orçamento Público - Execução Orçamentária	1	20
CUR	AGO	Regime Diferenciado de Contratação - RDC	3	16
CUR	AGO	Gestão de Qualidade no Serviço Público	3	20
CUR	AGO/SET	Legislação aplicada à Logística de Suprimentos - Turma 4	1	30
EVE	AGO/SET	Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha	1	8
EVE	AGO	Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha	1	8
CUR	SET	*Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio - i	37	12
CUR	SET/NOV	Violência Contra a Mulher	2	50
CUR	SET/NOV	Curso Prático de Execução Penal à Distância	2	50
SEM	SET	Seminário Nacional Sobre Licitação	2	16
CUR	SET	Excel avançado	1	20
CUR	SET	Gestão de Segurança Institucional	1	35
CUR	SET	Direito Penal: Crime Contra a Administração Pública	2	20
CUR	SET/NOV	Curso de Proteção de Dados Pessoais	1	60
CUR	SET/NOV	Crimes Contra as Relações de Consumo	1	60
CUR	SET/NOV	Capacitação em Direito do Consumidor	5	60
SEM	SET	Seminário Sobre o FUNDEB	18	8
CUR	OUT	Comunicação e Marketing no Setor Público	1	20
SEM	OUT	Seminário Direito do Consumidor	34	8
CUR	OUT	*Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio - II	29	12
CUR	OUT	POSTGRESQL Essencial	1	24
CUR	OUT	POSTGRESQL Linguagem Procedural	1	16
EVE	OUT	V Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde	3	8
CUR	OUT	POSTGRESQL - Administração do Banco de Dados	1	24
CUR	OUT	Fiscalização de Contrato	1	20
CUR	OUT	POSTGRESQL Performance Tuning	1	16
EVE	OUT	XVIII Encontro de Contabilidade do Tocantins	3	12
CUR	OUT	Contabilidade Pública	3	20
CUR	OUT	POSTGRESQL - Alta disponibilidade	1	16
CUR	OUT/NOV	*Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio - III	21	12
CUR	NOV	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreiras - 6/2013	1	20

CUR	NOV	Fiscalização de Contrato	1	20
CUR	NOV	Atendimento aos Usuários: Eu faço a diferença	1	20
CON	NOV	I Congresso Internacional em Direitos Humanos do Tocantins	1	30
CUR	NOV	Administração do INFOSPHERE DATA EXPLORER	1	21
CUR	NOV	A excelência em Gestão Pública	2	20
CUR	NOV	E-social - Spead da Folha de Pagamento Digital	6	8
CUR	NOV	Construção de Aplicações de Busca Semântica	1	14
CUR	DEZ	Direito Administrativo com ênfase na Lei 1818/2007	1	20
CUR	DEZ	*Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio - IV	14	8

Legenda: CON – CONGRESSO; CUR – CURSO; EVE – EVENTO; REU – REUNIÃO; SEM – SEMINÁRIO

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF

*Dados passíveis de atualização, uma vez que a apuração dos concluintes ainda está em andamentos.

➤ **Resumo das Principais Atividades Desenvolvidas em 2013**

1. Workshop: Apresentação do Simba e LAB-LD. Realizado em parceria com o GAECO/MPE-TO, com o objetivo de apresentar aos promotores, magistrados e servidores com atuação na área de combate ao crime organizado na Regional de Araguaína, as novas funcionalidades do Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro.

Data: 23/03/2013, no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína.

Carga horária: 2h.

Certificados: 15

2. Seminário – Laboratório de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro.

Promovido pelo CESAF em parceria com GAECO, objetivando apresentar as vantagens e funcionalidades do Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro, adquirido em parceria com o Ministério da Justiça, tendo como palestrantes o Agente de Polícia Federal e Coordenador do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, Roberto Zaina (Palestra: Criação e Funcionalidades do LAB-LD) e o Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Fernando Cesar Malafaia (Palestra: Uma nova ferramenta à disposição dos órgãos de Controle).

Data : 09/04/2013

Local : Auditório do 1º piso da PGJ – Palmas-TO.

Participantes : Membros e Servidores do MPE/TO, TJ-TO, MPF, Receita Federal e SSP/TO.

Certificados: 49

3. Palestra - Encontro Operacional dos Promotores da Infância e Juventude.

Promovida pelo CESAFA, em parceria com o CAOP da Infância e Juventude, destinada aos membros e analistas com atuação na área da Infância e Juventude, debatendo temas como A proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Defesa do Direito à Educação, Assistência Social e o MP, e Atuação do MP na Proteção dos Direitos da Criança e dos Adolescentes. Teve como palestrantes Murilo Digiácomo, Promotor de Justiça do Estado do Paraná, Sidney Fiori Júnior, Promotor de Justiça do Estado do Tocantins e Coordenador do CAOPIJ, e Edileuza Gomes Barbosa, Assistente Social.

Data : 03/05/2013.

Local: Auditório do 1º Piso da PGJ/TO.

Certificados: 36

4. Workshop: Apresentação do Simba e LAB-LD. Realizado em parceria com o GAECO/MPE-TO, com o objetivo de apresentar aos promotores, magistrados e servidores com atuação na área de combate ao crime organizado atuantes na regional de Gurupi-TO as novas funcionalidades do Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro desta PGJ.

Data: 17/05/2013, no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO.

Carga Horária: 2h

Certificados: 24

5. Seminário: Planejamento Estratégico Nacional – Ações para Integração e Desenvolvimento do Ministério Público. Realizado pelo CESAFA, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo como objetivo o pensar estratégico, a difusão de ideias e projetos que visem o aprimoramento do Ministério Público, com a participação dos conselheiros Cláudia Maria de Freitas Chagas, Fabiano Augusto Martins Ferreira e membros auxiliares.

Data: 28/06/2013, no auditório do Térreo desta PGJ.

Carga horária: 4h

Certificados: 136

6. Seminário: Novas Estratégias no Combate ao Crime Organizado. Realizado pelo CESAFA, em parceria com o Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCO) e com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO/MP-TO), com ênfase nos crimes de fraude à licitação, cartéis, corrupção e lavagem de dinheiro, e medidas cautelares no processo penal.

Data: 15 e 16/08/2013, no auditório do 1º piso desta PGJ.

Carga Horária: 16h

Certificados: 75

7. Curso: Persecução Penal nos Crimes de Homicídios. Promovido pelo CESAF, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de promover a capacitação, troca de conhecimentos e compartilhamento de soluções entre agentes do Sistema Nacional de Segurança e Justiça. Teve como público-alvo Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Policiais Civis, Peritos Criminais e Policiais Militar de todo o Estado.

Carga horária: Curso dividido em 4 (quatro) módulos, totalizando 44 horas.

Modalidade: Presencial (Palmas) com transmissão para as 41 comarcas do interior do Estado.

Local: Auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT em Palmas e nas telessalas dos fóruns nas comarcas do interior.

Datas: Módulo I – 05 e 06 de setembro; Módulo II – 10 e 11 de outubro; Módulo III – 31 de outubro e 01 de novembro; e Módulo IV – 05 e 06 de dezembro.

Certificados: Módulo I - 37; Módulo II - 29; Módulo III – 21; e Módulo IV – 14.

8. Seminário sobre o FUNDEB. Realizado pelo CESAF, em parceria com o Centro de Apoio as Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ/MPTO), tendo como objetivo a discussão sobre o FUNDEB, pontos relevantes, sua aplicação e fiscalização, e como participantes agentes da área da educação de todo o estado.

Data: 27/09/2013, no auditório do térreo desta PGJ

Carga horária: 8h

Inscritos: 18

9. Seminário: Direitos do Consumidor. Realizado pelo CESAF, em parceria com a ESMAT, com transmissão para todas as 41 comarcas do interior do estado. O objetivo do evento é permitir que membros e servidores do Ministério Público, em interação com os demais agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, aprofundem seus conhecimentos em temas relevantes do direito consumerista. Foram palestrantes do evento os especialistas em Direito do Consumidor Mário Ângelo Leitão Frota, Ângela Maria Marini Portugal e Murilo de Moraes e Miranda (Presidente da Associação Nacional do Direito do Consumidor).

Data: 08/10/2013, na sede da ESMAT.

Carga Horária: 8h

Inscritos: 34

➤ **Outras atividades:**

- Reformulação do layout do auditório do 1º piso da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, tornando-o mais funcional e adaptado às atividades de capacitação promovidas pelo CESAF;

- Elaboração de Termo de Referência para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo destinados à transmissão, via web, dos conteúdos educacionais produzidos pelo CESAF (licitação finalizada);
- Preparação/viabilização do 1º Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins, destinado aos Promotores de Justiça ingressantes no MPE-TO por meio do concurso publico ainda em andamento.

Tabela 4.4.6.2 – Convênios e Termos de Cooperação Interinstitucionais para incrementação de cursos/formação.

Instituição	Objeto	Benefícios	Status
Escola de Governo do Tocantins	Parceria/ Capacitação	Desenvolvimento de atividade de capacitação de servidores e membros do ministério público	Firmado em 21.02.2013
Foz Saneatins e Universidade Federal do Tocantins - UFT	Cooperação Técnica e Intercâmbio Cultural, Científico e Tecnológico	Acesso a curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> oferecido pela Universidade Federal do Tocantins (mestrado profissional e engenharia ambiental com foco em saneamento).	Firmado em 13.06.2013
Escola Nacional de Mediação – ENAM/MJ	Cooperação Técnica para Capacitação	Realização de cursos de aperfeiçoamento em técnicas de mediação e composição de conflitos, da publicação de materiais pertinentes, e a promoção de uma cultura de harmonização social.	Minuta em análise pela Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.

➤ **Ações de Incentivo à Produção Científica**

No que concerne às ações do CESAF de incentivo à produção científica, pode-se destacar a publicação, em junho de 2013, da 10ª edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como a preparação do 11º número, a ser publicado em janeiro de 2014.

A publicação conta com um total de 83 artigos publicados, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 4.4.6.3 – Artigos científicos publicados

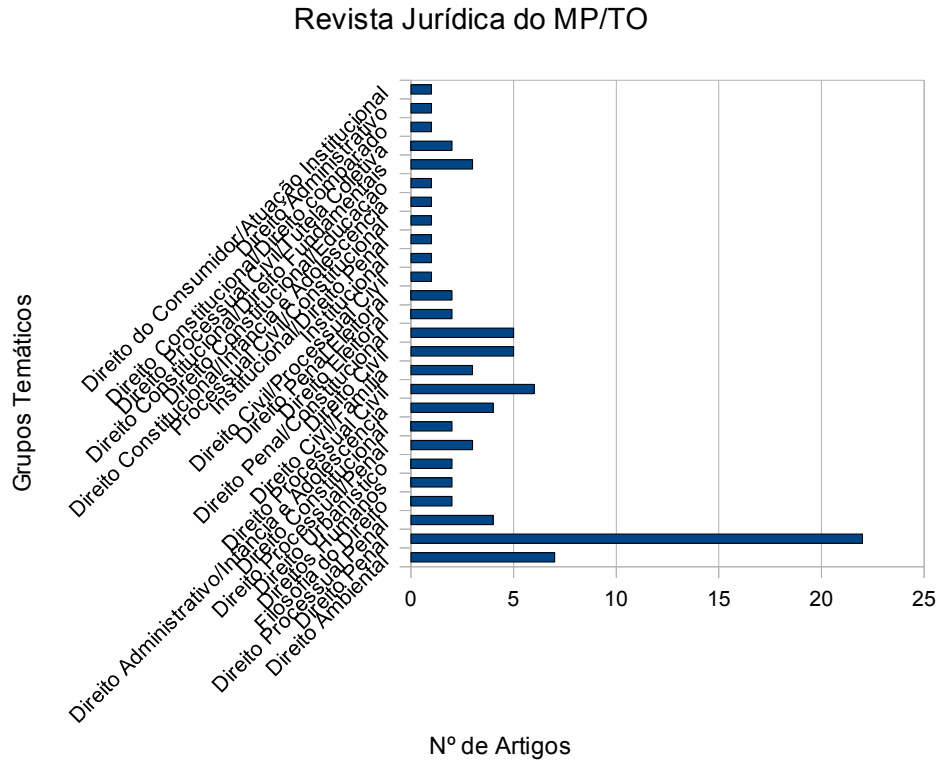
Edição	Quantidade	Grupos temáticos
Ano 1, Nº 1 (2008)	7	Civil/família; Urbanismo/Constitucional; Constitucional; Direitos Humanos/idosos; Processual Civil/Tutela Coletiva.
Ano 2, Nº 2 (2009)	10	Processual civil/constitucional; Penal; Direito Constitucional/Infância e adolescência; Civil. Direito constitucional/Educação; Filosofia do direito; Constitucional/Direito comparado.
Ano 2, Nº 3 (2009)	7	Constitucional/Processo penal; Direito ambiental; Constitucional/Direitos Humanos; Constitucional/Direito à saúde; Processual Penal; Direito Eleitora/ Penal; Direito Penal.
Ano 3, Nº 4 (2010)	11	Direito Penal; Direito Civil/Processual Civil; Direito Constitucional; Institucional; Institucional/Direito Penal; Direito Administrativo.
Ano 3, Nº 5 (2010)	8	Direito Penal; Direito Ambiental; Direito Processual Penal; Direito Administrativo/Infância e adolescência; Direito Penal Eleitoral; Direito Constitucional/ Penal; Direito Eleitoral.
Ano 4, Nº 6 (2011)	8	Direito Penal; Direito ambiental; Direito Processual Civil; Direito Eleitoral.
Ano 4, Nº 7 (2011)	8	Direito Processual Penal; Direito Penal/Direito Constitucional; Direito Processual Civil; Direito ambiental; Direito administrativo/Infância e adolescência; Direito Civil;
Ano 5, Nº 8 (2012)	9	Direito Penal; Direito Processual Civil; Direito Civil/Família; Direito Civil
Ano 5, Nº 9 (2012)	7	Direitos Humanos; Direito Urbanístico; Direito Penal; Direito Penal/Processual Penal; Direito Constitucional; Direito] Administrativo/Infância e adolescência.
Ano 6, Nº 10 (2013)	8	Direito ambiental; Direito Penal; Direito Processual Penal; Filosofia do Direito

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF

O gráfico a seguir representa a contribuição dos diversos grupos temáticos.

Gráfico 4.4.6.1 – Distribuição de artigos por Grupos Temáticos.

Relação de Artigos por Grupos Temáticos



Fonte: Centro de Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.

Os processos e ações educativas estão em estruturação. O CESAF sistematizará em seus programas e projetos de formação conteúdos previamente selecionados de gestão e difusão de conhecimentos jurídicos e de áreas afins, destinados aos integrantes do Ministério Público.

A PGJ disponibilizou provimento de cargo de Assessor Técnico especializado em planejamento pedagógico curricular nas modalidades presencial, semipresencial e online.

Pretende-se, ainda, que no programa de capacitação continuada, a oferta dos cursos e processos de formação observe o fluxo cíclico abaixo representado:

Figura 4.4.6.1 – Fluxograma de Capacitação CESAF.



Fonte: CESAF – Centro de Aperfeiçoamento Funcional.

➤ **Criação de programa de treinamentos ministrados por membros/Servidores**

O CESAF traz em seu arcabouço legal o incentivo e o foco preciso nos programas de formação e de gestão do conhecimento, apresentando objetivos estratégicos específicos (p. 69 e 70 do PE).

Além disso, este Centro de Estudos está trabalhando em minuta de ato normativo a ser proposto à administração superior, que trata da indenização de instrutória, concedida a título de *pro labore* aos membros e servidores que vierem a ministrar cursos promovidos pelo CESAF.

O CESAF, quando da análise da adequação dos cursos de formação promovidos por instituições parceiras do Ministério Público, deixa consignado em seus pareceres que após a capacitação patrocinada ou viabilizada direta ou indiretamente pelo MP/TO, o membro ou servidor beneficiado deverá socializar os conhecimentos adquiridos com os demais colaboradores para difusão do conhecimento adquirido.

Este Centro de Estudos objetiva, portanto, institucionalizar a prática da instrutória interna mediante a criação (já em andamento) de seu regimento interno e/ou da criação/reforma do conjunto normativo que disciplina a matéria.

O ano de 2013 foi marcado por significativos esforços no sentido de criar as bases normativas, técnicas e operacionais para que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional promova, de maneira mais eficiente e democrática, a capacitação de membros e servidores das mais diversas áreas de atuação e localidades deste Estado.

Encontra-se em fase final a contratação de empresas para o fornecimento dos equipamentos necessários à produção, edição e transmissão, via web, das atividades educacionais desenvolvidas pelo CESAF, medida que favorecerá, sobretudo, os membros e servidores lotados no interior do Estado.

Cabe ressaltar, ainda, a construção do Plano Educacional do CESAF e do Projeto Pedagógico do 1º Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins, destinado aos Promotores de Justiça ingressantes a esta instituição já nos primeiros meses de 2014.

Por esse motivo, corroborado ainda pela reduzida equipe do CESAF, fato que condicionou a gestão a direcionar os escassos recursos humanos disponíveis para o planejamento das ações supramencionadas, o cumprimento da meta anual restou prejudicado.

Das 12.000 horas previstas para o ano de 2013 no Plano Estratégico institucional, foram alcançadas 7.622 horas, correspondente a 63,52% da meta inicial, já desconsideradas as desistências.

Importante frisar, contudo, que parte significativa das atividades promovidas por instituições parceiras, cujo aceso por membros e servidores foi efetivamente viabilizado pelo CESAF por meio de informativos e demais formas de publicidade e cooperação, não resultam em comunicação, pelos concluintes, do término das atividades, impossibilitando o registro dos certificados e contabilização das horas de capacitação realizadas.

4.4.7 Ação 2154: Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE

Quadro 4.4.7 – Resumo da ação

Título	2154 – Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE			
Descrição:	Realização de atividades dos programas de gestão do Ministério Público do Tocantins, abrangendo: reuniões, eventos, deslocamentos e serviços necessários ao desenvolvimento dos Programas Gespública, Planejamento Estratégico e RECICLAMP.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Gestão aprimorada	Porcentagem	100	66	66,00%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
64.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Após executar ações acima do previsto no ano de 2012 e, considerando as dificuldades para alocação dos recursos em 2013, não foi possível, dado o valor do orçamento aprovado para o MP/TO, alocar recursos para realizar ações de planejamento e programas de qualidade previstos.

Desta forma, foi necessário que a equipe se desdobrasse para executar ações que não exigissem a realização de despesas, o que possibilitou o surgimento de diversas melhorias nos processos do órgão.

O Ministério Público ainda manteve seu trabalho frente ao Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública – NEGP/TO, onde foi realizada uma forte mobilização das instituições públicas no Tocantins para adesão ao Programa de Nacional de Gestão

Pública e Desburocratização (Gespública), tendo como principais resultados a adesão de novos órgãos e a certificação de órgãos que já concluíram seu ciclo de autoavaliação.

Também na atuação frente ao núcleo, foram feitas diversas palestras e cursos para capacitar os servidores de entidades adesas ou com intenção de adesão.

Na condução dos trabalhos internos do MPE/TO, iniciou-se um novo ciclo de autoavaliação, com realização de reuniões semanais e surgimento de diversas melhorias.

O destaque positivo em relação ao novo ciclo do Gespública é que o Ministério Público do Estado do Tocantins é o primeiro órgão a realizar a autoavaliação pelo novo modelo desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e essa experiência servirá de base para adequação desse modelo.

O Planejamento Estratégico 2010-2018 também passa por seu 1º ciclo de revisão, já tendo sido formada, através da Portaria nº 077/2013, a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGES), que será responsável por desenvolver, acompanhar, avaliar e orientar as ações de planejamento estratégico, promoção institucional, articulação de políticas públicas e sociais, inteligência e segurança no âmbito do MP/TO.

O trabalho da CPGES já resultou na revisão dos objetivos, indicadores e projetos estratégicos, adequando a nova realidade de coleta de dados proposta pelo Conselho Nacional do Ministério Público e ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, tendo sido apresentado e aprovado em sua fase inicial pelo Colégio de Procuradores de Justiça. A próxima fase da revisão consiste em desenvolver metas e complementar os projetos, além de adequar a realidade orçamentária do órgão para o período restante do plano.

O Ministério Público do Tocantins também participou ativamente do Fórum Nacional de Gestão, com o principal intuito de definir estratégias de gestão dos Ministérios Públicos, políticas de valorização dos membros e servidores, procedimentos uniformes e otimizados nas áreas de orçamento e planejamento e rol de indicadores nacionais.

4.4.8 Ação 2177: Implementação e manutenção das ações de segurança institucional

Quadro 4.4.8 – Resumo da ação

Título	2177 – Implementação e manutenção das ações de segurança institucional			
Descrição:	Aquisição de equipamentos de segurança e vigilância; gerenciamento das medidas de segurança orgânica dos membros e servidores do Ministério Público; levantamento dos pontos de fragilidade no sistema de segurança; estruturação das unidades do MPE com equipamentos de segurança e vigilância; e realização de segurança física das instalações, mediante a contratação de vigilância armada.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação em segurança	Porcentagem	65	65	100
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 3.113.604,00	R\$ 3.195.846,00	R\$ 3.195.845,24	R\$ 2.943.518,06	100,00

Em relação aos recursos previstos na LOA 2013, a Ação contou com a dotação inicial no valor de R\$ 3.113.604,00, entretanto, este valor tornou se insuficiente para atender a ação, necessitando assim, suplementá-la o valor de R\$ 82.242,00.

Nos últimos anos, o Ministério Público do Estado do Tocantins vem pautando ações que visam à proteção dos membros, servidores, do patrimônio e das informações do Ministério Público do Estado do Tocantins e ainda dos cidadãos que se façam presentes nas dependências deste parquet.

Com este intuito, em 2012, foi realizada a instalação de catracas, detectores de metais e outros instrumentos de controle de acesso, o que requereu novas adaptações e reformas estruturais – inclusive para a instalação de uma sala de monitoramento do circuito interno de TV . Este sistema permite, ainda, gravar, ampliar imagens, detectar rostos, identificar detalhes de objetos, registrar placas de veículos, além de verificar a entrada e saída de pessoas do prédio, entre outras funcionalidades.

Quanto ao controle de acesso e saída, este é biométrica, tendo o acesso identificado através de digitais. Assim, para ter acesso ao prédio, os servidores, estagiários e terceirizados terão a captura da imagem da impressão digital na catraca biométrica ou passar na catraca o crachá funcional.

Os visitantes deverão se dirigir a recepção e se identificar, através de documento oficial com foto, informar os dados pessoais e, somente após esse procedimento, terão acesso ao prédio com o crachá de visitante.

Além das catracas, voltadas à segurança institucional da sede do Ministério Público, foram instalados na sede do Ministério Público outros equipamentos de leitura biométrica: os marcadores do “ponto eletrônico”, com vistas ao controle digital da frequência dos servidores.

Ainda, no ano de 2012, as Promotorias de Justiça dos quatro municípios seguintes de maior população do Estado (Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional) também passaram a contar com os leitores de digitais.

Com a mudança, o MPE antecipa-se à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que avalia a normatização de métodos mais rigorosos de registro da entrada e saída dos servidores.

A mudança significa também menores gastos com insumos (papel e tinta) e a redução de procedimentos burocráticos, visto que a frequência era registrada, até então, em papel.

Outra medida adotada para atender o objetivo estratégico “Garantir a segurança institucional”, foi assegurar à presença de vigilantes armados na sede do MPE e nas Promotorias de Justiça . Em 2013, havia 26 postos noturnos, onde atuam 52 agentes . Além disso, foram instalados 20 postos diurnos, totalizando 72 agentes.

Tabela 4.4.8.1 – Despesa com Serviços de Vigilância Armada 2013, em (R\$).

Mês	Valor Mensal	Valor Repactuado	Valor ref. a diferença no reajuste ¹
Janeiro	231.565,65	272.211,38	40.645,73
Fevereiro	232.971,88	273.764,49	40.792,61
Março	234.810,80	275.795,55	40.984,75
Abril	234.810,80	275.795,55	40.984,75
Maio	235.784,35	276.870,80	41.086,45
Junho	238.055,95	279.379,72	41.323,77
Julho	238.055,95	279.379,72	41.323,77
Agosto	215.816,57	252.817,32	37.000,75
Setembro	215.371,78	252.327,18	36.955,40
Outubro	215.371,78	252.327,18	36.955,40
Novembro	252.327,18	252.327,18	--
Dezembro	252.327,18	252.327,18	--
TOTAL	2.797.269,87	R\$ 3.195.323,25²	R\$ 398.053,38

Fonte: Departamento Administrativo

Em dezembro de 2013 foi aprovada, no Colégio de Procuradores de Justiça, a Resolução nº 004/2013, que dispõe sobre as diretrizes e normas gerais para a consolidação de um sistema de segurança eficaz na proteção dos membros e servidores, do patrimônio e das informações do Ministério Público do Estado do Tocantins e ainda dos cidadãos que se façam presentes nas dependências do Ministério Público.

Para atingir os resultados serão necessários investimentos em equipamentos (detectores de metais, sistemas de alarmes e de monitoramento de vídeo, entre outros), reforço da vigilância armada. Além disso, realizará a aquisições, reformas e modernizações de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança deste órgão, envolvendo proteção perimetral, proteção contra atos ilícitos, bem como segurança pessoal de membros e servidores.

1 Valor até o mês de outubro de 2013 a empresa Ipanema ainda estava recebendo o pagamento com os valores defasados, sendo que a diferença paga diz respeito a este período de tempo que a empresa não estava recebendo conforme valor repactuado.

2 Valor total pago em 2013 à Ipanema Empresa de Serviços Gerais.

Os investimentos para o desenvolvimento da segurança institucional são fundamentais para o funcionamento desta Procuradoria uma vez que garantem a seus usuários uma infraestrutura segura, capaz de gerar confiabilidade nos serviços oferecidos.

Tabela 4.4.8.2 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2013, em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal ¹	Valor mensal repactuado ²	Valor pago 1 ³	Valor pago 2 ⁴	Valor total ⁵	(%)
	Noturno	Diurno						
Almas	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvorada	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Ananás	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Araguacema	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Araguaçu	-	1	3.210,39	3.545,77	32.103,90	7.091,54	39.195,44	1,40
Araguaína	1	1	9.694,97	11.300,78	96.949,70	22.601,56	119.551,26	4,28
Araguatins ⁶	-	1	9.613,15 3.210,39	3.545,77	76.923,22	7.091,54	84.014,76	3,00
Arapoema	-	1	3.210,39	3.545,77	32.103,90	7.091,54	39.195,44	1,40
Arraias ⁷	-	1	973,55 3.245,15	3.584,17	17.199,30	7.168,34	24.367,64	0,88
Augustinópolis	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Aurora do Tocantins	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Axixá	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colinas do Tocantins ⁸	-	1	9.823,62 3.280,68	3.623,40	78.607,38	7.246,80	85.854,18	3,06
Colmeia	-	1	3.095,61	3.409,69	30.956,10	6.819,38	37.775,48	1,35

1 Valores não corrigido conforme repactuação.

2 Valores repactuado a partir de novembro até dezembro de 2013.

3 Valores pago até outubro de 2013.

4 Valores pago de novembro a dezembro de 2013.

5 Total de despesa por Promotoria de Justiça, em 2013.

6 A Promotoria de Justiça de Araguaatins contou com um posto noturno até o dia 31/07/2013, sendo este suprimido, ficando apenas o posto diurno.

7 O posto diurno da Promotoria de Justiça de Arraias passou a funcionar a partir de maio de 2013.

8 A Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins contou com um posto noturno até o dia 31/07/2013, sendo este suprimido, ficando apenas o posto diurno.

Cristalândia	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Dianópolis	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Figueirópolis	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Filadélfia	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formoso do Araguaia	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Goiatins	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Guaraí	1	1	9.613,15	11.225,82	96.131,15	22.451,64	118.582,79	4,23
Gurupi	1	1	9.668,05	11.273,85	96.680,50	22.547,70	119.228,20	4,26
Itacajá	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Itaguatins	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Miracema do Tocantins	1	1	9.613,15	11.225,82	96.131,15	22.451,64	118.582,79	4,23
Miranorte	1	1	9.613,15	11.225,82	96.131,15	22.451,64	118.582,79	4,23
Natividade ⁹	-		1.408,33 3.245,15	3.584,17	27.369,53	7.168,34	34.537,87	1,23
Novo Acordo	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83
Palmeirópolis	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas (20 ^a Promotoria)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas (Shopping da Cidadania)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas (Secretaria Criminal)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas (Promotoria Eleitoral)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas (PGJ e	1	1	13.266,75	11.572	123.105,16	23.144,00	146.249,16	5,22

9 A Promotoria de Justiça de Natividade passou a contar com um posto diurno a partir de fevereiro de 2013.

Promotorias) ¹⁰			9.931,04 444,79						
Paraíso do Tocantins	1	1	9.613,15	11.471,60	96.131,15	22.943,20	119.074,35	4,25	
Paraná	1	1	9.613,15	11.225,82	96.131,15	22.451,64	118.582,79	4,23	
Pedro Afonso	-	1	3.210,39	3.545,77	32.103,90	7.091,54	39.195,44	1,40	
Peixe	-	1	3.210,39	3.545,77	32.103,90	7.091,54	39.195,44	1,40	
Pium	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83	
Ponte Alta do Tocantins	1	-	6.402,76	7.848,20	64.027,60	15.696,40	79.724,00	2,85	
Porto Nacional	1	1	9.823,62	11.471,60	98.236,20	22.943,20	121.179,40	4,33	
Taguatinga	-	1	3.210,39	3.545,77	32.103,90	7.091,54	39.195,44	1,40	
Tocantínia	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83	
Tocantinópolis ¹¹	-	1	9.613,15 3.210,39	3.623,40	76.923,22	7.246,80	84.170,02	3,00	
Wanderlândia	1	-	6.402,76	7.680,05	64.027,60	15.360,10	79.387,70	2,83	
Xambioá	1	1	9.613,15	11.225,82	96.131,15	22.451,64	118.582,79	4,23	
Total							3.195.323,25¹²	100,00	
Total (Noturnos)	23								
Total (Diurnos)	21								
Total de Postos	44								

Fonte: Departamento Administrativo

¹⁰ A sede da Procuradoria Geral de Justiça do Tocantins contou com um posto diurno até o dia 04/08/2013, sendo este suprimido, ficando um posto noturno e um posto diurno.

¹¹ A Promotoria de Justiça de Tocantinópolis contou com um posto noturno até o dia 31/07/2013, sendo este suprimido, ficando apenas o posto diurno.

¹² Valor total pago incluindo o valor devido de janeiro a outubro referente a repactuação dos valores contratuais.

4.4.9 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público

Quadro 4.4.9 – Resumo da Ação

Título	2184 – Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes a avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apurar infrações disciplinares.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
45.000,00	34.046,00	34.044,88	34.044,88	100,00%

A Corregedoria Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do Ministério Público do Tocantins e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público.

As correições tem buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

Portanto, dentre as atribuições da Corregedoria-Geral, suplanta-se a de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, conforme preconiza a legislação vigente. Em relação às atividades, no decorrer de 2013 foram realizados:

Tabela 4.4.9.1 – Atividades da Corregedoria Geral no período 2011 / 2013

Descrição de atividades	2011	2012	2013
Correições	75	37	71
Promotorias	66	37	71
Procuradorias e Subprocuradoria	9	-	-
Avaliações de estágios de Membros	4	10	-
Processos administrativos instaurados	65	86	122
Procedimentos administrativos	64	79	121
Súmula de acusação	01	07	1
Processos administrativos arquivados	53	56	103
Total	197	189	296

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 4.4.9.2 – Procedimentos administrativos

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Encaminhado a outro órgão	Em andamento
Reclamação	14	99	91	-	-	12
Sindicância	2	2	2	1	-	1
Inquérito Administrativo	1	3	-	-	-	4
Requerimento	2	17	10		7	2
Outros	-	-	-	1	-	-

Fonte: Corregedoria-Geral.

Destacamos também, a seguir, as Promotorias que foram correicionadas no

ano de 2013:

Tabela 4.4.9.3 – Promotorias Correicionadas, em 2013

Item	Promotorias	Promotor(a) de Justiça	Data
1	Alvorada	Roberto Freitas Garcia	05/02
2	Figueirópolis	Lissandro Anielo Alves Pedro	06/02
3	Cristalândia	Airton Amilcar Machado Momo	07/02
4	Pium	MunIQUE Teixeira Vaz	08/02
5	1ª Promotoria de Justiça da Capital	Renata Castro Rampanelli Cisi	11/03 a 19/04
6	2ª Promotoria de Justiça da Capital	César Roberto Simoni de Freitas	11/03 a 19/04
7	3ª Promotoria de Justiça da Capital	Francisco Rodrigues de Souza Filho	11/03 a 19/04
8	4ª Promotoria de Justiça da Capital	Daniel José de Oliveira Almeida	11/03 a 19/04
9	5ª Promotoria de Justiça da Capital	Delveaux Vieira Prudente Júnior	11/03 a 19/04
10	6ª Promotoria de Justiça da Capital	Marilúcia Leandro Uchoa Siqueira Campos	11/03 a 05/04
11	7ª Promotoria de Justiça da Capital	Delveaux Vieira Prudente Júnior	11/03 a 05/04
12	8ª Promotoria de Justiça da Capital	Lucas Bernardes da Costa	11/03 a 19/04
13	9ª Promotoria de Justiça da Capital	Lucas Bernardes da Costa	11/03 a 05/04
14	10ª Promotoria de Justiça da Capital	Eliana Curado Barbosa	11/03 a 05/04
15	11ª Promotoria de Justiça da Capital	Carlos Gagossian Júnior	11/03 a 05/04
16	13ª Promotoria de Justiça da Capital	Marcelo Ulisses Sampaio	11/03 a 05/04
17	14ª Promotoria de Justiça da Capital	Maria Cristina da Costa Vilela	11/03 a 05/04
18	15ª Promotoria de Justiça da Capital	Gilson Arrais de Miranda	11/03 a 05/04
19	16ª Promotoria de Justiça da Capital	Edson Azambuja	11/03 a 05/04
20	17ª Promotoria de Justiça da Capital	Wânia de Lima e Silva	11/03 a 05/04
21	18ª Promotoria de Justiça da Capital	Cantonilton Pereira da Silva	11/03 a 05/04
22	19ª Promotoria de Justiça da Capital	Ceres Gonzaga de Rezende	11/03 a 05/04
23	20ª Promotoria de Justiça da Capital	Beatriz Regina Lima de Mello	11/03 a 19/04
24	21ª Promotoria de Justiça da Capital	Rodrigo Alves Barcellos	11/03 a 19/04
25	22ª Promotoria de Justiça da Capital	Miguel Batista de Siqueira Filho	11/03 a 05/04
26	23ª Promotoria de Justiça da Capital	Marcos Luciano Bignotti	11/03 a 05/04
27	24ª Promotoria de Justiça da Capital	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	11/03 a 19/04
28	26ª Promotoria de Justiça da Capital	Maria Natal de Carvalho Wanderley	11/03 a 19/04
29	27ª Promotoria de Justiça da Capital	Maria Roseli de Almeida Pery	11/03 a 19/04
30	28ª Promotoria de Justiça da Capital	Adriano César Pereira das Neves	11/03 a 19/04
31	29ª Promotoria de Justiça da Capital	Lucídio Bandeira Dourado	11/03 a 19/04
32	30ª Promotoria de Justiça da Capital	Marcos Luciano Bignotti	11/03 a 05/04

33	1ª Promotoria de Justiça de Miracema	Felício de Lima Soares	23 e 24/04
34	2ª Promotoria de Justiça de Miracema	Sterlane de Castro Ferreira	23 e 24/04
35	3ª Promotoria de Justiça de Miracema	Vilmar Ferreira de Oliveira	23 e 24/04
36	Promotoria de Justiça de Miranorte	Sterlane de Castro Ferreira	25/04
37	Promotoria de Justiça de Tocantínia	João Edson de Souza	26/04
38	Promotoria de Justiça de Natividade	André Ramos Varanda	05/09
39	Promotoria de Justiça de Araguaçu	Cynthia Assis de Paula	17/09
40	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	18/09
41	Promotoria de Justiça de Peixe	Mateus Ribeiro dos Reis	19/09
42	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína	André Ricardo Fonseca Carvalho	14 a 16/10
43	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Octahydes Ballan Júnior	14 a 16/10
44	3ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Benedicto de Oliveira Guedes Neto	14 a 16/10
45	4ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Octahydes Ballan Júnior	14 a 16/10
46	5ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro	14 a 16/10
47	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Alzemiro Wilson Peres Freitas	14 a 16/10
48	7ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Moacir Camargo de Oliveira	14 a 16/10
49	8ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Rodrigo Grisi Nunes	14 a 16/10
50	9ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Sidney Fiori Júnior	14 a 16/10
51	10ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Valéria Buso Rodrigues Borges	14 a 16/10
52	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Ricardo Alves Peres	14 a 16/10
53	12ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Ana Paula Reigota Ferreira Catini	14 a 16/10
54	Promotoria de Justiça de Filadélfia	Tarso Rizo Oliveira Ribeiro	17/10
55	Promotoria de Justiça de Goiatins	Alzemiro Wilson Peres Freitas	18/10
56	GAECO – Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado	Kátia Chaves Gallieta	12 e 13/11
57	Promotoria de Justiça de Itacajá	Guilherme Cintra Deleuse	27/11
58	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Luiz Antônio Francisco Pinto	28 e 29/11
59	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Juan Rodrigo Carneiro Aguirre	28 e 29/11
60	1ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Vinícius de Oliveira e Silva	03 a 05/12
61	2ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Diego Nardo	03 a 05/12
62	3ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Poliana Dias Alves Juliao	03 a 05/12
63	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Konrad Cesar Resende Wimmer	03 a 05/12
64	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Waldelice Sampaio Moreira Guimarães	03 a 05/12
65	6ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Marcelo Lima Nunes	03 a 05/12

66	7ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Maria Juliana Naves Dias do Carmo	03 a 05/12
67	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Pedro Evandro de Vicente Rufato	03 a 05/12
68	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Jussara Barreira Silva Amorim	03 a 05/12
69	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis	Luiz Francisco de Oliveira	17 e 18/12
70	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis	Rodrigo Barbosa Garcia Vargas	17 e 18/12
71	Promotoria de Justiça de Almas	Renata Castro Rampenelli Cisi	19/12

Fonte: Corregedoria-Geral.

Tabela 4.4.9.4 – Fluxo de expedientes, em 2013

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atos Conjuntos	-	01	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	03
Editais de Correições Ordinárias	-	01	-	04	-	-	-	04	04	03	06	02	24
Expedientes Recebidos	76	56	83	108	63	81	73	107	73	100	110	71	1.001
Memorandos Circulares Expedidos	-	-	-	02	04	-	-	-	-	-	01	-	07
Memorandos Expedidos pela Secretaria	23	46	10	21	08	15	156	30	82	67	55	38	551
Memorandos Expedidos pela Chefia de Gabinete	-	-	-	-	-	-	-	-	05	03	09	01	18
Ofícios Expedidos pela Secretaria	26	02	56	23	04	06	01	48	42	50	55	29	291

Fonte: Corregedoria-Geral.

4.4.10 Ação 2250: Realização das ações da Diretoria de Inteligência

Quadro 4.4.10 – Resumo da ação

Título	2250 – Realização das ações da Diretoria de Inteligência
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; Disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência; Deslocamentos de Integrantes da Diretoria de Inteligência para a realização de atividades de inteligência; Ampliação da Plataforma de Interceptação de Monitoramento de Sinais – Guardião e de outros sistemas de inteligência e contra inteligência do MPE; Atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com pessoal, equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho de

suas atribuições.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
144.000,00	134.250,00	134.248,67	124.601,43	100,00

Realizar a gestão estratégica de informações reservadas, através do exercício metodológico de inteligência, repassando aos entes organizacionais o conhecimento produzido e o apoio necessário às operações de inteligência, contrainteligência e investigação, essas são algumas das atribuições da equipe de inteligência do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Para tanto, o órgão procurar disponibilizar e manter atualizadas as mais modernas ferramentas de investigação disponíveis, como interceptação telefônica, de meios de comunicação eletrônicos (como e-mails e outros comunicadores), ferramentas de tratamento de informações bancárias e fiscais, entre outros, fundamentais para se realizar investigações de forma mais célere e eficiente.

Outro fator de sucesso para a realização de bons procedimentos investigatórios é a capacidade e atualização de seu quadro funcional. Neste sentido, temos procurado manter a Diretoria de Inteligência na vanguarda do conhecimento da área, através da participação em cursos e eventos promovidos pelos órgãos correlatos, como os promovidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Outra ação de natureza singular desenvolvida pela Diretoria de Inteligência e que possui fundamental importância para a garantia das funções ministeriais pelos membros do MP/TO, é a garantia da segurança institucional, a qual tem sido amplamente debatida e passa por inovações constantes sob a liderança da Diretoria de Inteligência,

como pode ser observado na ação específica para a Segurança Institucional.

No âmbito da manutenção da Diretoria de Inteligência, os principais gastos são com diárias e se justificam pela necessidade de deslocamento de servidores e membros, a fim de participar de reuniões técnicas, vigilâncias, investigações e levantamento de informações para a Diretoria de inteligência.

Outra despesa onerosa é a manutenção do sistema guardião e das ferramentas de tecnologia da informação que dão subsídios para as ações de inteligência.

Apresentamos abaixo, um resumo da atuação da Diretoria de Inteligência em números evolutivos, considerando os anos de 2011, 2012 e 2013:

Quadro 4.4.10.1 – Resumo das atividades realizadas 2011/2013

Tipo de Atividade	Quantidade		
	2011	2012	2013
Memorandos	21	27	43
Ofícios	15	07	07
Operações do Sistema Guardião	87	72	83
Ordem de Missão	03	02	-
Relatórios do CNMP	11	09	-
Relatórios de Inteligência	14	08	22
Relatórios de Operações	08	03	13
Relatórios à Corregedoria Geral do MP	-	-	12
Medidas de Segurança aproximada de membros e servidores	-	-	03
Total	159	128	183

Fonte: Diretoria de Inteligência

4.4.11 Ação 2251: Realização das ações de combate às organizações criminosas

Quadro 4.4.11 – Resumo da ação

Título	2251 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas
Descrição:	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e

Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocaram experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
ações de combate ao crime organizado	Unidade	204	2.746	1346,08%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
65.000,00	20.671,00	20.669,59	20669,59	99,99%

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO teve em 2013 um ano de completa reestruturação de suas atividades.

Tal reestruturação foi necessária, em princípio, para instalar a Divisão de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro – DRACOL , cuja instalação foi viabilizada por um acordo de cooperação com o Ministério da Justiça e envolveu investimentos diretos do Governo Federal da ordem de R\$ 1.791.768,61, em equipamentos e softwares, além da disponibilização de toda a formação dos profissionais que irão operar o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).

O núcleo da DRACOL, instalado em novembro de 2013, funciona como uma delegacia de polícia instalada dentro do MPE, na estrutura do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e atua dando suporte às investigações

promovidas pelos membros do Ministério Público, especificamente no combate aos crimes contra a administração pública, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Institucionalmente, a DRACOL está subordinada à Delegacia Estadual de Investigações Criminais (DEIC/Palmas), sendo integrada por um delegado, agentes e um escrivão da Polícia Civil. No campo operacional, atua em conjunto com o GAECO.

O Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), em fase final de implantação, servirá para auxiliar nos procedimentos investigativos de crimes de lavagem de dinheiro, crimes financeiros e crimes contra a administração pública. O Tocantins é um dos poucos estados da região Norte a receber este laboratório.

Assim, apesar das mudanças promovidas, o GAECO continuou a promover investigações para combater as infrações previstas em seu campo de atuação, como por exemplo: associação de pessoas ao narcotráfico, formação de redes de prostituição, exploração de jogos de azar, realização de roubos e receptação de cargas, realização de lavagem de dinheiro, pirataria e tráfico de pessoas e formação de quadrilha.

Como resultado resumido da atuação do GAECO, apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 4.4.11.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2013

Tipo de atividade	Quantidade		
	2011	2012	2013
Consultas	6.314	3.829	2.285
Convênios	01	-	04
Medida cautelar	07	02	01
Memorandos	108	108	256
Nota técnica	39	67	34
Ofícios	150	141	234
Oitivas	46	18	33
Pareceres	07	02	-
Peças de informação	16	-	25
Relatórios	263	06	-

Reunião	20	47	290
Procedimento Investigatório Criminal	-	-	06
Peça Preliminar	-	-	08
Requerimento	-	-	02
Nota de informação	-	-	34
Relatório de análise	-	-	03
Relatórios de inteligência	-	-	04
Viagens Institucionais	-	-	09
Denúncia	-	-	01
Representação Criminal	-	-	01
Carta Precatória	-	-	01
Recomendação	-	-	01
Requisição de instauração de inquérito policial	-	-	04
Delegacia de Polícia			
Boletim de ocorrência/DEPOL	13	09	-
Carta Precatória	-	01	-
Inquérito Policial/DEPOL	04	04	-
IP'S concluídos/DEPOL	17	-	-
Ofícios expedidos	-	21	-
Procedimento preliminar investigativo/DEPOL	11	01	-
Relatório circunstanciado/DEPOL	02	03	-
Termos de interrogatório, declarações e depoimento/DEPOL	250	100	-

Fonte: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado –

GAECO

Os principais gastos com diárias se justificam pela necessidade de deslocamento dos integrantes do GAECO no estado do Tocantins e outros estados, a fim de participar de reuniões técnicas e levantamento de informações relativas ao combate às organizações criminosas.

4.4.12 Ação 2252: Realização das ações de comunicação do Ministério Público

Quadro 4.4.12 – Resumo da ação

Título	2252 – Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição:	Ampla divulgação das ações constitucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos comunicação como TV, rádio, jornal, outdoor, revistas, sites e outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação da comunicação institucional	%	100	100	100,00
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
65.000,00	57.662,00	57.661,28	54.981,28	100,00%

No ano de 2013, a Assessoria de Comunicação do MP/TO implantou novos produtos, que visam atender aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico “ Ter Comunicação Institucional efetiva” e “Ter Comunicação Interna Efetiva”. Atualmente a equipe da Assessoria de Comunicação conta com quatro (4) jornalistas, um (1) fotógrafo, um (1) cinegrafista, um (1) designer, um (1) revisor e um (1) administrativo.

A Assessoria de Comunicação procura, divulgar conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse essa intenção , com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Portanto, o Ministério Público tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos. Podemos visualizar a evolução destes serviços durante o ano de 2013 por meio da análise das tabelas a seguir:

Tabela 4.4.12.1 – Publicações na mídia por área de atuação, em 2012/2013

Área de atuação	2012			2013				
	Web	Jornais	Total	Web	Jornais	Tv	Rádio	Total
Cidadania	238	134	372	216	53	76	17	362
Consumidor	207	58	265	468	76	28	43	615
Criminal	362	139	501	223	81	47	32	383
educação	130	26	156	135	26	31	20	212
Eleitoral	138	24	162	159	49	13	22	243
Execuções penais	150	10	160	115	31	18	19	183
Infância	161	24	185	149	39	16	21	225
Institucionais	288	67	355	1012	72	32	42	1158
Meio ambiente	86	14	100	191	46	48	15	300
Probidade administrativa	508	96	604	132	55	72	35	294
Saúde	133	37	170	325	42	69	42	478
Outros	190	59	249	364	237	115	74	790

Fonte: Assessoria de Comunicação- * dados referentes aos meses de janeiro a setembro/2013

Tabela 4.4.12.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO, em 2012/2013

Área de visualização	2012	2013
	Quantidade	Quantidade
Acesso à informação	1.966	2.855
Concurso	118.030	152.849
Gestão estratégica	602	2.563
Institucional	-----	-----
Licitação	-----	-----

Mapa da corrupção	4.767	1.006
Ouvidoria	-----	-----
Portal da transparência	5.707	34.216
Procuradoria e Promotorias	-----	10.918
Outros	552.160	1.305.682
TOTAL	683.232	1.552.219

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

4. Tabela 4.4.12.3 – Publicações e serviços , em 2013.

Descrição	Quantidade de exemplares	Quantidade de edições
Revista MP	4.000	02
Comunica MP	-	03
Cartazes para o elevador	-	8
Cartazes A3	-	3
Ilustrações	-	13
Cartões de cumprimento	-	11
Jornal mural	-	10
Sinalizações diversas para o prédio	-	13
Modelos de certificado	-	04
Envelope/Encarte para CD/DVD	-	05
Faixas em lona	-	04
Placas de inauguração	-	05
Adesivos	-	05
Anúncios	-	04
Convites	-	05
Ficha de palco	-	02
Praguinha/mosquito	-	01
Modelo de voucher	-	03
Broche	-	01
Calendário de mesa	-	01
Camiseta	-	01
Folder	-	01
Decoração para cerimonial	-	12
Panfletos	-	01
Carteiras funcionais de membros e	-	03

servidores		
Carimbo	-	01
Etiquetas	-	03
Prisma de mesa	-	03
Ficha de programação	-	03
Arte de blocos	-	01
Assinaturas digitalizadas	-	02
Relatório para o CNMP	-	05
Revista Jurídica	500	01
Guia de Relacionamento com a Imprensa	-	-
Calendário CESAF	500	01
Estatuto da Criança e do Adolescente	-	-
Busdoor	-	01
Banner em lona	-	11
Pop-up	Digital	15
Informativo CAOPIJ	Digital	04
Informativo CAOP Consumidor digital	Digital	01
Logomarcas	-	10
Releases	-	872
Vídeos filmados e editados	-	40
Eventos fotografados	35.247 fotografias	315

Fonte: Assessoria de Comunicação

Nesta perspectiva, além das atividades de rotina da equipe, outros serviços foram disponibilizados, conforme podemos observar a seguir.

➤ **Novas ferramentas**

• **Jornal Mural- Expresso MP**

Com o intuito de integrar e informar o público interno no âmbito do MPE a Assessoria de Comunicação passou a produzir, em setembro de 2013, o jornal mural Expresso MP. Com periodicidade semanal, a publicação está disponibilizada nos cinco pisos da sede da PGJ e ainda no link Sala de Imprensa, no portal da Instituição. O mural surgiu como uma oportunidade de melhoria dentro do Comitê do Gespública.

- **Intranet de cara nova**

Em dezembro de 2013, a Assessoria de Comunicação recebeu do Departamento de Tecnologia da Informação o novo Portal do Servidor. Com visual mais dinâmico e interativo, a nova intranet surgiu como uma oportunidade de melhoria dentro do Comitê do Gespública e foi priorizada pela Procuradora-Geral de Justiça.

- **Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania**

O projeto Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania surgiu em 2013 como uma implementação do projeto Conheça o MP, desenvolvido em 2012 no âmbito da PGJ. Com uma nova roupagem, o projeto incentivou a produção de relatórios com o histórico de problemas identificados por alunos em três regiões da Capital, que, em seguida, foram informados à Ouvidoria do MPE e distribuídos às Promotorias de Justiça das respectivas áreas. Participaram do projeto três (3) escolas estaduais; um total de 920 estudantes conheceram as instalações do Ministério Público em Palmas. Foram ministradas 29 palestras acerca das atribuições do MPE e dos direitos fundamentais do cidadão.

Foi realizada a exposição do projeto para os Promotores de Justiça de Araguaína e Gurupi, a fim de viabilizar sua implantação nessas comarcas.

- **MP Fala com o Cidadão**

Em setembro de 2013, a Assessoria de Comunicação deu início ao projeto MP Fala com o Cidadão, que visa a formação de parcerias para a divulgação dos serviços prestados pelo Ministério Público do Tocantins à sociedade. Uma das ações do projeto compreende o quadro Ação e Cidadania, apresentado às quartas-feiras, durante o Jornal do Meio Dia da TVE Tocantins. No quadro, com duração de cerca de 5 minutos, um membro do MPE responde a perguntas do apresentador, de internautas e da população em geral sobre um tema específico. Outra ação é a veiculação de VTs e spots na Fundação de Radiodifusão Educativa (Redesat - TVE Tocantins e 96 FM).

Além da parceria com a Redesat, o MP fala com o Cidadão conta com a parceria da Assembleia Legislativa do Tocantins, por meio da TV Assembleia, que também veicula os VTs produzidos pelo MPE.

O projeto foi apresentado durante a 1ª Mostra de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que aconteceu em novembro de 2013, em Brasília. Podemos visualizar a evolução destes serviços durante o ano de 2013 por meio da análise a seguir:

- 14 quadros exibidos desde a estreia em 18/09/2013;
- 272 inserções de 5 VTs (30" e 60") e 5 spots (30" e 60") durante a programação da TVE Tocantins e Rádio 96 FM; e
- Inserções de 5 VTs (30" e 60") durante a programação da TV Assembleia¹³

4.4.13 Ação 2253: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial

Quadro 4.4.13 – Resumo da ação

Título	2253 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
Descrição:	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, através de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação do MPE realizada	Unidade	138.000	231.048	167,43
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
640.000,00	742.903,00	694.472,01	684.708,31	93,48

¹³ A TV Assembleia não informou, até o momento, a quantidade de inserções dos vídeos encaminhados pelo MPE.

Todo o destaque no exercício de 2013 deve ser conferido a atividade finalística do Ministério Público do Estado do Tocantins, cujo volume de produção vem se mostrando surpreendente, face às crescentes exigências sociais e a confiança demonstrada neste órgão com o advento das manifestações contrárias a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, que foi derrotada no mesmo ano.

Como resposta aos clamores de justiça que os cidadãos trouxeram a este MP, foram registrados recordes em diversas áreas de atuação, como também no somatório do número de atuações dos membros deste *Parquet*.

Passamos a elencar alguns desses números, cujo desempenho superou em muito nossa expectativa:

1. O total de ações dos membros passou de 140.754 em 2012 para 231.048 no ano de 2013, conforme dados dos Relatórios de Atuação Funcional, o que representa um crescimento de 164% no volume de ações finalísticas em apenas um ano;

2. As ações de Combate à Violência Doméstica excederam a previsão em 425%, alcançando um total de 11.897 ações, além de ser necessário o destaque a atuação do Núcleo Maria da Penha e do CAOP da Mulher;

3. No Combate ao Crime Organizado, foram feitas 2.746 ações, muito acima da previsão inicial de 204 ações, número conseguido com os investimentos realizados e com as ações coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado;

4. Nas Ações de de Conservação e Preservação do Meio Ambiente também houve produção acima da estimativa, com número de 3.369 ações realizadas, o que representa 1.531% acima da meta;

5. Assim também a área de Fiscalização da Política do Idoso alcançou 886 ações realizadas;

6. Seguindo com os resultados positivos apresentados nos últimos anos, a área de Fiscalização da Execução da Política Pública de Saúde alcançou 9.483 ações, frente a uma estimativa de apenas 200;

7. A Fiscalização das Políticas Públicas de Educação alcançou o volume de 855 ações realizadas;

8. Outra área que vem despertando cuidados do Ministério Público, alvo de cada vez mais ações, a Fiscalização da Execução de Penas e Medidas de Segurança foi responsável por 8.375 ações realizadas;

9. Já na área de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos foram realizadas 12.225 ações;

10. Assim também na fiscalização do Direito Eleitoral, onde foram executadas 10.945 ações;

11. Destaque na atuação do MP/TO nos últimos anos, a atuação relativa ao Direito do Consumidor, destacada pela atuação das Operações Pró-consumidor, teve volume de ações de 9.373;

12. A área da Infância e Juventude contribuiu com 10.586 ações visando garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, além de promover as medidas socioeducativas e de proteção.

Além do ganho de produtividade, o órgão experimentou um salto qualitativo na atuação, que resultou na indicação de diversos membros para compor comissões em organismos estaduais e nacionais.

No saldo das ações finalísticas, cumpre ressaltar as ações de áreas específicas que foram destaque na atuação ministerial e de apoio:

- Patrimônio Público

As atividades desenvolvidas pelo Centro Operacional do Patrimônio Público – CAOP Patrimônio consistem em dar apoio técnico aos membros deste Órgão Ministerial

no âmbito do patrimônio público, isto é, presta auxílio na análise de inquéritos civis ou procedimentos investigatórios que servem de suporte para a propositura das Ações Civis Públicas e/ou ações por ato de improbidade administrativa, Recomendações, Audiências Públicas com a finalidade de anular ato lesivo ao Patrimônio Público, bem como a responsabilização dos agentes públicos, de modo a otimizar a efetividade dos serviços públicos.

Em relação às solicitações de questões controvertidas, mediante ofício, consulta via telefone ou e-mail pelos membros do interior e da Capital, CAOP Patrimônio busca contribuir com pesquisas, orientações, pareceres, modelos de ações, elaboração de planilhas de cálculos de atualização monetária, procedimentos investigatórios e diligências, sendo certo que, todos esses atos são desempenhado de maneira interdisciplinar pelos servidores tanto nos feitos jurídicos como contábeis.

O ponto central é, sem dúvida, buscar a integração e a uniformidade de atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins na matéria que lhe incumbe, trilhando pela escolha institucional e estratégica de prioridades, munindo cada órgão de atuação de condições de acesso ao pertinente conhecimento técnico-jurídico e contábil, sobretudo, estruturando permanente diálogo cooperativo com a sociedade e demais órgãos e instituições públicas e privadas.

No que tange ao alinhamento da gestão estratégica da Instituição, o objetivo de maior relevo e para o qual os esforços serão maiores e mais concentrados é o fortalecimento dos mecanismos de transparência e controle na gestão pública.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 4.4.13.1 – Realizações CAOP Patrimônio, em 2013

Atividades Finalísticas	Quantidade
Pareceres	3
Processos de acompanhamentos	5
Relatórios	41
Vistorias	13

Promoção de Eventos	
Seminários	7
Oficinas	8
Pesquisas	67
Participações em eventos	
Audiências Públicas	2
Cursos	1
Oficinas	-
Reuniões	12
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	3
Atividades Meio	
Ofícios	
Expedidos	91
Recebidos	46
E-mail	
Expedidos	186
Recebidos	252
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc...)	-

Fonte: Centro Operacional do Patrimônio Público – CAOP Patrimônio

- Cidadania

Criado em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 12, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID, órgão de apoio à atividade funcional do Ministério Público, tem como função precípua subsidiar as Promotorias de Justiça com atuação na área da Saúde Pública, sempre que solicitado, com informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, que tratam da execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e do estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, pois a saúde é um direito fundamental do ser

humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício e ao Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Cabe, também, ao Centro de Apoio o exercício de atividades indutoras da política institucional, notadamente estimulando a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na área da cidadania.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 4.4.13.2 – Realizações CAOCID, em 2013

Especificação	Quantidade
Análise Jurídica	02
Diligências	02
Recomendação	02
E-mails Expedidos	58
E-mails Recebidos	19
Informações	28
Memorandos expedidos	62
Memorandos recebidos	23
Minutas de Ações	02
Notícias de Fato	17
Ofício Circular Expedido	28
Ofícios Expedidos	137
Ofícios Recebidos	54
Portarias	09
Relatórios Emitidos	09

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID

- Violência Doméstica

O objetivo estratégico de “Combater a violência doméstica” também teve

atuação destacada no decorrer de 2013, com 4.760 ações realizadas, assim o Ministério Público mostra que se preocupa em deter o crescimento desse tipo de crime no Estado.

Além da atuação dos membros, outra ação que mostra o comprometimento do órgão em reduzir a violência doméstica no Estado foi a atuação do Núcleo Maria da Penha, que buscou acompanhar cada caso de violência doméstica na cidade de Palmas, objetivando encontrar mecanismos eficazes para reduzir o número de casos. Cumpre ao citado núcleo, desenvolver campanhas educativas com a população feminina, para provocar quanto à necessidade de denúncia.

Outro avanço em suas ações no que tange à proteção e garantia à mulher vítima de violência doméstica e familiar, foi a celebração da parceria com o SENAI/DR-TO para a execução do Projeto idealizado pela Procuradora Geral de Justiça, Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, intitulado: “Profissionalizando a Capacidade da Mulher”.

Este projeto visa a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cursos profissionalizantes, capacitando-a para o mercado de trabalho. Neste viés de ações que buscam o empoderamento e independência financeira da mulher, o Ministério Público articula também junto ao SENAC/DR-TO firmar mais uma parceria no sistema “S”, abrindo ainda mais o leque de opções de cursos a serem oferecidos para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Para participar do projeto “Profissionalizando a Capacidade da Mulher”, sendo beneficiada com a gratuidade nos cursos, é necessário ser encaminhada por um Promotor de Justiça.

As aulas ocorrem em sete polos do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, localizados em Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Xambioá.

Seminários/Eventos/Reuniões

- Reunião SUMUDHE: Conhecimento nova gestão municipal. - 30 de janeiro de 2013;

- Reunião Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM. - 06 de fevereiro de 2013;
- Seminário: Autonomia das Mulheres no Enfrentamento à Violência - SUMUDH - 07 de março de 2013;
- Seminário: CEDECA-MPE-CAOPIJ - Violação dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes. MPE – 15 de maio de 2013;
- Seminário: Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado do Tocantins. - 04 de Junho de 2013 - Tribunal de Justiça - TO
- Reunião da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: Informações sobre a Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - 05 de junho de 2013;
- I seminário de Serviço Social na área Sócio Jurídico do Tocantins. - 05 de junho de 2013;
- Reunião da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher : Análise dos ofícios enviados para a SEDS e para a SSP e Elaboração do Regimento Interno da Câmara Técnica; Repactuação - 27 de junho de 2013;
- Seminário Macrorregional Norte: Para Elas, por Elas, por Eles, por Nós. CEULP/ULBRA (Centro Universitário Luterano de Palmas) - 27 e 28 de junho de 2013;
- Audiência Pública - Assembleia Legislativa: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal: Investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil – 28 de junho de 2013;
- Reunião Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: Socialização do Programa, Mulher: Viver sem violência. - 29 de agosto de 2013;
- Reunião Câmara Técnica: Informações do I Fórum das Mulheres do Campo

e da Floresta. - 19 de novembro de 2013; e,

- I Fórum Estadual das Mulheres do Campo e da Floresta - 22 de novembro de 2013;

Congressos/Cursos/ Seminários

- I Congresso Internacional de Direitos Humanos do Tocantins. - 20 a 22 de novembro de 2013. - Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, órgão do Tribunal de Justiça do Tocantins ;

- Capacitação para equipes multidisciplinares das Varas de Combate à Violência Doméstica e Familiar. - Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, órgão do Tribunal de Justiça do Tocantins – 08 de março de 2013; e,

- Lançamento da Campanha Nacional do Poder Judiciário no Tocantins: Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha: A Lei é mais forte. - 30 de agosto de 2013;

Outras Demandas:

- Visitas Técnicas e Estudo Psicossociais/Relatórios: Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, Idosos, Deficientes; Crianças e Adolescentes; 02/07, 30/07, 08/08, 12/08, 03/09, 10/09, 13/09, 27/11 e 03/12/2013;

- Atendimento e acompanhamentos à vítima de violência doméstica e familiar pelo Núcleo Maria da Penha; 03/07,08/07,13/08, e 07/11/2013;

- Orientações e encaminhamentos sociais por telefone locais e interior;

- Visitas domiciliares e/ou institucionais: atendendo solicitação da 18ª, 20ª, 21ª e 26ª Promotorias de Justiça e Diretoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – DRHFP/PGJ-TO - 14/02, 20/03, 03/06, 15/08, 29/10 e 16/12/13;

- Participação do Mutirão São Félix do Tocantins - (palestra, distribuição de material impresso sobre a lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) - 03 a 06 de julho de 2013;

- Palestra Instituto Nossa Senhora de Lourdes: Direitos Sociais - 07 de agosto de 2013;

- Palestra sobre a Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) 407 Norte _ Grupo de Idosos - 15 de maio de 2013;
- Visitas às entidades que compõem a rede de proteção à mulher;
- Encaminhamentos de enunciados da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica (COPEVID) do Conselho Nacional de Procuradores Gerais - para os membros do Ministério Público Estadual;
- Visitas e divulgação do Núcleo Maria da Penha nas Unidades Escolares Urbana e Rural (Municipal, Estadual, Privada, Conveniadas e Ensino Superior) - Afixação de cartazes e entrega de cartilhas educativas e informativas, folders sobre a lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); 13 de maio a 26 de setembro de 2013;
- Visitas técnicas, divulgação do Núcleo Maria da Penha e distribuição de cartilhas na rede municipal e estadual da saúde – USF, Unidades de Pronto Atendimento - (UPA) e Hospitais. - 13 de maio a 26 de setembro de 2013;
- Visitas técnicas, divulgação do Núcleo Maria da Penha e distribuição de cartilhas na rede de proteção à mulher – CREAS/CRAS/Delegacias/IML e instituições; - 13 de maio a 26 de setembro de 2013;
- Formação, Coordenação e apoio ao Projeto: Profissionalizando a Capacidade da Mulher;
- Recepção das agendas dos cursos/frequências e diários de notas das alunas encaminhadas ao curso do SENAI/DR-TO;
- Encaminhamentos das agendas dos cursos do SENAI/DR-TO às Promotorias de Justiça dos municípios previstos no Projeto;
- Encaminhamento de material impresso e slides sobre a Lei 11.340 à Promotoria de Justiça de Araguaína, para subsidiar palestra nos cursos do Projeto PCM “Profissionalizando a Capacidade da Mulher” – MPE/SENAI/DR-TO;
- Divulgação do Núcleo Maria da Penha e informação sobre a Lei Maria da Penha, com distribuição de cartilhas informativas e educativas aos alunos da CEM – Taquaralto - 13 de setembro de 2013;
- Instauração/acompanhamentos de Processos;

- Elaboração de material informativo e educativo do Núcleo Maria da Penha;
- Participação da gravação do vídeo informativo para divulgação do Projeto PCM: “Profissionalizando a Capacidade da Mulher” MPE/SENAI/DR-TO; e,
- Realização de reuniões acerca dos trabalhos do Núcleo com o Coordenador, parceiros dos projetos e equipe Técnica.

Outro órgão de proteção à mulher vítima de violência doméstica, CAOP Mulher, vem realizando ações, conforme, comparativo das ações do CAOP da Mulher 2012/2013:

Tabela 4.4.13.3 – Comparativo de realizações CAOP Mulher, período de 2012/2013

Tipo de atividade	2012	2013
	Quantidade	Quantidade
Atendimentos ao público	-	153
Atendimentos a membros	-	19
Atendimentos via telefone	315	-
Reuniões realizadas	-	3
Coleta de exame para DNA	23	19
Estudos	-	-
Ofícios	38	69
Palestras	2	3
Visita técnica	1	-
Vistoria	-	-
Participação em reuniões	-	17
Participação eventos	-	4
Pareceres Técnicos	-	2
Participação em cursos, seminários, oficinas e conferências		6
Total	379	295

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Mulher

- Consumidor

O Combate aos Crimes contra o Consumidor, área onde o MPE tem atuado principalmente através das Operações Pró-Consumidor, fiscalizações da venda

clandestina de Gás e do abate clandestino de animais (frigoríficos), sob a coordenação do CAOP do Consumidor, está gerando resultados expressivos para a sociedade.

Durante o ano de 2013 foram deflagradas 09 operações da Força-tarefa Pró Consumidor nas seguintes cidades: Pium, Pugmil, Nova Rosalândia, Araguaína, Colinas, Formoso do Araguaia, Porto Nacional, Fátima, Taguatinga e Araguaçu, além da capital.

Todas essas operações fizeram surtir efeitos nas cidades onde ocorreram, visto que foram apreendidas toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos e autuações foram lavrados, pelos Bombeiros, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no período 2012/2013, podemos destacar os seguintes:

Tabela 4.4.13.4 – Estabelecimentos visitados área consumidor, período de 2012/2013

Estabelecimentos Visitados	ano	
	2012	2013
Açougues	32	37
Postos de Combustíveis	09	01
Restaurantes, lanchonetes e panificadoras	31	07
Revendedores de GLP	18	30
Supermercados	68	18
Outros	15	39
Total	160	132

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 4.4.13.5 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), período de 2012/2013

Tipologias / Exercícios	Relatórios de visitas	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão	Autos de Constatação
Procon						

Exercícios	2012	112	01	-	20	18	-
	2013	16	-	-	04	04	
Vigilância Sanitária Municipal							
Exercícios	2012	-	102	04	21	65	-
	2013	03	56	-	-	-	-
Vigilância Sanitária Estadual							
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros							
Exercícios	2012	-	73	01	09	-	-
	2013	-	28	-	-	04	-

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC

Tabela 4.4.13.6 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2013

Cidade	Foco da Ação	Quantidade		
		Estabelecimentos	itens apreendidos	Autuações
Pium	Supermercados, Açougues, Panificadoras, Restaurantes, Postos de Combustíveis, Casas de Eventos, Revendedores de GLP e Outros	38	711	110
Nova Rosalândia	Revendedores de GLP	7	-	-
Pugmil	Revendedores de GLP	5	-	-
Araguaína	Revendedores de GLP	13	-	09

Palmas	Gelo	07	-	05
Colinas	Leite, laticínios e Abatedouro	16	130	07
Formoso do Araguaia	Frigorífico	01	-	-
Porto Nacional	Laticínio	02	-	-
Fátima	Supermercados e Panificadoras	04	112	10
Araguaçu	Açougues e Abatedouro	17	122	23
Taguatinga	Açougues	18	14	26
11 cidades	-	128	1.089	170

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

No que se refere às medidas para regularizar o setor de revenda de GLP, foram executadas fiscalizações em conjunto com o Corpo de Bombeiros em diversos estabelecimentos nas cidades do interior do estado do Tocantins.

Além da regularização dos pontos de revenda GLP, o Ministério Público preocupou-se também com a questão da conformidade do transporte do GLP com a legislação, especificamente em relação ao serviço de entrega, visto tratar-se de um produto perigoso e que por isso necessita de cautelas em seu manejo e transporte para evitar acidentes.

Também foram reiteradas as recomendações expedidas em 2012 para que os Órgãos de fiscalização se atentem para as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), a fim de que procedam com o dever de ofício de verificar o cumprimento das mesmas por parte dos empresários.

Em 2013 foi atendida uma demanda crescente de ações de fiscalização em comércios de produtos cárneos. Durante essas ações a Pró Consumidor se atentou não apenas às condições higiênico-sanitárias dos açougues, como também à estrutura física dos abatedouros municipais, e se estes estavam cumprindo a legislação específica.

No abatedouro de Formoso do Araguaia, o CAOP do Consumidor, juntamente com a ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, intermediaram um acordo entre a Promotoria de Justiça e o Município, consolidado por meio de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre esses Órgãos, no qual foram fixados prazos para adequação das irregularidades encontradas, tanto com relação à documentação, quanto a respeito da estrutura física e pessoal do abatedouro.

Em Araguaçu e Taguatinga os trabalhos foram mais voltados à capacitação dos fiscais municipais da Vigilância Sanitária, prestada em conjunto com a VISA Estadual, concomitantemente aos trabalhos de fiscalização realizados pela equipe nos municípios.

Segue, abaixo, o comparativo das realizações do CAOP do Consumidor nos anos de 2010 a 2012.

Tabela 4.4.13.7 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2013.

Atividades finalística	Quantidade			
	2010	2011	2012	2013
Pareceres	-	-	-	01
Processos de acompanhamento	07	13	06	12
Relatórios	03	05	04	08
Vistorias	114	309	160	128
Recomendações	-	04	5	-
TACs	04	06	01	-
Promoção de eventos				
Seminário	-	01	-	02
Oficinas	-	-	-	-
Pesquisas	-	-	-	18
Participações em eventos				
Audiências públicas	-	02	-	12
Cursos	-	-	-	04
Oficinas	-	-	-	-

Reuniões	19	19	9	18
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02
Atividades Meio				
Ofícios e Memorandos				
Expedidos	142	369	164	82
Recebidos	61	85	55	113
E-mail				
Expedidos	18	39	42	154
Recebidos	-	-	61	235
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc...)				
Expedidos	-	-	-	15
Recebidos	-	-	-	08

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor - CAOPDC

- Meio Ambiente

No que se refere à atuação na área do Meio Ambiente, continuam sendo realizadas as fiscalizações para o correto tratamento dos resíduos sólidos, as ações para regularização das Áreas de Preservação Permanente, as ações preventivas contra queimadas, a fiscalização dos serviços públicos de tratamento de água e saneamento, além do acompanhamento da instalação de grandes empreendimentos, visando evitar os danos ambientais.

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente destaca as principais ações realizadas em 2013:

- Promoção de evento para assinatura do Termo de Compromisso “Prefeito Amigo do Meio Ambiente” que é uma ação do projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA, realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. O referido Termo foi firmado com os municípios de Araguañã, Araguatins, Aurora do Tocantins, Bom Jesus do Tocantins, Caseara, Filadélfia, Mateiros, Pedro Afonso, Peixe, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição, São Félix do Tocantins e Almas, com o objetivo de que os recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicação – ICMS Ecológico, contribuam com a política

municipal de meio ambiente, a fim de superar o quadro de degradação ambiental, ainda presente no Estado do Tocantins.

- O Ministério Público Estadual (MPE), por meio do CAOUMA, a partir de uma iniciativa da 25ª Promotoria de Justiça da Capital e dos recursos oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a Empresa de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, lançou em parceria com a Prefeitura Municipal de Palmas, o governo do Estado do Tocantins e a TNC, o “Programa Propriedade Rural Legal”. O programa, que tem como foco possibilitar a regularização ambiental de cerca de 2.379 propriedades rurais do município de Palmas utilizará como instrumento principal o CAR - Cadastro Ambiental Rural, criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Mais Ambiente e instituído em âmbito estadual pela lei 2.476 de julho de 2011, que regula o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural denominado “TO LEGAL”. As ações desenvolvidas no âmbito do ano de 2013 consistiram em cinco etapas, e para o ano de 2014 o programa prosseguirá com o processo de varredura das propriedades situadas na bacia do ribeirão Taquarussu.
- Realizou análise técnica dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, apresentou sugestões e acompanhou as audiências públicas junto aos municípios, que têm como responsabilidade a elaboração, implantação, monitoramento e revisão dos Planos, conforme a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

• A seguir, o comparativo das realizações do CAOUMA nos anos de 2010 a 2013.

Tabela 4.4.13.8 – Outras atuações realizadas pelo CAOUMA, período de 2010/2013

Atividades Finalísticas	Quantidade			
	2010	2011	2012	2013
Vistorias	132	123	65	54
Relatórios	90	179	45	75
Pareceres	11	15	10	31

Mapas e Croquis	135	262	68	119
Processos de Acompanhamento	144	98	60	23
Promoção de Eventos				
Seminário	2	0	0	34
Oficinas	4	1	2	11
Cursos	-	-	1	2
Pesquisas	4	0	1	2
Participação em Eventos				
Audiências Públicas	4	2	4	15
Reuniões	110	79	25	287
Cursos	2	5	6	192
Oficinas	2	2	0	21
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2	20
Atividades Meio				
Ofícios				
Expedidos	181	231	175	93
Recebidos	218	199	158	25
Memorandos				
Expedidos	130	122	113	93
Recebidos	22	28	26	25
E-mail				
Expedidos	225	271	849	354
Recebidos	428	587	605	695

Fonte: Centro de apoio operacional de Urbanismo, Habitacional e Meio Ambiente – CAOUMA

- Infância e juventude

O Centro de Apoio Operacional de às Promotorias da Infância e Juventude destaca as principais ações realizadas em 2013:

1. Encontro Operacional de PJ's da Infância e Juventude em Palmas

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ), com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF), realizou no dia 03 de maio do corrente ano o "Encontro Operacional dos Promotores de Justiça da

Infância e Juventude".

2. Roda de Conversa sobre Crimes Sexuais Cometidos contra Crianças e Adolescentes

Realizada pelo CAOPIJ em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Glória de Ivone, a atividade alusiva ao dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, aconteceu na sede do Ministério Público do Tocantins, no dia 15 de Maio.

3. Pesquisa sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto nos Municípios Tocantinenses

Na pesquisa foram levantadas informações sobre o número total de programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) existentes nos Municípios e número de vagas ofertada; número total de adolescentes autores de ato infracional em cumprimento das medidas em meio aberto, com a indicação da medida socioeducativa aplicada a cada um; qual o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto e o número de técnicos responsáveis pela execução dos programas socioeducativos em âmbito municipal; se há Plano de Atendimento Socioeducativo; e, ainda, se o Governo Estadual tem apoiado a execução das medidas socioeducativa em meio aberto.

4. Nota Técnica sobre Classes Multisseriadas

Sem caráter vinculante, equipe do CAOPIJ produziu Nota Técnica endereçada aos Promotores de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude tratando da formação de classes multisseriadas e heterogêneas, um fenômeno complexo na educação, que representa um dos maiores desafios pedagógicos da educação brasileira na perspectiva da efetiva garantia do direito à educação a todos.

5. Nota Técnica sobre a Tipicidade da venda de bebidas alcoólica a crianças e adolescentes

Considerando a repercussão e os efeitos danosos que advém da manutenção de posicionamento pelo Judiciário Tocantinense sobre a atipicidade da venda de bebidas alcoólicas a Crianças e Adolescentes, e, com o intuito de fomentar e auxiliar os Promotores de Justiça na interposição de recursos contra eventuais decisões que pugnem pela atipicidade da conduta, o CAOPIJ publicou Nota Técnica, sem caráter vinculante, afirmando a tipicidade da venda de bebida alcoólica aos menores de 18 anos de idade. Vale a pena conferir a Nota que pode ser encontrada no endereço: <http://mpto.mp.br/web/caop-da-infancia-e-juventude/2013/04/12/notas-tecnicas>.

6. Elaboração de Pareceres Técnicos Educacionais

No ano de 2013, atendendo as demandas dos Promotores de Justiça, o CAOPIJ produziu pareceres técnicos versando sobre negligência em instituição de educação infantil particular, semelhanças e diferenças entre atendimento educacional especializado e atendimento pedagógico familiar e sobre modulação de professores e currículo educacional.

7. Orientação para participação dos Promotores de Justiça nas Conferências Municipais de Educação

Considerando a relevância do tema e o caráter democrático das discussões em torno da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que acontecerá entre os dias 17 e 21 de fevereiro de 2014, em Brasília, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ) do Ministério Público Estadual (MPE) incentivou a participação dos Promotores de Justiça nas Conferências Municipais e Estadual de Educação, que funcionam como etapas preparatórias para a CONAE Nacional.

8. Realização de Vistorias Educacionais

No período entre Janeiro e novembro desta ano o CAOPIJ realizou vistorias educacionais nas unidades escolares municipais e estaduais, urbanas e rurais, nos Municípios de São Félix do Tocantins, Sítio Novo, Miracema, Ananás, Abreulândia,

Monte Santo, Marianópolis, Pugmil, Divinópolis, Aurora do Tocantins, Combinado, Lavandeira, Novo Alegre e Axixá, além de iniciar o trabalho de vistoria educacional na rede pública da Capital do Estado, Palmas.

9. Encaminhamento de relatório de Vistoria do DETRAN em transporte Escolar nos municípios Tocantinenses.

A pedido da Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, a direção do Detran encaminhou ao CAOPIJ calendário de Vistorias do Transporte Escolar no Estado, que foi encaminhado aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude a fim de que estes pudessem acompanhar a realização das vistorias em seus respectivos municípios de atuação.

10. Realização de Seminário sobre FUNDEB

Os diversos aspectos que envolvem a aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foram tema de debate no Seminário sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB), acontecido no dia 27 de Setembro, na Sede do ministério Público em Palmas.

11. Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares e das Redes de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes

O CAOPIJ tem realizado junto com os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, reuniões com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselheiros tutelares e de direitos das crianças e adolescentes bem como dos demais membros das Redes de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Polícias, Secretários de Assistência Social, Gestores Escolares etc.

Ao longo do período entre janeiro e novembro de 2013 foram realizadas nos

municípios: Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Santa Rita do Tocantins e Silvanópolis, Araguaína, Aragominas, Araguañã, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, Carmolândia e Nova Olinda, Guaraí, Rio dos Bois, Taguatinga, Colmeia, Gurupi, Colinas, Miracema, Natividade, Wanderlândia, Itacajá, Figueirópolis, Cristalândia, Formoso do Araguaia, Araguacema.

12. Realização de Pesquisa sobre situação dos CMDCS's

O CAOPIJ iniciou em Junho de 2013 um levantamento de informações relativas ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do adolescente (CMDCA) dos municípios tocantinenses, solicitando aos gestores municipais informações referentes à: a) Lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras com eventuais alterações; b) Decreto que nomeia os membros da atual gestão do conselho; c) Ata da última reunião do Conselho; d) Local e endereço onde realizam as reuniões plenárias do Conselho; e) Plano Municipal de atendimento a criança e do adolescente; e, f) Resoluções do conselho(duas últimas).

13. Realização de inspeções nas entidades de acolhimento institucional de atendimento sócio educativo

Em consonância as resoluções 67 e 71 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que versam respectivamente sobre a inspeção nas entidades de atendimento socioeducativo e nas entidades de acolhimento, a equipe do CAOPIJ realizou vistoria, nas entidades de acolhimento, CRAS, CREAS e CT de Araguaína, nos CRAS, CREAS, CT, CMDCA e entidades de acolhimento de Guaraí, nas entidades de acolhimento de Palmas e no CEIP e Semiliberdade de Gurupi.

14. Boletins Informativos

Em face da crescente demanda na área da Infância e Juventude e do importante papel incumbido ao Ministério Público de fiscalizar a execução de ações para o

cumprimento dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, o CAOPIJ vem elaborando desde março de 2012 seu Boletim Informativo. Os Boletins, divulgados eletronicamente, bimensalmente, é destinado aos Promotores de Justiça e demais agentes do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

15. Kits Operacionais

A equipe do CAOPIJ formatou Kits Operacionais destinados a atuação do Promotor de Justiça nas áreas elencadas por estes como prioritárias, quais sejam: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Educação e Conselhos de Direitos. Cada Kit operacional dispõe de pelo menos quatro modelos de peças processuais: Notificação Recomendatória, Portaria de Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública. Os Kits operacionais estão disponíveis no site do CAOPIJ.

16. Site do CAOPIJ

A equipe do CAOPIJ, com a Equipe de Informática do MPE, faz atualização da página do CAOPIJ, a qual foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela estão disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância e juventude publicadas em veículos de comunicação, locais e nacionais.

17. Atendimentos Direitos pela equipe do CAOPIJ

Foram realizados, aproximadamente, 450 atendimentos diretos, via telefone, aos Promotores de Justiça, Prefeituras, Conselhos Municipais de Direitos, Conselhos Tutelares, Centros de Referência da Assistência Social, e comunidade.

Seguem abaixo, as realizações do CAOPIJ no decorrer de 2013.

Tabela 4.4.13.9 – Realizações CAOPIJ, em 2013

Atividades Finalísticas	Quantidade
	2013
Notas Técnicas	02
Pareceres	07
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	02
Vistorias na rede Municipal de Ensino	15
Vistorias na rede acolhimento (entidades pública e da Sociedade civil)	05
Promoção de Eventos	
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	03
Pesquisas	03
Participação em Eventos	
Audiências	02
Capacitação	29
Atividades Meio	
Ofícios	
Expedidos	74
Recebidos	100
Monitoramento de Denúncias do Disque Direitos Humanos (Disque 100)	895

Fonte: Centro de apoio operacional às Promotorias da Infância e Juventude - CAOPIJ

- Criminal

O Centro de Apoio Operacional Criminal - CAOPCRIM é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, tem previsão legal no artigo 48 da Lei Complementar 51/2008, instituído pelo Ato 021/2008, está sob a coordenação do Dr. Octahydes Ballan Júnior, Promotor de Justiça, tendo o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra, Procurador de Justiça, como Gestor de Metas da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública para o Ministério Público.

São atribuições deste órgão de apoio: apresentar ao Procurador Geral de

Justiça propostas e sugestões para: elaboração da política institucional e de programas específicos; alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas; promover a realização de cursos, palestras e outros eventos; sugerir edições de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público. Detém ainda atribuições para acompanhar políticas nacional e estadual afetas às suas áreas; estimular a integração entre Promotorias, auxiliando as com material técnico jurídico e recursos necessários ao funcionamento; prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na preparação e proposição de medidas processuais; receber representação e expedientes dessa natureza, e outras.

Assim, cabe ao Centro de Apoio o exercício de atividades indutoras da política institucional, notadamente estimulando a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na área criminal.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 4.4.13.10 – Realizações COACRIM, em 2013

Atividades realizadas	Quantidade
Audiências Públicas	0
Cursos	0
Ofícios expedidos	67
Memorandos e outros	25
Pareceres	0
Orientação jurídica	01
Relatórios	0
Participação em eventos jurídicos	06
Consultas de endereços, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690
Seminários	0
Vistorias	0

Fonte Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOCRIM

O Coordenador do CAOP Criminal participou dos seguintes eventos:

a) IV Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP junto ao Sistema Prisional, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ;

- b) Audiência pública para debater a manutenção de presos em carceragens de delegacias, no Ministério Público do Estado do Ceará, e, na mesma ocasião, na reunião de representantes do controle externo da atividade policial; e,
- c) XX Congresso Nacional do Ministério Público.

➤ **Ações Específicas**

- Meta 2 – Estratégica Nacional de Justiça e Segurança Pública – Segurança Pública – ENASP:

Esta meta tem o objetivo de concluir todos os inquéritos sobre homicídios instaurados até 31 de dezembro de 2007 e ainda em aberto.

No ano de 2011 foi instaurado o PA N. 004/2011/CAOCRIM com o objetivo de acompanhar a conclusão da Meta 2 no Estado do Tocantins.

No decorrer de 2013, a Meta 2 englobou, além do estoque remanescente de inquéritos de 2007 e 2008, aqueles instaurados até 31 de dezembro de 2009 e sem conclusão, devendo ainda ser feita a alimentação do Inqueritômetro, sistema que mostra o andamento da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

Em reunião setorial com os Gestores do Ministério Público e da Polícia Civil realizada no dia 30 de outubro de 2013, ficou definido que a Meta 2 permanece, sem alteração, até outubro de 2014.

A partir de novembro de 2014 haverá uma Meta unificada que abrangerá todos os inquéritos policiais (IPs) - já instaurados até e a partir de então, devendo ser inseridos permanentemente no sistema Inqueritômetro para que, anualmente, busque-se concluir uma porcentagem do acervo total.

- Metas 3 e 4 – Estratégica Nacional de Justiça e Segurança Pública – Segurança Pública – ENASP

A Meta 3 foi criada com o objetivo de alcançar a pronúncia em todas as ações

penais por crimes de homicídio doloso ajuizadas até 31 de dezembro de 2008. Em junho de 2013, foi incorporada pela nova Meta 4, por decisão do Grupo de Persecução Penal da ENASP.

Já a Meta 4 destinava-se a julgar ações penais relativas ao crime de homicídio doloso, distribuídas até 31 de dezembro de 2007, porém foi reformulada, e ficou com o seguinte desdobramento:

Meta 4 (2007) - Conclusão das ações penais destinadas ao julgamento do crime de homicídio doloso, instauradas até o dia 31 de dezembro de 2007.

Meta 4.1 (2008) - Conclusão das ações penais destinadas ao julgamento do crime de homicídio doloso, instauradas entre os dias 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

Dessa forma, a Meta 3 foi absorvida pela Meta 4, tornando se desnecessária a separação das ações penais que alcançaram ou não a decisão de pronúncia. Assim, o marco identificador da meta é o momento do recebimento da denúncia, para tanto considerada a data do despacho de recebimento da peça acusatória.

- Campanha “Conte até 10 – Paz essa é a atitude”.

Trata-se de campanha promovida pela Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, que tem por objetivo reverter a situação trágica de violência no Brasil, já que o país ocupa o primeiro lugar no ranking de violência entre os países de maior PIB do mundo.

A campanha pretende realizar várias ações visando estimular a reflexão acerca dos homicídios cometidos por ímpeto, em situações como brigas de bar, de trânsito ou entre vizinhos, etc. A ideia é fomentar a cultura de paz e de não-reação nos casos que podem gerar violência.

O Ministério Pública, por meio deste órgão de apoio, buscará realizar diversas ações como blitz educativa, palestras em escolas com a participação de Promotores de Justiça, concurso com premiação para a melhor redação sobre o tema da campanha, entre outros.

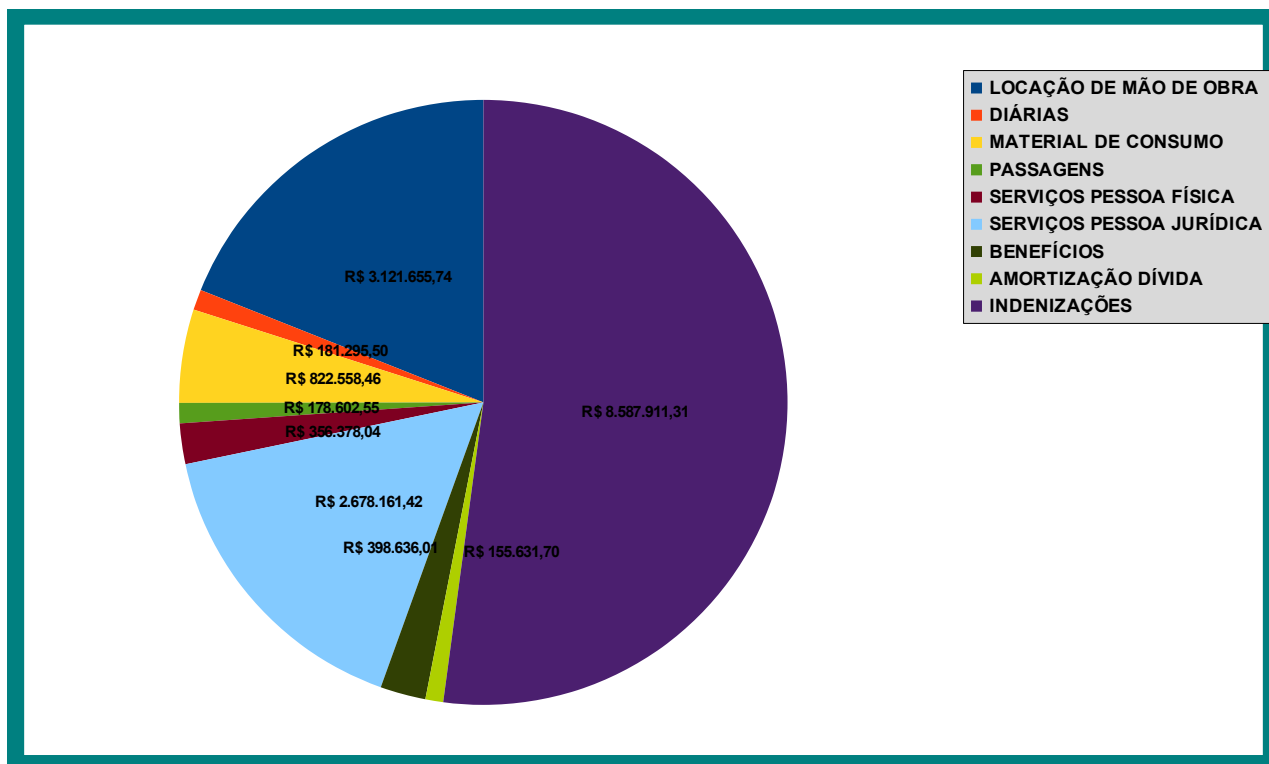
5. PROGRAMA 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público

5.1 APRESENTAÇÃO		
DENOMINAÇÃO:	Gestão e Manutenção do Ministério Público	
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: 115.054.957,00	Autorizado: 117.205.004,00

5.2 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para facilitar a visualização do comparativo dos valores alocados no Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público, utilizou-se como referência o valor dos gastos por elemento de despesa relativo ao ano de 2013, conforme figura a seguir:

Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos e despesa com auxílio alimentação).



Fonte: Siafem

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público, de caráter contínuo e multissetorial, tem por objetivo prover os meios para a implementação e gestão dos programas finalísticos do órgão, sua composição engloba os recursos destinados ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores públicos e pagamento de auxílios.

Também fazem parte do rol de despesas de natureza tipicamente administrativa aquelas que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, para aqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

Assim, além, da manutenção de recursos humanos este programa visa garantir, ininterruptamente, o suprimento e a infraestrutura material e patrimonial para a Procuradoria Geral de Justiça e as demais promotorias distribuídas pela capital e interior do Estado, com contratos de limpeza e conservação, vigilância, locação de imóveis,

manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

A tabela a seguir destaca o perfil de execução orçamentária e financeira no exercício de 2013, demonstrando o comportamento, por ação, ressaltando que maioria das ações de gestão obteve sua execução total dos recursos dotados inicialmente, exceto aquelas que, por erro na alocação de recursos pela Secretaria de Planejamento, precisaram ser complementadas ou reduzidas no decorrer do exercício para atender ao Planejamento do Órgão.

Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação, em (R\$)

Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Manutenção de recursos humanos	Físico	-	-	-
	Financeiro	95.567.215,00	95.567.206,07	99,99
Manutenção de auxílios a servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	5.442.885,00	5.442.883,37	99,99
Coordenação e manutenção de serviços administrativos gerais	Físico	-	-	-
	Financeiro	5.741.458,00	5.741.452,90	99,99
Manutenção de serviços de transportes	Físico	-	-	-
	Financeiro	304.722,00	304.719,42	99,99
Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público	Físico	-	-	-
	Financeiro	20.268,00	20.267,48	99,99
Concessão de direitos a membros e servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	8.566.937,00	8.566.936,08	99,99
Manutenção de serviços de	Físico	-	-	-

informática	Financeiro	1.561.519,00	1.561.517,67	99,99
-------------	------------	--------------	--------------	-------

Fonte: Siafem

Tabela 5.2.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, em (R\$)

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	04.122.1058.2333	-	-	-R\$ 12.628,00
		04.126.0195.2418	-	-	-R\$ 85.278,00
		04.122.1058.2434	-	-	-R\$ 9.839,00
		04.122.1058.6015	-	-	-R\$ 133.063,00
		04.122.1058.2380	-	-	-R\$ 158.926,00
	Sub Total	-	-	-	-399.734,00
	Recebidos	04.122.1058.2294	2.540.851,00	-	-
		04.122.1058.2306	-	-	8.930,00
	Sub Total	-	2.540.851,00	-	8.930,00
	Total	-	2.540.851,00	-	-390.804,00

Fonte: Siafem

No tocante às movimentações orçamentárias do programa, cumpre esclarecer que tal medida somente foi necessária neste volume realizado, em razão da alocação incorreta dos recursos na Lei Orçamentária Anual, fato este, que foi comunicado quando da aprovação da Lei ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Secretário de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública.

No comunicado encaminhado, o Ministério Público solicitava a correção das ações conforme planejamento realizado por este órgão e, caso isso não fosse possível, seriam necessários remanejamentos vultosos durante o exercício, o que de fato ocorreu, para seguir o planejamento elaborado.

5.3 AÇÕES

5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 5.3.1 – Resumo da ação

Título		2294 – Manutenção de Recursos Humanos		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
93.026.364,00	95.567.215,00	95.567.206,07	95.560.303,42	100

Fonte: Siafem

No que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais, constata-se um crescimento de despesas nos últimos exercícios. Essa elevação considerável é justificada pela política salarial implementada pela instituição (aumento concedido aos servidores do Órgão) e o incremento do número de servidores .

Entre 2010 e 2013, houve um aumento de despesas com pessoal ativo devido aos concursos públicos realizados, à reestruturação e aos reajustes de remuneração da carreira de apoio. Este aumento das despesas com pessoal registra uma média anual de 12,82%, em valores constantes, enquanto a receita corrente líquida do Estado do Tocantins, no mesmo período, apresentou média anual de crescimento de 11,88%.

O dado apresentado reflete a preocupação do órgão em ampliar a estrutura de cargos, principalmente em seus serviços auxiliares, afim de otimizar sua atuação finalística, o que se refletiu em aumentos sucessivos de sua produção. Este fator porém, encontra limites, principalmente em períodos de baixo crescimento da arrecadação estadual, fato que pode fazer com que o MP/TO tenha que reduzir ou frear seu crescimento em recursos humanos para se adequar a nova realidade das finanças públicas do Estado.

Desta forma, as despesas obrigatórias, destinadas a atender gastos com pessoal, encargos e benefícios aos membros e servidores, compreendem 77,54 % do total executado na Lei Orçamentária Anual (LOA 2013), representando um montante autorizado de R\$ 93.026.364,00. Deste total, foi suplementado o montante de R\$ 2.540.851,00, totalizando assim, um montante de R\$ 95.567.215,00.

Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa no período de 2013, é importante ressaltar que o incremento ocorrido nos dispêndios com pessoal decorre do efeito da política adotada pela PGJ nos últimos anos, que procurou sempre conceder revisões anuais de salários para a carreira de técnicos e analistas, com impacto, também, nos gastos para o custeio do regime de previdência dos servidores.

Portanto, ao longo dos quatro últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MPE). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal. Tudo viabilizado após rígidos estudos da realidade orçamentária e da disponibilidade financeira da Instituição.

Exemplo dessa atenção à permanente manutenção do poder aquisitivo dos servidores ocorreu em 2009, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 4,31%, ao passo que a remuneração dos servidores foi revisada em 8%.

Segue abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2009 a 2012, conforme tabela 5.3.1.1 revisões anuais de 2009 a 2013:

Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2013, em (%)

Ano	Mês	Percentual
2009	Maio	8,00
2010		5,00
2011		7,00
2012		7,50*
2013		7,00

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

*Aprovação do novo PCCR.

A partir deste mês de maio de 2013, os servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE) foram contemplados com o reajuste de 7% nos subsídios. A lei nº 2.720, que prevê o aumento, foi sancionada pelo Poder Executivo e

publicada no Diário Oficial do dia 21 de maio. Este percentual também foi estendido aos servidores aposentados e pensionistas e incluído no contracheque pelo Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV).

O aumento de 7% equivale a um aumento real de 1,61% acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou 2012, em 5,84% . Seguindo a política de valorização salarial dos servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE), este é o terceiro ano consecutivo que a instituição reajusta o salário dos servidores acima da inflação, conforme, tabela acima .

Em relação a rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade; comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo de 8 (oito) novos integrantes.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores nos anos de 2009 a 2013, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.1.2 – Movimentação de servidores 2009 a 2013, em (unid)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
Posse	20	91	15	58	33
Exoneração/inatividade	19	21	13	17	25
Saldo	1	70	2	41	8

Fonte: Folha de Pagamento.

Quanto à carreira de apoio, houve uma variação de 2,45% sobre o total existente, preenchidos no decorrer do exercício, conforme demonstrado na Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio:

Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio em 31/12/2013

Nível Funcional	Existente 2012	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Existente 2013	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Var (%)
AME – Analista Ministerial Especializado	69	59	67	58	-2,89
AMI – Analista Ministerial	151	144	154	142	1,98
AXE – Auxiliar Ministerial	18	14	18	16	0,00

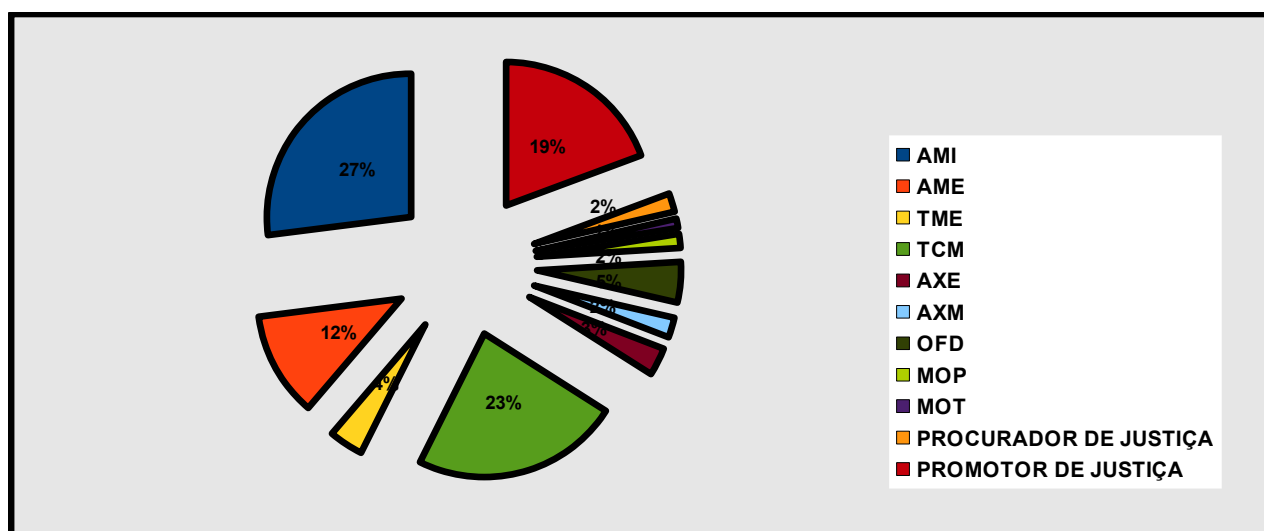
Especializado					
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0,00
MOP – Motorista Profissional	9	9	9	9	0,00
MOT - Motorista	6	5	6	6	0,00
OFD – Oficial de Diligências	25	25	26	26	4,00
TCM – Técnico Ministerial	123	112	133	121	8,13
TME – Técnico Ministerial Especializado	23	22	22	21	-4,35
TOTAL	437	403	448	2,52	2,45

Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos, licenciados e afastados)

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins conta com 614 colaboradores, a carreira de apoio contempla 448 efetivos (72,96%) do total, conforme tabela acima. Destes, 221 (duzentos e vinte e um) colaboradores, que correspondem ao percentual de 49,33% do quadro efetivo, distribuídos nas áreas de apoio e finalística, têm curso superior, fato que denota o alto grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição, conforme demonstrados na figura 5.3.1.1 Distribuição de servidores efetivos por nível de cargos 2013.

Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos, em (%).



Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 5.3.1.4 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2013 (Carreira de apoio), em (unid)

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013
Fundamental	36	37	37	37	37
Médio	138	158	152	180	190
Superior Completo	145	192	202	220	221
Total	319	387	391	437	448

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2013, em (unid)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
Efetivos do MPE	56	53	63	63	64
Efetivos requisitados	13	13	11	11	17
Exclusivamente comissionados	35	38	42	42	36

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Portanto, para atingir sua missão institucional “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, em 2013, a Procuradoria Geral de Justiça contava com o efetivo de 448 profissionais, sendo que 29 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores em 2013:

Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2013, em (unid)

Nível Funcional	Existente 31/12/2012	Movimentação					Existente 31/12/2013
		Nomeados	Exonerados	Aposent/ falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciados	

Procuradores	12	1	0	1	0	0	12
Promotores	104	0	1	1	1	3	101
Servidores	437	32	20	2	0	4	448
Comissionados	42	8	11	0	0	0	36
Requisitados	29	10	2	0	0	0	37

Fonte: Departamento de recursos humanos

As tabelas anteriores demonstram as informações relativas à gestão de recursos humanos, possibilitando uma análise da gestão do quadro de pessoal em relação à dimensão operacional e estratégica da unidade. As informações estão estruturadas de maneira que são observadas a composição, rotatividade e o grau de escolaridade do quadro de recursos humanos, tanto efetivos, comissionados e terceirizados.

Quanto aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, novamente podemos observar que a despesa continua muito abaixo do limite prudencial de 1,69% da RCL, como mostra a tabela 5.3.1.7 limites de Gasto de Pessoal com a LRF.

Tabela 5.3.1.7 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	95.560.303,42	0,00
Pessoal ativo	95.560.303,42	0,00
Pessoal inativo e pensionista		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.807.233,42	0,00
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	5.807.233,42	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.753.070,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		89.753.070,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.323.440.128,75	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,69%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	106.468.802,58	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	101.145.362,45	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%	95.821.922,32	

FONTE: SIAFEM, Contabilidade PGJ/SEFAZ-TO, 10/01/2013, 14:35h.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento o exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores

Quadro 5.3.2 – Resumo da ação

Título	2306 - Manutenção de Auxílios a Servidores			
	Financeiro			
	(Valor em R\$ 1,00)			
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 5.433.955,00	R\$ 5.442.885,00	R\$ 5.442.883,37	R\$ 5.442.883,37	100,00%

Fonte: SIAFEM

Os valores oriundos desta ação foram utilizados para a concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos membros e servidores ativos, de acordo com ato nº 188/2007, e posteriores alterações, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, e pago diretamente, mediante depósito em conta-corrente, até o último dia útil do mês.

Outras despesas custeadas são: Auxílio Funeral devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as

despesas com o funeral do ex-servidor ; Auxílio Reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio Creche devido ao dependente do servidor.

No que diz respeito às despesas com auxílio, constata-se um crescimento de despesas em relação ao exercício de 2012. Essa elevação considerável é justificado pelo ingresso dos membros no benefício alimentação, em agosto de 2012.

Outro importante fator determinante para elevação de gastos com esta ação, é política de elevação do auxílio alimentação, que passou por sucessivos reajustes, ganhando maior importância no orçamento doméstico dos integrantes e proporcionando-lhes mais qualidade de vida.

Também, para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi instituído em 2011 o auxílio creche no valor de R\$ 250,00 por criança.

Além dos filhos, o benefício é extensivo a dependentes. Em casos de portadores de necessidades especiais, não há limite de idade para a concessão do auxílio.

Assim, no decorrer de 2013 esta Ação contou com recursos orçamentários no montante inicial de R\$ 5.433.955,00, necessitando de suplementação de R\$ 8.930,00, para o atendimento de toda a despesa com auxílios em 2013. A Ação, pelo seu escopo, não possui produto e nem meta física.

Ação 2333: Coordenação e manutenção dos servidores administrativos gerais

Quadro 5.3.3 – Resumo da ação

Título	2333 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais
	Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.754.086,00	5.741.458,00	5.741.452,90	5.273.140,29	100,00

Fonte: Siafem

Os recursos destinadas nesta ação visam atender às necessidades administrativas do Ministério Público, sendo as principais relacionadas a energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção, correios, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom desempenho das atividades meio e fim desenvolvidas pelo Ministério Público.

Ao apresentar os destaques da atuação na Área de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, em princípio cumpre mencionar as realizações da Diretoria-Geral.

Órgão responsável por assessorar a Procuradoria-Geral de Justiça na supervisão, direção e condução de processos relativos a atividade meio deste órgão, a Diretoria-Geral tem promovido, através de suas ações, o desenvolvimento das atividades dos departamentos e áreas sob sua direção, a fim de contribuir para a efetividade e otimização da atuação da área auxiliar do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Todo esforço direcionado para melhoria da gestão do órgão, tem por base os princípios e diretrizes do Planejamento Plurianual e Estratégico, assim como as ações elencadas pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA.

As diretrizes desses programas de gestão são amplamente discutidas com a equipe e resultados são gerenciados, através de reuniões e documentos para todos os interessados no tema, objetivando assegurar que nenhuma ação prevista fique sem o devido acompanhamento e, assim, garantir os resultados esperados.

A operação da Diretoria-Geral está distribuída entre:

a. Gabinete do Diretor Geral

Dentre as várias atividades cotidianas do Gabinete do Diretor Geral, pode-se citar que é onde são realizadas as reuniões de planejamento, execução e acompanhamento dos programas de gestão, com a participação de toda a equipe de Diretores, Chefes e Encarregados de Área vinculados à Diretoria Geral, assim como onde são feitos os atendimentos rotineiros ao público interno e externo do MPE-TO que necessitam de ações vinculadas à atividade meio da instituição.

Sinteticamente, elencam-se na tabela abaixo algumas destas atividades:

Tabela 5.3.3.1 – Ações do Gabinete do Diretor Geral – Ano 2013

Ações do Gabinete do Diretor Geral – Ano 2013	
Atendimento a procuradores no gabinete DG	19
Atendimento a promotores no gabinete DG	43
Atendimento a servidores e terceirizados no gabinete DG	97
Atendimento ao público externo no gabinete DG	51
Reuniões internas documentadas com ata no gabinete DG	18
Reuniões internas sem ata no gabinete DG	21
Reuniões internas nas quais o DG participou	49
Reuniões externas nas quais o DG participou	27

Fonte: Diretoria-Geral.

b. Secretaria da Diretoria-Geral

A Secretaria da DG é o órgão pelo qual tramitam, antes das análises finais e despachos do Diretor Geral, todos os processos e documentos inerentes as atividades de: Planejamento, Administração, Tecnologia da Informação, Compras, Contratos, Recursos Humanos e Finanças, além de outros documentos referentes a área meio.

Tal operação gerou em 2013 um saldo de ações que pode ser conferido na tabela abaixo:

Tabela 5.3.3.2 – Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013

Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013	
Portarias DG	141

Apostilas de portarias DG	7
Atos DG e chefia de gabinete	34
Certidões	29
Comunicação interna	200
Declarações	1
Memorandos diversos DG	435
Memorandos encarregada de área	138
Memorandos circular DG	3
Despachos DG	169
Minutas de despachos PGJ	115
Ofícios emitidos DG	164
Ofícios circular DG	89
Ofícios encarregada de área	47
Processos autuados	137
Atas SRP conferidas	20
Contratos conferidos	145
NE (notas de empenho) conferidas	1103
RE (relação externa) conferidas	363
Requisições de fornecimento conferidos	187
Termo de entrega	2
Termos de posse cargos em comissão	30
Termos de posse concursados	31

Fonte: Diretoria-Geral.

c. Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

Possui a tarefa de promover assessoramento jurídico nos processos de sua competência e, ainda, assessorar juridicamente a Procuradoria-Geral de Justiça quando for demandada, para tanto, atua da seguinte forma: pareceres em processos administrativos, elaboração de minutas de atos, portarias e defesas prévias sobre auditorias, análise prévia de contratos, convênios, supervisão do cumprimento das normas internas, dentre outras atividades.

Nesta atuação, a Assessoria Jurídica teve significativo volume de atuação, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.3.3.3 – Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013

Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013	
Atestado de capacidade técnica (minutas)	9
Defesa TCE	2
Memorandos	187
Minutas de ato	6
Ofícios	25
Pareceres	258
Processos Administrativos Sancionatórios contra empresas	11
Termo de declaração	1
Termo de doação (minuta)	1

Fonte: Diretoria-Geral.

O resultado do esforço dispendido por este órgão de direção se reflete no cumprimento das metas traçadas para o exercício.

No que tange ao orçamento disponibilizado, sua execução se deu de forma otimizada e permitiu a realização de mais ações que o inicialmente previsto, além de ter alcançado mais um extraordinário resultado de execução orçamentária em 2013, chegando a 99,95% de orçamento executado (Fonte SIAFEM - Anexo 2 – da Lei 4.320/64), fruto da dedicação, esforço e zelo de todos para com a boa aplicação dos recursos públicos.

Já em relação ao cumprimento das normas e diretrizes da alta administração, o Ministério Público tem sido constantemente elogiado pelos órgãos correicionais pelo eficaz gerenciamento de seu corpo normativo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas na tabela 5.3.3.1, e detalha o comparativo das principais despesas continuadas executadas de 2010 a 2013.

Tabela 5.3.3.4 – Comparativo de despesas 2010 -2013, em (R\$).

Descrição	2010	2011	2012	2013
Energia elétrica	240.515,70	575.183,25	673.286,40	661.527,49
Locação de imóveis	246.158,24	231.924,12	228.736,20	358.853,35
Serviços de água e esgoto	60.018,86	73.503,85	77.743,17	85.869,43

Serviços de limpeza, higiene e outros.	1.394.651,55	2.199.418,38	2.900.252,25	3.122.949,73
Serviços de manutenção de ar condicionado	126.303,25	121.274,25	129.814,26	128.340,00
Serviços de manutenção de elevadores	20.800,00	15.600,00	17.550,00	19.500,00
Serviços de postagens	90.620,59	137.326,15	142.288,17	170.057,58
Serviços de telefonia fixa	329.815,34	572.089,12	558.899,57	451.400,00
Serviços de telefonia móvel	15.986,19	34.805,84	24.058,95	15.500,00

Fonte: Siafem

Durante o ano 2013, foram empenhados o montante de R\$ 5.741.452,90, conforme Quadro 5.3.3, sendo que boa parte destes recursos, R\$ 3.122.949,73, destinados à alocação de serviços terceirizados (serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria), retratada na tabela 5.3.3.2, distribuída em Promotorias da capital e interior, visando viabilizar a manutenção do órgão.

Tabela 5.3.3.5 – Despesas mensal serviços gerais, em 2013.

Locação de Serviços Gerais 2013* em (R\$)		
Mês/Ano	Despesa Mensal	Valor (Diárias - Civil)
Janeiro	250.027,09	1.860,00
Fevereiro	251.937,82	2.480,00
Março	254.335,95	465,00
Abril	254.335,95	4.340,00
Maio	257.715,33	1.860,00
Junho	256.588,83	6.432,50
Julho	256.588,83	1.627,50
Agosto	256.588,83	1.007,50
Setembro	260.983,61	4.495,00
Outubro	260.820,83	5.657,50
Novembro	260.820,83	9.377,50
Dezembro	260.820,83	1.782,50

Subtotal	3.081.564,73	41.385,00
Total	3.122.949,73	

Fonte: Departamento administrativo.

*Contrato com a empresa: Ipanema empresa de serviços gerais

Podemos visualizar o detalhamento destes serviços (serviços de limpeza, higiene e outros) durante o ano de 2013 por meio da análise da tabela a seguir:

Tabela 5.3.3.6 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2013, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor em R\$	(%)
Artífice	5	204.634,32	6,55
Ajudante de artífice	3	71.097,12	2,28
Copeiro	9	204.542,04	6,55
Jardineiro	1	26.727,24	0,85
Recepcionista	21	427.095,17	13,69
Porteiro	10	263.741,40	8,45
Servente de Limpeza	66	1.800.034,08	57,68
Encarregado	1	40.853,40	1,30
Outras despesas	-	82.364,06	2,63
Total		3.121.088,83	100,00

Fonte: Departamento administrativo.

Outra despesa que merece destaque – energia elétrica – apresentou uma redução no montante empenhado, em relação ao exercício de 2012. Esta queda no valor empenhado foi ocasionada pela redução da tarifa de energia elétrica, mediante a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, do Governo Federal, que permitiu o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar descontos nas contas de luz das indústrias e residências.

Percebe-se que o consumo de energia elétrica (em KWh), alocação de serviços terceirizados (serviços de limpeza, higiene e outros) e serviço de telefonia fixa vêm

apresentando uma elevação exponencial nos últimos anos devido à expansão das instalações e equipamentos existentes, resultado da ampliação da estrutura operacional do órgão.

O Ministério Público vem buscando ampliar a sua estrutura física para um melhor desempenho das ações ministeriais, vez que a construção de novas sedes para as Promotorias de Justiça representa também o fortalecimento da Instituição, alcançado, dentre outros elementos, pelo crescimento de seu patrimônio imobiliário.

Entre os anos de 2009 e 2013, 12 Promotorias de Justiça do interior que funcionavam em espaços cedidos em Fóruns do Poder Judiciário passaram a contar com instalações próprias, ainda que alugadas.

Ainda em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue tabela 5.3.3.6, organizada em três quadros: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao Ministério Público.

Tabela 5.3.3.7 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2013.

Localidades	Situação
Almas	1
Alvorada	2
Ananás	2
Araguacema	2
Araguaçu	2
Araguaína	3
Araguatins	1
Arapoema	2
Arraias	3
Augustinópolis	2
Aurora do Tocantins	1
Axixá	1
Colinas do Tocantins	3
Colmeia	2

TOCANTINS	Cristalândia	2
	Dianópolis	3
	Figueirópolis	1
	Filadélfia	1
	Formoso do Araguaia	2
	Goiatins	1
	Guaraí	3
	Gurupi	3
	Itacajá	1
	Itaguatins	2
	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
	Palmas (Depósito)	2
	Palmas (20ª Promotoria)	1
	Palmas (PGJ e Promotorias)	3
	Palmas (Promotoria Eleitoral)	1
	Palmas (Secretaria Criminal)	1
	Palmas (Shopping da Cidadania)	1
	Palmeirópolis	1
	Paraíso do Tocantins	3
	Paraná	3
	Pedro Afonso	2
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	2
	Taguatinga	3
	Tocantínia	2
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	2
	Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos	13	

Total de Prédios Locados	19
Total de Prédios Próprios	15
Legenda: 1 – Cedido 2 – Locado 3 – Próprio	

Fonte: Departamento administrativo

No que concerne aos procedimentos licitatórios, no exercício de 2013, a Comissão Permanente de Licitação – CPL procurou alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como obedecer toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. Assim, as tabelas 5.3.3.8 e 5.3.3.9, procuram visualizar o comparativo de procedimentos de aquisição no período de 2010 – 2013.

Tabela 5.3.3.8 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade			
	2010	2011	2012	2013
Concorrência	03	02	04	02
Pregão Presencial - Tradicional	27	20	23	15
Pregão Presencial - SRP	14	20	24	26
Pregão Eletrônico - Tradicional	09	08	09	07
Pregão Eletrônico - SRP	-	-	01	01
Dispensa de Licitação	136	72	72	76
Inexigibilidades	16	21	19	17
Suprimento de Fundos	04	04	04	04
Total	209	147	156	148

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Conforme tabela anterior, em 2013, foram processados 51 (cinquenta e um) procedimentos licitatórios dos quais 41 (quarenta e um) já foram homologados; 05 (cinco)

foram declarados desertos e 05 (cinco) estão em fase de homologação.

Foram, também, formalizadas 20 (vinte) Atas de Registro de Preços objetivando: aquisição de materiais e equipamentos de segurança; equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto; máquinas e utensílios para escritório; eletrodomésticos e móveis para cozinha; mesas de apoio multiuso; purificadores de água; persianas; serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; pneus; placas em geral; serviços de reformas de cadeiras; toners e cartuchos; serviços de buffet; equipamentos de Informática; tintas e materiais para pintura; materiais de manutenção predial; motores e peças para portão; mobiliários; água mineral e vasilhames; materiais para o laboratório de Informática; materiais odontológicos; e serviços de hospedagem e alimentação.

Houve, ainda, o processamento de 02 (duas) adesões a Atas de Registro de Preços (ARP), a saber: ARP nº 004/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para fornecimento de lanches rápidos, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e ARP nº 031/2013 do Tribunal Regional do Trabalho – 8ª Região/PA objetivando a aquisição de licenças de uso do software Autocad para a área de Engenharia e Arquitetura, no valor total de R\$ 47.200,00 (quarenta e sete mil e duzentos reais). Em contrapartida, houve apenas uma “carona” cedida ao Ministério Público do Estado do Maranhão para aquisição de materiais odontológicos – ARP nº 018/2012-PGJ/TO.

Tabela 5.3.3.9 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP.

Tipo	2010	2011	2012	2013
Atas de Registro de Preços (ARP)	14	19	28	20
Adesões a ARP	06	01	03	02
Pedidos de adesão a ARP	14	13	22	01

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

A Tabela 5.3.3.10, a seguir, retrata o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela 5.3.3.10 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2013

Edital n.º	Proc. n.º	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final(R\$)	Economia (%)
P.E 001/13	0368/12	Aquisição de equipamentos de informática (monitores, suportes e placas).	34.612,00	28.580,00	17,43
P.P 002/13	0218/12	Aquisição de 03 poltronas para atendimento das necessidades especiais de servidores.	11.525,01	11.523,00	0,02
P.P 003/13	0063/13	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na confecção de arranjos florais e decorações com flores naturais.	79.335,20	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 004/13	0062/13	Registro de Preços para aquisição de mesas de apoio multiuso em laminado com rodas.	15.940,00	15.000,00	5,90
P.P 005/13	0065/13	Registro de Preços para aquisição de pneus novos de 1ª linha, de fabricação nacional, radial, sem câmara, com o padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar.	54.169,32	53.998,00	0,32
P.P 006/13	0064/13	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	14.510,00	14.200,00	2,14
P.P 007/13	0066/13	Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	45.922,40	43.549,00	5,17
P.P 008/13	0072/13	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na confecção de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em PVC, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas e mastros.	237.457,20	151.855,65	36,05
P.P 009/13	0401/12	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.	1.278.162,50	308.070,50	75,90
P.P 010/13	0060/13	Aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	56.258,32	39.732,90	29,37
P.P 011/13	0059/13	Registro de Preços para fornecimento de lanches rápidos.	8.142,53	8.092,45	0,62
P.P 012/13	0133/13	Aquisição de armários suspensos sob medida para as Promotorias de Araguaína.	26.160,00	18.500,00	29,28
P.P 013/13	0101/13	Registro de Preços para aquisição de	683.570,85	366.628,15	46,37

		tonners e cartuchos.			
P.P 014/13	0102/13	Aquisição de disjuntores para subestação desta Procuradoria Geral de Justiça.	16.047,43	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.E 015/13	0099/13	Aquisição de equipamentos de TI (computadores, nobreaks, impressoras, monitores e suporte para monitor) para atender as necessidades desta PGJ.	174.145,34	106.520,70	38,83
P.P 016/13	0067/13	Registro de Preços para contratação de empresa para execução de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas, com fornecimento de peças.	137.732,90	135.999,80	1,26
P.P 017/13	0183/13	Contratação de empresa especializada em Engenharia visando a reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça da cidade de Gurupi-TO.	93.398,70	91.899,92	1,60
P.P 018/13	0158/13	Contratação de empresa visando a adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.	29.219,87	23.000,00	21,29
P.P 019/13	0126/13	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	138.786,00	93.300,00	32,77
P.P 020/13	0154/13	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	103.645,70	66.092,10	36,23
P.E 021/13	0150/13	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	1.607.960,90	831.067,85	48,32
P.P 022/13	0165/13	Contratação de empresa especializada em serviços de serralheria para confecção e fixação de grades e guarda corpo.	11.072,52	8.599,66	22,33
P.E 023/13	0139/13	Aquisição de um computador (all in one).	11.376,75	8.350,00	26,60
P.P 024/13	0143/13	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção.	141.519,33	115.489,25	18,39
P.E 025/13	0197/13	Aquisição de equipamentos de Informática e eletrônicos para premiação de concurso de relatórios que integra o projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania".	5.029,32	3.653,52	27,36
P.P 026/13	0203/13	Registro de Preços para aquisição de aparelhos de fax e transformadores.	10.815,00	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 027/13	0199/13	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	307.243,20	276.624,00	9,97
P.P 028/13	0257/13	Aquisição de 01 (um) portão de	5.767,05	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>

		alumínio, deslizante, tipo búzios, medindo 4200 mm de largura por 1980 mm de altura, com acabamento anodizado preto, devidamente instalado.			
P.P 029/13	0256/13	Registro de Preços para aquisição de motores para portão deslizante e demais peças integrantes de motor de portão.	34.118,93	32.289,00	5,36
P.E 030/13	0102/13	Aquisição de disjuntores para subestação de energia elétrica da sede da PGJ/TO.	18.292,26	12.415,14	32,13
P.E 031/13	0301/13	Aquisição de porta-retratos digitais para premiação de concurso de relatórios que integra o projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania".	1.291,72	1.142,88	11,52
P.P 032/13	0298/13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, por intervenção, de acordo com as necessidades, em relógios de ponto ou relógios de registro de frequências, com reposição de peças e/ou componentes, incluindo a configuração e ativação necessária ao funcionamento dos mesmos. Sede da PGJ, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso.	12.000,00	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 033/13	0231/13	Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	102.162,67	72.873,84	28,67
P.P 034/13	0288/13	Registro de Preços para Aquisição de água mineral e vasilhames para água mineral.	76.002,20	53.428,80	29,70
P.P 035/13	0217/13	Registro de Preços para Aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	31.350,01	24.275,26	22,57
P.P 036/13	0313/13	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	22.852,08	22.610,40	1,06
P.P 037/13	0385/13	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de porta de vidro temperado liso e demais materiais necessários.	3.956,65	3.956,00	0,02
P.E 038/13	0377/13	Aquisição de equipamentos para gravação, transmissão e edição de videoaulas, entrevistas, debates, eventos e atividades que compõe os cursos de aperfeiçoamento funcional na modalidade a distância (EAD) para o CESAF.	114.317,89	101.420,63	11,28

P.P 039/13	0358/13	Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.	36.886,92	36.529,00	0,97
P.P 040/13	0311/13	Aquisição de materiais gráficos – envelopes e capas para processo.	27.949,00	11.643,00	58,34
P.P 041/13	0366/13	Contratação de empresa especializada no serviço de clipagem diária de mídia impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica.	43.599,96	43.440,00	0,37
P.P 042/13	0352/13	Contratação de empresa especializada na locação de máquinas reprográficas e na prestação de serviços de reprografia, impressão, encadernação e plastificação.	155.757,00	95.052,00	38,97
P.P 043/13	0359/13	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	34.041,40	33.970,00	0,21
P.P 044/13	0376/13	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	230.000,00 (5,10% de desconto sobre o valor da tarifa, excluída a taxa de embarque)	230.000,00 (11,00% de desconto sobre o valor da tarifa, excluída a taxa de embarque)	
P.P 045/13	0290/13	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	275.217,65	227.800,00	5,88
P.P 046/13	0289/13	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	121.475,90	84.369,16	30,55
P.P 047/13	0312/13	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	147.460,52	127.421,60	13,59
P.P 048/13	0349/13	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de comunicação – PABX e Terminal Inteligente.	32.781,17	30.997,05	5,44
P.P 049/13	0425/13	Registro de Preços para Contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio do tipo: gás carbônico (CO ₂), água pressurizada (AP), pó químico seco (PQS); suportes de parede; e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	34.524,50	33.590,00	2,71
Concorrências					
C.C 001/13	0207/13	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da Promotoria de	1.060.037,08	1.034.566,68	2,40

		Justiça da comarca de Pedro Afonso-TO.			
C.C 002/13	0238/13	Contratação de serviços de elaboração de projetos complementares para construção do edifício das Promotorias de Justiça de Palmas.	522.480,26	391.598,93	25,05
<i>Legenda:</i>					
<i>P.P = Pregão Presencial</i>		<i>P.E = Pregão Eletrônico</i>	<i>C.C = Concorrência</i>		

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Entre esses processos, cabe destacar os certames ocorridos visando contratação de empresas especializadas para construção das sedes das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso. Outro processo relevante, foi a contratação de serviços de elaboração dos projetos complementares para construção do edifício sede das Promotorias de Justiça de Palmas – TO, R\$ 391.598,93 (trezentos e nove e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos).

Além da aquisição de grande vulto, ocorrido na modalidade concorrência (construção das sedes das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso), durante o ano de 2013, a CPL prosseguiu com o esforço concentrado para aquisição via registro de preços, dos quais podemos destacar o Pregão nº 021/2013 – aquisição de equipamentos de Informática no montante de R\$ 831.067,85 e o Pregão Presencial nº 027/2013 registro de preços para aquisição de mobiliários no montante de R\$ 276.624,00.

A Tabela 5.3.3.11, a seguir, retrata a despesa modalidade de contratação, no período de 2009 a 2013, em (R\$).

Tabela 5.3.3.11 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de contratação	2009	2010	2011	2012	2013
Modalidade de licitação					
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concorrência	84.111,62	2.711.518,50	2.564.003,00	3.713.721,70	1.032.537,60
Pregão	450.484,53	5.252.500,80	7.520.521,34	9.147.681,78	9.820.664,25
Contratações Direitas					

Inexibilidades	4.851,00	230.158,30	189.701,68	283.159,95	258.861,77
Dispensa de Licitação	46.617,05	928.598,90	1.389.373,58	2.436.687,10	1.335.362,33
Regime de Execução Especial					
Suprimentos de Fundos	15.858,97	17.419,16	9.376,67	7.193,65	18.806,84
Não Aplicável	5.714.950,66	80.165.234,40	91.027.209,01	100.849.046,90	110.775.339,68

Fonte: Siafem

No que concerne à gestão de contratos firmados pela Procuradoria Geral de Justiça, a Tabela 5.3.3.12, a seguir, detalha a quantidade de contratos e termos aditivos firmados no exercício 2013:

Tabela 5.3.3.12 – Contratos e Termos Aditivos firmados

Tipo	Quantidade
Contratos firmados	145
Termos aditivos	57

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2013 a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 168 (cento e sessenta e oito) contratos, dos quais 145 (cento e quarenta e cinco) foram firmados em 2013, bem como das 22 (vinte e duas) Atas de Registro de Preços vigentes. Vale destacar, que no exercício de 2013, foram ajustados 57 (cinquenta e sete) aditivos, incluídos as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no Interior.

A Tabela 5.3.3.13 – relaciona, abaixo, os 19 (dezenove) contratos vigentes de locação de imóveis que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas, sendo dispendido atualmente o montante total mensal de R\$ 34.375,23 (trinta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Tabela 5.3.3.13 – Contratos de locação de imóveis, em 2013

item	Contrato	Localidade	Valor mensal, em (R\$)
-------------	-----------------	-------------------	-------------------------------

1	010/2008	Formoso do Araguaia	855,73
2	021/2008	Colmeia	823,49
3	004/2009	Wanderlândia	1.000,70
4	005/2009	Alvorada	1.332,37
5	020/2009	Palmas (Depósito)	951,77
6	024/2009	Cristalândia	1.455,07
7	027/2009	Augustinópolis	1.007,12
8	028/2009	Pedro Afonso	1.591,35
9	033/2009	Itaguatins	1.133,61
10	034/2009	Pium	781,33
11	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.105,61
12	039/2009	Tocantínia	1.064,03
13	003/2010	Araguaçu	1.243,72
14	010/2010	Novo Acordo	922,36
15	021/2010	Xambioá	911,63
16	022/2011	Arapoema	839,34
17	119/2012	Porto Nacional	10.000,00
18	103/2013	Ananás	1.356,00
19	110/2013	Gurupi	6.000,00
Total			34.375,23

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.3.4 Ação 2418: Manutenção de serviços de transporte

Quadro 5.3.4 Resumo da ação

Título	2418 – Manutenção dos serviços de transporte			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
390.000,00	304.722,00	304.719,42	295.055,27	100,00

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 41 (quarenta e um) veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para a maximização dos recursos disponíveis, a instituição optou pelo contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por KM rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de descolamentos e informações em tempo real).

Para manter a Ação no decorrer de 2013, foi empenhado o montante de R\$ 384.182,80, dos quais aproximadamente R\$ 109.670,00 são referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel e lubrificantes), R\$ 30.908,50 referem-se a derivados e peças e R\$ 83.605,08, relativos a diárias para manter os serviços de manutenção e outras atividades do setor.

Percebe-se que nos últimos anos, em função da revisão da estrutura física (reformas e construções de sedes) e aumento do quadro de pessoal mediante a aprovação em concurso, houve ingresso de um número significativo de novos servidores, refletindo-se em aumento significativo das atividades da instituição. Todavia, as despesas com manutenção de serviços de transportes vêm se mantendo no patamar do exercício de 2010. Por outro lado, determinados elementos de despesa (materiais, seguros e serviços) tiveram uma queda na despesa executada, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2010 – 2013.

Despesas	Despesas (R\$)			
	2010	2011	2012	2013
Combustíveis e lubrificantes	120.924,78	109.618,28	141.813,77	109.670,00
Material/Serviços de Manutenção	58.900,89	52.732,03	41.142,56	30.908,50
Seguros	40.329,00	44.631,87	48.679,42	36.500,00
Diárias no país	79.595,00	74.944,22	107.017,34	83.605,08
Serviços de Lava a jato	6.568,00	7.234,00	10.801,41	8.402,95

Fonte: Siafem

Outra fator que contribuiu para o sucesso na política de controle de gastos efetivada pela gestão, nos últimos anos, é a política de substituição da frota, via aquisição de novos veículos, observa-se que a maior parte da frota de veículos já ultrapassou os 05 anos de uso.

Os referidos veículos estão sendo utilizados na sede, bem como nas Promotorias do interior.

Segue abaixo a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ.

Tabela 5.3.4.2 – Veículos de Transporte Institucional, em 2013

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Patrimônio
01	Chevrolet	Astra	MVY-1442	2005/2006	Palmas/PGJ	5232
02	Honda	CG 150 JOB	MWH-0961	2007/2007		9567
03		CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	Augustinópolis	9568
04		CG 150 JOB	MWH-0832	2007/2007	Palmas/PGJ	9569
05		CG 150 JOB	MWH-0963	2007/2007		9571
06		CG 150 JOB	MWI-1307	2007/2007		9570
07		CG 150 JOB	MWL-9208	2007/2007		9564
08		CG 150 JOB	MWL-9228	2007/2007		9566
09		CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	Araguaína	9565
10		Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas/PGJ
11	Fiesta		MXG-9020	2007/2008	9698	
12	Fiesta		MXG-8020	2007/2008	Porto Nacional	9702
13	Fiesta		MXG-8040	2007/2008	Gurupi	9700
14	Fiesta		MXG-8050	2007/2008	Araguaína	9699
15	Fiesta		MXG-8090	2007/2008	Paraíso do Tocantins	9701
16	Ranger		MXG-8010	2007/2008	Palmas/PGJ	9697
17	Ranger		MWY-6100	2008/2009		11279
18	Fiat		Siena	MWY-6110		2008/2009
19		Siena ELX	MXG-3014	2010/2011	12795	
20		Siena ELX	MXG-3114	2010/2011	12796	
21		Siena ELX	MWA-8957	2010/2011	12797	
22		Siena EL	MWO-6906	2011/2012	13766	
23		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	13767	

24		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012		13763
25		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012		13769
26		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012		13768
27		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012		13764
28		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012		13765
29		Línea	MWP-0214	2012/2012		14455
30		Línea	MWP-0224	2012/2012		14456
31		Línea	MWP-0244	2012/2012		14457
32		Uno Economy	MWM-1936	2011/2012	Tocantinópolis	13725
33		Uno Economy	MWM-1966	2011/2012	Araguatins	13726
34		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	13727
35		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	13728
36		Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	13729
37	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas/PGJ	14175
38		Clio	MWD-2228	2005/2005		7548
39	Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011		13294
40	Volkswagem	Parati	MWD-6184	2006/2006		8979
41	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007		9776

Fonte: Área de Transportes

5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público

Quadro 5.3.5 Resumo da ação

Título	2434 – Manutenção da área de saúde			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
30.107,00	20.268,00	20.267,48	19.121,71	100,00

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que membros e servidores possam desempenhar suas atividades. Com esta visão, a

Procuradoria-Geral de Justiça, no decorrer de 2013, procurou incentivar e oportunizar a participação de servidores e membros em atividades que atendessem a estes objetivos.

Alinhado ao objetivo estratégico “Garantir clima organizacional favorável” está o compromisso com a saúde ocupacional dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins. Nesta perspectiva, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vem sendo documentados, visando traçar um perfil de causa de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde relacionada à Saúde Ocupacional na Instituição.

Atualmente, não há casos identificados de doenças ocupacionais na Instituição, e uma meta da área de Saúde é a prevenção por meio do monitoramento e da busca por melhoria contínua, de acordo com as diretrizes do Padrão para Gestão de Saúde Ocupacional – política que visa eliminar quaisquer riscos à saúde, cumprindo metas estabelecidas anualmente.

De acordo com esta visão os integrantes participaram de sessões de acupuntura, massagem corporal e ioga, aulas de Jump e Muay Thai, técnicas para cuidados faciais e de maquiagem, aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, cálculo de IMC, orientações com nutricionista, entre outros.

A tabela abaixo apresenta um comparativo e alguns resultados obtidos no biênio 2012/2013.

Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional biênio 2012/2013

Atividade de Promoção de Saúde	Participantes/Atendimentos	
	2012	2013
Acupuntura	6	-
Aferição de pressão arterial	109	238
Análise ambiente de trabalho	-	140
Atividades enfermagem prevenção/DST	-	1.178

Atividades odontológicas de prevenção	278	-
Cálculo de índice de massa corpórea	109	206
Cuidados faciais	56	41
Dança - Zumba	10	-
Dinâmica de relaxamento	13	10
Exercícios revolucionários para quem tem pouco tempo	-	30
Ginástica laboral	2.560	2.048
Imunização- Vacinas	-	353
Ioga	12	22
Jump	5	-
Maquiagem	51	-
Massagem corporal	51	44
Medidas da circunferência abdominal	109	206
Muay Thai	9	-
Orientações com nutricionista	33	-
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-
Pilates	-	16
Shiatsu terapia	22	-
Verificação de glicemia	109	220
Total	3.554	4.726

Fonte: Setor de Saúde

Buscando sempre melhorar o clima organizacional foram realizados, no decorrer de 2013, vários atendimentos a membros e servidores, conforme destacado no comparativo abaixo:

Tabela 5.3.5.2 – Quantidade de atendimentos biênio 2012/2013

Especialidade/Ação	Atendimentos, em (unidade)	
	2012	2013*
Enfermagem	1.357	1.586
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45
Fisioterapia	1.260	1.322
Médica	962	1.487

Odontologia	805	785
Psicologia	29	45
Visitas técnicas - Enfermagem	10	02
Visitas técnicas - Médica	8	75
Visitas técnicas - Psicologia	17	-
Perícias médicas	4	6
Pareceres médicos	4	96
Total	4.456	5.426

Fonte: Setor de Saúde

*Atendimentos até 10/12/2013

Convém destacar que as políticas de valorização do servidor adotadas pela Procuradoria Geral de Justiça vêm buscando proporcionar uma maior qualidade de vida e incentivar a frequência ao trabalho por meio de práticas gerenciais e culturais.

Assim, cabe ao Setor de Saúde a fiscalização dos procedimentos ligados à concessão: remoção por motivo de saúde, readaptação, licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de pessoa da família, aposentadoria por invalidez, licença de gestação, emissão de laudo de posse, exame pré-admissional, e outros. Além disso, especificamente na área de saúde ocupacional, há procedimentos para caracterização de acidentes em serviço, de atividades insalubres, penosas e que impliquem em risco de vida.

A seguir serão apresentados alguns dos resultados obtidos com a análise dos dados relacionados à quantidade de afastamentos.

Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos biênio 2012/2013

Descrição	Quantidade de Ocorrências	
	2012	2013
Absenteísmo por motivo de saúde	595	941
Absenteísmo por faltas não justificadas	57	-
Absenteísmo por Licença Maternidade	-	14
Acidentes de Trabalho	-	-
Doenças Ocupacionais	-	-

Total	652	955
-------	-----	-----

Fonte: Setor de Saúde até 10/10/2013

O Gabinete Odontológico da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins iniciou o atendimento aos membros, servidores e prestadores de serviço desta Instituição em 28 de setembro de 2010. Desde então, foram realizados 3023 atendimentos (sessões) que beneficiaram 440 pessoas, num total de 8363 procedimentos realizados, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 5.3.5.4 – Quantidade de atendimentos Gabinete Odontológico biênio 2012/2013, em (unid)

Ano	Procedimentos	Atendimentos	Pessoas
2010	648	250	95
2011	3335	1056	261
2012	2205	927	299
2013	2175	790	389
TOTAL	8363	3023	440

Fonte: Setor de Saúde até 10/10/2013

* O total de pessoas atendidas no período total não é o resultado da soma dos anos, uma vez que algumas pessoas foram atendidas em mais de um desses anos.

A diferença entre o número de atendimentos e o número de pessoas atendidas é explicada pelo modelo de assistência odontológica adotado. No atendimento odontológico de rotina, o paciente é inicialmente submetido a exame clínico detalhado e, nas sessões seguintes, é atendido até que todo o plano de tratamento seja executado.

Exceção a essa regra é feita no atendimento odontológico de urgência, situação em que o paciente tem atendimento pronto para resolução da condição que deu causa à urgência.

5.3.6 Ação 6015: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.3.6 – Resumo da ação

Título	6015 – Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.700.000,00	8.566.937,00	8.566.936,08	8.566.936,08	100,00

Os recursos alocados para a execução da ação no exercício 2013 serviram para cobrir o pagamento de direitos reconhecidos, em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público, em relação aos processos administrativos para incluir no cômputo dos direitos dos integrantes deste parquet, mormente os referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

Tal pagamento precisou ser dividido em parcelas, de forma a ser suportado pelo orçamento da Procuradoria Geral de Justiça, ressaltamos que no exercício de 2013 foram pagas 12 parcelas, com um valor total de R\$ 8.566.936,00.

5.3.7 Ação 2380: Manutenção de serviços de informática

Quadro 5.3.7 – Resumo da ação

Título	2380 – Manutenção de serviços de informática			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.720.445,00	1.561.519,00	1.561.517,67	1.310.079,64	100,00

A Ação Manutenção de Serviços de Informática proveem recursos para o complexo de tecnologia da informação destinado a manter a infraestrutura tecnológica que suporta os sistemas computacionais do Ministério Público utilizados no esforço institucional para atender a Missão Institucional “Ser reconhecida como instituição

essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Visa, também, solucionar as limitações tecnológicas impostas às áreas de atuação, para tanto, o Departamento de Tecnologia da Informação – DTI disponibiliza conexão com Internet para todas as Comarcas do Interior, sendo que as Comarcas de maior porte recebem um link para auxiliar no atendimento das Promotorias.

A realização destas despesas com manutenção e adequação de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Assim, Tecnologia da Informação no âmbito desta PGJ, sob responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, vem buscando avançar, esta mudança de mentalidade é fruto do trabalho iniciado em 2010, a partir da concepção do Planejamento Estratégico 2010 – 2018, visando à boa Governança Corporativa e de TI, por meio da aprovação e publicação de diversas normas e diretrizes internas, inclusive a criação de Comitê Estratégico de TI e a elaboração do Projeto de Infraestrutura de Tecnologia da Informação.

Outra importante ação foi suprir a sede do Ministério Público em Palmas, de acesso rápido e de alta disponibilidade 24 horas à Internet e Intranet, permitindo assim que todas as Promotorias de Justiça, tanto da capital como do interior, Procuradorias e Departamentos tenham acessos aos sistemas de gestão disponíveis na intranet em tempo real, bem como aos e-mail institucionais, com agilidade. Esta medida tornou a principal despesa desta ação.

Em relação a área de suporte de atendimento, foram prestados 2.986 atendimentos de manutenção e suporte em informática, em Palmas e Promotorias localizadas no interior do Estado. Com este resultado, supera-se o alcançado em 2012, conforme pode ser observado na tabela comparativa abaixo:

Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2013

Local	Ano			
	2010	2.011	2012	2013
Capital	2.062	3.045	2.792	2.986
Interiores	49	71	23	83
Total	2.111	3.116	2.815	3.069

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

A tabela acima demonstra uma distribuição dos atendimentos referentes aos principais serviços/produtos representando 2.062 (2010), 3.045 (2011), 2.792 (2012) e 2.986 (2013) do total de chamados registrados. Estes serviços engloba suporte a ambientes e microinformática, aplicativos e bases de dados, bem com a sistemas operacionais de comunicação visando a atualização constante.

6.PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Neste exercício de 2013, este Ministério Público do Estado do Tocantins, através de sua Procuradora-Geral de Justiça, optou por elaborar a 1ª Revisão do Planejamento Estratégico 2010-2018.

A metodologia utilizada para a revisão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins tomou como base os ditames da Portaria nº 077/2013, da Procuradora-Geral de Justiça, que instituiu a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia – CPGES, com a finalidade de desenvolver, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de planejamento estratégico, promoção institucional, articulação de políticas públicas e sociais, inteligência e segurança.

A Comissão Permanente de Gestão da Estratégia foi responsável por criar e executar a metodologia de Revisão do Planejamento Estratégico 2010-2018. Para tanto, foram divididas atribuições, responsabilidades e prazos, para que cada membro pudesse apresentar ao grupo os trabalhos realizados visando contribuições e construção conjunta.

O método definido foi o seguinte:

1. Analisar os Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos originários e identificar os problemas encontrados pela Administração em suas ações e na mensuração;
2. Estabelecer a necessidade de alteração ou não de cada um dos instrumentos do Plano;
3. Verificar a possibilidade de alinhamento com o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;
4. Fomentar o trabalho por meio de projetos, principalmente quanto aos objetivos referentes à atividade finalística, tendo em vista o claro direcionamento dado pelo CNMP nesse sentido, com a criação do Banco Nacional de Projetos;
5. Apresentar os resultados aos demais membros da CPGES para discussão, correções e validação das mudanças.
6. Construção deste Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico, a ser submetido à Procuradora-Geral de Justiça, em primeiro plano, e, posteriormente, ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Para tanto, foram realizadas diversas reuniões, trabalho de coleta de dados, análise do Planejamento realizado por outras instituições, elaboração de propostas de projetos e a compilação do trabalho em relatório que será mantido como histórico da evolução da estratégia institucional.

Após a primeira fase do trabalho, o resultado obtido foram novos objetivos estratégicos e indicadores, bem como uma nova carta de projetos a serem desenvolvidos que ampliaram significativamente o número de projetos deste MP/TO na área finalística.

Neste trabalho, logo às fls 18, já apresentamos o novo Mapa Estratégico, que promoveu as seguintes alterações nos objetivos estratégicos:

Quadro 6.1.1 – Resumo da alteração de objetivos

Objetivos Estratégicos Originais	Objetivos Estratégicos após a 1ª Revisão
---	---

<i>Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais</i>	<i>Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais.</i>
<i>Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas e das medidas de proteção</i>	<i>Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente</i>
<i>Exigir o cumprimento do direito à educação</i>	<i>Exigir o cumprimento do direito à educação</i>
<i>Exigir atendimento ao dependente químico</i>	<i>Promover o atendimento ao dependente químico</i>
<i>Combater a exploração sexual infantil no Estado</i>	<i>Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infantojuvenil</i>
<i>Combater a criminalidade</i>	<i>Combater a criminalidade</i>
<i>Efetivar controle externo da atividade policial</i>	<i>Efetivar controle externo da atividade policial</i>
<i>Exigir o cumprimento adequado das penas e das medidas de segurança</i>	<i>Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas</i>
<i>Combater o crime organizado</i>	<i>Combater o crime organizado</i>
<i>Combater a violência doméstica</i>	<i>Combater a violência doméstica</i>
<i>Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais e pessoas com deficiência</i>	<i>Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência</i>
<i>Exigir o cumprimento dos direitos do idoso</i>	<i>Exigir o cumprimento dos direitos do idoso</i>
<i>Exigir o cumprimento do direito à saúde</i>	<i>Exigir o cumprimento do direito à saúde</i>
<i>Combater a improbidade e recuperar ativos</i>	<i>Combater a improbidade e recuperar ativos</i>
<i>Combater a corrupção eleitoral</i>	<i>Exigir o cumprimento do direito eleitoral</i>
<i>Atuar na prevenção e no combate aos danos ambientais</i>	<i>Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>
<i>Exigir o respeito aos direitos humanos</i>	<i>Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais - residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, pessoas com necessidades especiais, deficientes, e idosos)</i>
<i>Atuar nas demandas sociais relativas ao direito do consumidor</i>	<i>Promover a defesa dos direitos do consumidor</i>

<i>Ampliar parcerias estratégicas</i>	<i>Ampliar parcerias estratégicas</i>
<i>Garantir segurança institucional</i>	<i>Garantir segurança institucional</i>
<i>Ter padrão de excelência nos procedimentos internos</i>	<i>Ter padrão de excelência nos procedimentos internos</i>
<i>Otimizar a utilização dos recursos</i>	<i>Otimizar a utilização dos recursos</i>
<i>Ter comunicação institucional efetiva</i>	<i>Ter comunicação institucional efetiva</i>
<i>Assegurar o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público</i>	<i>Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins</i>
<i>Atrair e reter talentos</i>	<i>Atrair e reter talentos</i>
<i>Garantir clima organizacional favorável</i>	<i>Garantir clima organizacional favorável</i>
<i>Ter comunicação interna efetiva</i>	<i>Ter comunicação interna efetiva</i>
<i>Garantir Infraestrutura física adequada</i>	<i>Garantir Infraestrutura física adequada</i>
<i>Ter sistemas integrados que auxiliem no controle e na tomada de decisões</i>	<i>Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas</i>
<i>Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional</i>	<i>Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional</i>

Podemos ver em destaque os objetivos estratégicos que sofreram alguma alteração em relação ao original.

Já no que tange aos Projetos, foram aprovadas as seguintes propostas de projetos, as quais serão desenvolvidas na 2ª fase da Revisão do plano:

Projeto de “Adequação da Infraestrutura do Ministério Público do Estado do Tocantins”

1. Projeto geral para desenvolvimento de sistemas informáticos
2. PROJETO: Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania
3. PROJETO: “Cidadania em foco” (audiovisual)
4. PROJETO: MP Ação e Informação

5. PROJETO: “Selo Praia Legal”
6. PROJETO: “MP Itinerante”
7. PROJETO: Estruturação Ascom
8. PROJETO: Comunicação Integrada
9. Projeto Operação Pró-consumidor
10. Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício”
11. Projeto “Tocantins contra a violência sexual infanto juvenil”
12. Projeto “Profissionalizando a Capacidade da Mulher”
13. Projeto Propriedade Legal
14. Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental
15. Projeto “Prefeito Amigo do Meio Ambiente”;
16. Projeto ReciclaMP
17. Implantação e estruturação do Escritório de Projetos do Ministério Público do Tocantins
18. Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins
19. Plano de Capacitação Institucional
20. Projeto Tolerância zero contra o álcool no trânsito
21. Projeto Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas no Tocantins
22. Programa de Atendimento ao Usuário de Drogas
23. Projeto de Estruturação do Sistema de Inteligência, Contra Inteligência e Interceptações do GAECO
24. Projeto Articulação da Rede de Combate à Violência Doméstica
25. Projeto Padronização da Fiscalização em Estabelecimentos de Longa Permanência de Idosos
26. Projeto Levantamento da situação de abandono de idosos no Estado do Tocantins
27. Projeto Campanha de conscientização dos direitos eleitorais
28. Projeto Gestão de Processos do MPE redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional
29. Carta de Serviços do MPE
30. Gespública
31. Projeto de Incentivo ao auto desenvolvimento

- 32. Projeto Banco de Talentos
- 33. Projeto PENSA
- 34. Projeto: Saúde e Vida
- 35. Projeto: Integração
- 36. Projeto: Vida e Movimento

Também nesta primeira fase da Revisão, a CPGES procurou atualizar a Matriz de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, também conhecida como Matriz “SWOT” e elaborar o Plano de Gerenciamento dos Riscos do MP/TO.

A próxima fase da revisão, que já está em andamento, irá contar com a elaboração de novas metas de curto e longo prazo para os indicadores estratégicos, conclusão dos projetos estratégicos e compilação das informações em um Manual do Planejamento Estratégico 2010-2018.

Neste primeiro ano de mensuração com a nova metodologia, os indicadores estratégicos apresentaram os seguintes números:

Tabela 6.1.1.1 – Indicadores Estratégicos ano 2013

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2013
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1. Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	231.048
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	2. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO	-*
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	3. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	-*
Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	4.397

Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2. Indicador: Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	10.586
Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	3. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	4.071
Exigir o cumprimento do direito à educação	1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	605
Exigir o cumprimento do direito à educação	2. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	250
Promover o atendimento ao dependente químico	1. Indicador: Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	_*
Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infanto juvenil	1. Indicador: Ações voltadas a execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infanto juvenil”	_*
Combater a criminalidade	1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	105.638
Combater a criminalidade	2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	38.995
Efetivar controle externo da atividade policial	1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	1.812
Efetivar controle externo da atividade policial	2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial	318
Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	8.375
Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	2. Inspeções nas unidades prisionais	_*
Combater o crime organizado	Ações de combate ao crime organizado	2.746
Combater a violência doméstica	Ações de combate a violência doméstica	11.897
Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência	38
Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	270
Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	Ações de fiscalização da execução da política do idoso	886
Exigir o cumprimento do direito à saúde	1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde	1.391

Exigir o cumprimento do direito à saúde	2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	8.092
Combater a improbidade e recuperar ativos	1. Ações Judiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	4.865
Combater a improbidade e recuperar ativos	2. Ações extrajudiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	7.360
Exigir o cumprimento do direito eleitoral	1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	10.945
Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	1. Indicador: Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	2.495
Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	2. Indicador: Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	874
Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	3. Indicador: Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	3.229
Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais	1. Indicador: Ações voltadas a execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)	_*
Promover a defesa dos direitos do consumidor	1. Indicador: Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	9.027
Promover a defesa dos direitos do consumidor	2. Indicador: Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	277
Promover a defesa dos direitos do consumidor	3. Indicador: Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor;	69
Ampliar parcerias estratégicas	1. Parcerias realizadas	25
Garantir segurança institucional	1. Adequação em segurança	_*
Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	1. Nota GESPÚBLICA	209
Otimizar a utilização dos recursos	1. Custo médio por processo (Em R\$)	533,40
Ter comunicação institucional efetiva	1. Número de acessos ao portal do MPE	1.552.219
Ter comunicação institucional efetiva	2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	5.988
Ter comunicação institucional efetiva	3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	_*

Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	1. Indicador: Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	13,71
Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	2. Indicador: Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição dividido pelo número total de membros e servidores em exercício	-*
Atrair e reter talentos	1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	4%
Atrair e reter talentos	2. Concorrência nos Concursos Públicos (segmentada por cargos)	-*
Atrair e reter talentos	3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	-*
Garantir clima organizacional favorável	1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	-*
Garantir clima organizacional favorável	2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	4.726
Ter comunicação interna efetiva	1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	-*
Ter comunicação interna efetiva	2. Número de acessos às áreas da intranet	-*
Garantir Infraestrutura física adequada	1. Percentual de Execução de Infraestrutura = (% de Infraestrutura imobiliária adequada [peso 45%] + % de frota de veículos adequada [peso 20%] + % de Infraestrutura mobiliária adequada [peso 25%] + % de Infraestrutura adequação predial realizada [peso 10%])	40,35%
Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	1. Integração dos Sistemas do MPE-TO = (nº de sistemas integrados / (nº de sistemas existentes + nº de novas demandas)) * 100	71,11%
Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional	1. Participação orçamentário- financeira do MP/TO em relação à Receita Líquida de Impostos	2,71%

*Indicadores ainda sem mensuração

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

7. GESPÚBLICA – ATIVIDADES DE 2013

Em 2013, o Ministério Público do Estado do Tocantins entrou em seu 3º ciclo de Autoavaliação da Gestão, atendendo aos princípios do Programa Nacional de Desburocratização da Gestão Pública – GESPÚBLICA.

Este ano, porém, o Ministério do Planejamento promoveu um novo modelo de Relatório de Autoavaliação da Gestão, com alterações significativas no modo de avaliar e pontuar os critérios de gestão, além de um novo sistema de pontuação, onde todos os órgãos participantes do programa passam a concorrer em um mesmo nível, o de 1.000 pontos.

Este MP/TO foi escolhido entre todos os participantes do programa GESPÚBLICA em nível nacional, para ser o primeiro órgão a realizar a autoavaliação pelo novo modelo.

No decorrer de 2013, o Comitê composto por servidores e membros de diversos órgãos deste MP/TO participou de reuniões buscando a construção do relatório em seus 8 novos critérios de excelência na gestão, que são: Governança, Estratégia e

Planos, Público-alvo, Interesse Público e Cidadania, Informação e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Apesar de todo o esforço da equipe, não foi possível concluir o relatório ao final do ano, restando ainda 3 critérios para sua conclusão.

Mesmo antes da conclusão do ciclo de autoavaliação, a Procuradoria-Geral Justiça buscou cumprir as Oportunidades de Melhoria elencadas nas reuniões do Comitê Interno do GESPÚBLICA.

Essa busca pela melhoria da gestão está melhor demonstrada na tabela de execução das oportunidades de melhoria a seguir apresentada:

Quadro 7.1 – Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Oportunidades de Melhoria Concluídas no Exercício 2013	Responsável
Instituição do Banco horas	Gabinete do P.G.J.
Edição do Ato nº 82/13 - Autuação, movimentação, instrução e conclusão de processos administrativos;	Gabinete do P.G.J.
Revisão do Ato nº 004/13, Delegação/autorização de funções administrativas não privativas do PGJ ao Diretor Geral;	Gabinete do P.G.J.
Criação do Quadro Mural visando melhorias na comunicação interna;	Assessoria de Comunicação
Nova formatação do Projeto “Conhecendo o MP,” transformou-se no Projeto “Aprendendo Direito e Resgatando cidadania”	Assessoria de Comunicação
Lançamento do Projeto “Profissionalizando a Capacidade da Mulher” (MPE-TO/FIETO E SENAI-TO);	Assessoria de Comunicação
Capacitação dos profissionais da recepção/MPE, dinamizando contato inicial do cidadão com a instituição, com vistas a maior agilidade no atendimento;	CESAF
Modernização do sistema de processamento eletrônico de diárias, melhorando o controle e diminuindo o tempo do efetivo pagamento das mesmas;	Departamento de Tecnologia da Informação
Implementação do Sistema de Gestão de Contratos;	Departamento de Tecnologia da Informação
Criação da Comissão de revisão do PCCR, Portaria Nº 587/2013;	Gabinete do P.G.J.
Criação do sistema de avaliação eletrônica do Estágio Probatório;	Departamento de Tecnologia da Informação

Oportunidades de Melhoria Concluídas no Exercício 2013	Responsável
Instituição do Banco horas	Gabinete do P.G.J.
Melhorias no sistema de gestão de folha de pagamento;	Departamento de Tecnologia da Informação
Implementação do sistema de patrimônio;	Departamento de Tecnologia da Informação
Implantação de módulos de RH no Portal da Transparência;	Departamento de Tecnologia da Informação
Implantação de módulos de diárias no Portal da Transparência;	Departamento de Tecnologia da Informação
Implantação do mala direta online;	Departamento de Tecnologia da Informação
Utilização do espaço físico para divulgação do Planejamento Estratégico e Deliberações do GesPública, em quadro de avisos e outros meios;	Assessoria de Comunicação
Implantação do sistema de Gestão de Talentos, com a atualização de dados de graduação/titulação dos integrantes/MPE;	CESAF
Provimento de cargos para composição da equipe da Assessoria de Comunicação, com pessoal capacitado em ferramentas de vídeo, relatórios e apresentações;	Assessoria de Comunicação
Construção de sala própria destinada aos servidores terceirizados em atividades na área de higiene e limpeza do prédio sede do MPE-TO	
Divulgação em escolas e universidades, sobre a Missão e Atuação do MPE para que a sociedade possa conhecer as atividades desenvolvidas pelo órgão e, assim, pleitear seus serviços;	CESAF
Capacitação servidores da sala de atendimento ao cidadão para realização de triagem no atendimento;	CESAF
Alteração através do Ato nº 089/13 dos procedimentos adotados para possibilitar a ausência do servidor ao serviço na data do seu aniversário ou em data oportuna;	Gabinete do P.G.J.
Busca de referenciais comparativos para a cultura da excelência no Ministério Público;	Departamento de Planejamento e Gestão
Realização por parte do CSAF de cursos virtuais e/ou a distância por meio de convênios;	CESAF
Realização de parceiras institucionais para “ter comunicação institucional efetiva” .	Assessoria de Comunicação

8. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 8.1 – Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Concluído (Aguardando Parecer de Prestação de Contas)
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardião: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Atrasado
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Atrasado

Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Informações sobre as transferências						
Concedente: Ministério da Justiça						
Modalidade	Nº do instrumento	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência
		Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado	
1 - Convênio	067/2010	268.775,00	3.000,00	0,0	268.775,00	26/04/2013

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 – Contrato de Repasse
- 3 – Termo de Parceria
- 4 – Termo de Cooperação
- 5 – Termo de Compromisso

Fonte: Siafem

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o detalhamento de ações e programas de gestão, resta apenas citar um breve resumo das realizações do exercício 2013 no âmbito da Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins:

→O percentual de execução do orçamento, observado o recurso financeiro repassado ao Ministério Público, foi de 99,99%;

→Índice de gasto com pessoal dentro do previsto, segundo os critérios expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançou 1,69% da Receita Corrente Líquida;

→Foram inauguradas em 2013 duas novas Promotorias de Justiça nas cidades de Guaraí e Arraias, feitas com recursos orçamentários de 2012, além de ter sido iniciada a Construção da Sede das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso, com recursos garantidos para conclusão no ano de 2014;

→Pioneirismo na aplicação do novo modelo de Autoavaliação da Gestão Pública do Programa GESPÚBLICA;

→Realização da 1ª fase da Revisão do Planejamento Estratégico 2010-2018, além da criação da Comissão Permanente de Gestão da Estratégia do MP/TO;

→Concessão de Revisões salariais para membros e servidores;

→Participação efetiva nos Fóruns e Comitês Nacionais;

→Cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e atuação destacada no Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG;

→Garantia dos direitos dos Integrantes;

→Apoio a realização da 1ª Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério

Público neste órgão;

→ Criação e Execução dos Projetos: “MP fala com o cidadão”, “Profissionalizando a Capacidade da Mulher” e “Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania”;

→ Renovação do parque tecnológico deste MP/TO para atuação no Processo Eletrônico Judicial e futuramente nos Processos Administrativo e Extrajudicial Eletrônicos, a serem desenvolvidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação deste órgão.